George Uscatescu

O DESTINO DA CIVILIZAÇÃO ANTE A AVALANCHA DO HOMEM-MASSA

15.00
Sociologia

O DESTINO DA CIVILIZAÇÃO
ANTE A AVALANCHA
DO HOMEM-MASSA

NOTA PRÉVIA DO EDITOR

Romeno de nascimento, GEORGE USCATESCU, após assistir à tomada do poder pelos comunistas em seu país, radicou-se na Espanha, onde tem desenvolvido fecunda atividade intelectual, como escritor, conferencista e professor universitário.

A tragédia de sua pátria motivou-o a analisar em profundidade o sentido da revolução contemporânea e a detectar o verdadeiro papel que nesse processo é representado pelas massas. Aparentemente, estas estão à frente das grandes convulsões políticas que marcam estes últimos 200 anos da história da humanidade. Mas será que partem das próprias massas, como fenômeno endógeno, os impulsos para sua atuação em determinadas direções? Ou elas são simplesmente a força de manobra, de que se servem algumas minorias para lograr objetivos que são por estas pré-fixados? Enfim, as massas são causa ou instrumento da subversão?

É ao destrinchamento dessa fascinante problemática que USCATESCU dedicou este livro, consagrado pela mais favorável acolhida nos centros de cultura de todo o mundo. A vivência concreta do autor em relação ao tema versado e sua prodigiosa erudição explicam as razões desse êxito, bem como a candente atualidade de suas análises em nossos dias.

Para um melhor conhecimento do pensamento do autor, pode-se também recomendar, dentre sua vasta bibliografia, estes outros livros:

— *El problema de Europa* (Colección Cuadernos Europeos, Madri, 1949)
— *Europa ausente* (Editora Nacional, Madri, 1953)

— *Profetas de Europa* (Editora Nacional, Madri, 1962)
— *Forjadores del espiritu europeo* (Editorial Sala, Madri, 1973)

— *Juan Bautista Vico y el mundo histórico* (Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Madri, 1956)
— *Escatologia e história* (Ediciones Guadarrama, Madri, 1959)
— *Utopia y plenitud histórica* (Ediciones Guadarrama, Madri, 1963)

— *De Maquiavelo a la razón de Estado* (Destin, Madri, 1951)
— *Aventura de la libertad* (Instituto de Estudios Políticos, Madri, 1966)
— *Proceso al humanismo* (Ediciones Guadarrama, Madri, 1968)
— *Maquiavelo y la pasión del poder* (Ediciones Guadarrama, Madri, 1969)
— *La anarquia y las fuentes del poder* (Instituto Editorial Reus, Madri, 1973)

NOTA CATALOGRÁFICA

Uscatescu, George
19..-

O destino da civilização ante a avalancha do homem-massa. — Título original: *Rebelión de las minorias.* — Tradução: Luiz Santa Cruz. — São Paulo, Brasil, Mundo Cultural Ltda., 1977 — 240 págs.

1. Revolução — Psicologia. 2. Revolução — Teoria.

GEORGE USCATESCU

O DESTINO DA CIVILIZAÇÃO ANTE A AVALANCHA DO HOMEM-MASSA

Mundo Cultural Ltda.
São Paulo (Brasil)
1977

Tradução de

LUIZ SANTA CRUZ

do original

"REBELIÓN DE LAS MINORIAS"

Editora Nacional, Madri, 1955

Todos os direitos nos
países de língua portuguesa
reservados para
MUNDO CULTURAL LTDA.
Av. Paulista, 2.494 — Conj. 103
Caixa Postal 9.667
São Paulo (Brasil)

*

Diretor Administrativo:
ERNESTO KUHLMANN FILHO
Diretor Editorial e Diretor Responsável:
JOSÉ G. M. ORSINI

ÍNDICE

A REBELIÃO DAS MINORIAS 9

Natureza da atual crise 11
Culpa coletiva e julgamento de categoria 14
Revalorização de um princípio aristocrático da sociedade 17
O primado do homem-massa 19
Atitude de debilidade pecaminosa das elites espirituais contemporâneas 21
Propulsores de uma rebelião contra o princípio da massa na esfera social e política 25
Teoria da classe dirigente: Mosca, Jaspers 29
Pareto e a circulação das aristocracias 31
Sorel ou as elites sociais revolucionárias 38
Hierarquia de valores e pseudo-minorias. Perigos da caterva espiritual 41

AS MASSAS E A PSICOLOGIA DA REVOLUÇÃO EM NOSSOS DIAS 47

A irrupção das massas na história. Sua falsa ascensão 49
Psicologia das multidões revolucionárias 51
Triunfo revolucionário das forças vitais 56
As massas provocam a esterilidade dos fenômenos revolucionários 59
Caracteres de uma multidão psicológica 61
Massa, povo, público. Queda traumática da condição do homem-massa 67
A imersão na alma coletiva 70
Instintos revolucionários e lastros conservadores nas massas modernas 73
Idéias-imagens e condutores 76
Possibilidades de revalorização espiritual das massas. Missão das elites 79

TEORIA DA REVOLUÇÃO 83

Perspectivas mundiais das revoluções modernas 85

As revoluções modernas, fenômeno desconcertante 87
Função dinâmica das idéias nos processos revolucionários 91
A "razão de Estado" ante as novas crises revolucionárias 95
O papel das organizações revolucionárias 100
A revolução, patrimônio de uma classe 108
O esquema marxista da revolução 111
Estratégia e tática revolucionária moderna. A revolução planificada 113
Fracasso e derrota das revoluções 120
A crise e vigência dos mitos revolucionários 122

REVOLUÇÃO-REAÇÃO 127

As revoluções modernas, fenômeno inelutável 129
As revoluções totalizam-se por dentro 132
As contradições internas 134
A irreversibilidade do fenômeno revolucionário 141
A fortaleza da comunidade nacional 147
O binômio revolução-reação nos movimentos nacionalistas 151
As contradições dos movimentos revolucionários nacionalistas .. 153
As deformações contra-revolucionárias do comunismo 158
Utopia da "revolução permanente" 160

PERSPECTIVAS DO GOLPE DE ESTADO 165

A crise contemporânea do Estado. A debilidade do "Estado forte" 167
Transformações revolucionárias na idéia de Estado 170
O primado do fato revolucionário 173
A "técnica" do golpe de Estado. Sobre alguns sofismas históricos 177
A superestimação da tática revolucionária 183
O processo revolucionário e os golpes de Estado 189
A conquista do Estado, fato essencialmente revolucionário 193
A importância política da inserção no marco histórico nacional .. 195
Contra dogmatismos e esquemas 199

TIRANIA E NEGAÇÃO DA HISTÓRIA 203

A rebelião do homem moderno 205
A história como valor absoluto 208
A culpabilidade universal 211
A objetivação despersonalizante 212
No mundo do processo 215
A inocência permanente da história 216
A tirania da história abstrata 218
Negação da história 222
A maior anarquia 224
Minorias do futuro 226

A REBELIÃO DAS MINORIAS

NATUREZA DA ATUAL CRISE

Cada período histórico centraliza os seus problemas cruciais e procura as respectivas soluções, precisamente em função daquilo que põe em jogo as suas essências e os seus perfís normais. Há algo que faz com que periclite uma cultura, uma forma de vida, ou simplesmente o *homem* como expressão daquela cultura ou forma de vida, e que tomou com o tempo um nome que, de tão usado, quase nos obriga a empregá-lo com rubor. Seu nome é *crise*. Nada há de estranho nem surpreendente, portanto, que a Europa da idade de Lutero formulasse os seus problemas em função da crise moral, espiritual e cultural expressa na rebelião de Lutero. Igualmente normal se nos apresenta o fato de os nossos mais radicais problemas de hoje e as soluções que lhes são pertinentes surgirem também em função de uma crise. Uma crise que tem a sua expressão infernal na doutrina comunista e na invasão do campo da vida histórica pelas massas. Por conseguinte, situar nossos problemas em face desse quadro pecaminoso do nosso tempo não significa, como se vem insistindo já há bastante tempo e com bastante ar de autoridade, que nos coloquemos numa posição negativa, nem que nossa posição seja simplesmente "anti". Em nosso caso, seria nos situarmos em várias espécies de "anticomunismo". Anticomunismo espiritual, cultural, histórico ou antropológico.

Sendo essa atitude, segundo o nosso modo de ver, natural, parece-nos que também o seja a atitude, apresentada com radical empenho e com trágica seriedade, segundo a qual à crise — representada pelo que a sociologia contemporânea definiu com o nome aterrador e ao mesmo tempo atraente de *rebelião das massas* — haveria que opor, como solução, uma rebelião mais profunda e ao mesmo tempo com mais correspondências históricas, em todas as épocas do passado, e que é a *rebelião das minorias*.

No mundo representado hoje em dia pela revolução e a técnica do comunismo e pelo ambiente pecaminoso, em muitos sentidos aparentado com a solução típica representada pelo comunismo, a filosofia das massas adquiriu a forma de universal panacéia. Como toda filosofia, também a das massas centraliza os seus objetivos no problema do homem. E eis um problema que precisamente no mundo comunista adquiriu um valor obsessivo, já que, como nenhum outro, esse mundo quer empreender uma mutação antropológica radical, com a criação de um novo tipo de homem, que é na realidade um enxerto antropológico inédito. A análise que correntemente se faz da doutrina comunista e de suas aplicações e perigos insiste, via de regra, sobre as transformações externas, políticas, institucionais, sociais e econômicas realizadas, mas pouco se tem discorrido em geral sobre a última razão de ser dessa doutrina e dessa filosofia baseada no princípio das massas. Ela objetiva uma radical transformação do homem, nivelando-o, massificando-o, anulando suas prerrogativas divinas e o seu sentido peculiar, como é o princípio fecundo da liberdade. Em geral, a literatura sobre essa radical mudança antropológica a que visa a revolução comunista pertence, em

quantidade muito escassa, ao campo adverso ao comunismo. Mas também, através de casos isolados de rebelião interna na ordem espiritual, temos conseguido penetrar no sentido profundo dessa terrível procura de desumanização que anima o dogmatismo rígido da doutrina comunista. Nesta situação vemos Arthur Koestler, autor do famoso livro *O Zero e o Infinito,* de grande êxito há alguns anos. O drama de seu personagem central, Rubakow, é estarrecedor. Através dele penetramos na filosofia do comunismo quanto ao destino do homem e ao terrível drama desse destino. E essa filosofia afirma, simplesmente, que o indivíduo é uma multidão de um milhão dividida por um milhão e que, do ponto de vista moral, *vender-se por trinta dinheiros é uma transação honrada, mas vender-se à nossa consciência é abandonar a Humanidade.*

Claro está que o complexo problema que tem a sua raíz no fato da *irrupção das massas na vida do espírito e na história,* e na filosofia das massas, seria injustamente limitado só ao campo de ação do comunismo. Mas em nenhum período da história anterior ao nosso a angústia espiritual que o homem vive, sua turbulenta confusão interior, o incessante drama de sua existência, se viram tão intimamente vinculados com a sua vida política e com o acontecimento político de modo geral. Nenhum sistema religioso ou filosófico e nenhuma concepção da vida havia feito consistir no destino do homem os seus problemas, seus avatares e suas fórmulas como em nosso tempo. Em épocas em que sequer a mais perfeita filosofia se atrevera a colocar o problema do "destino" do homem com o patetismo da nossa época, a ninguém passou pela cabeça lançar ao livre jogo das disputas, realizadas pelas minorias contemporâneas responsáveis, a idéia da culpa coletiva,

do pecado admitido como categoria ética, da justificação moral da sanção do grupo. Os trágicos e os filósofos gregos colocavam seus heróis derrotados pelo inimigo sob o signo do *ananké,* onde não havia responsabilidade humana alguma. Ao contrário, Karl Jaspers, pensador que mergulha no mesmo drama da existência, coloca a sua própria comunidade, a qual brilha no campo espiritual como "elite", sob o signo terrível da *schuldfrage.*

CULPA COLETIVA E JULGAMENTO DE CATEGORIA

Estamos acostumados a limitar a quintessência do drama sombrio do homem contemporâneo à experiência espiritual e estatal comunista, experiência essa sem dúvida facilitada em grande parte pelas peculiaridades da alma russa, tão loucamente desviada, com tão dispersos valores. É verdade que a natural disposição da alma russa pelo colossal faz com que a experiência espiritual e estatal comunista nos apresente as coisas muito grandes, em proporções que nos fazem estremecer por sua vastidão. Mas não há dúvida de que ela se acha vinculada a um mal de certo modo generalizado em nosso tempo. Sob tal ponto de vista, é bem típico o problema contemporâneo da cultura e de suas interferências com a vida e o acontecer político. A mentalidade soviética inventou a culpa "objetiva" e a técnica das confissões em função precisamente da culpa "objetiva", como instrumento político de importância substancial. Essa teoria específica da culpa, aplicada ao terreno da luta política, tinha suposto, no espaço de aplicação da doutrina comunista e da experiência estatal bolchevista, o holocausto de milhões de seres, verdadeira base

filosófica do genocídio. Mas voltando a ler, há pouco, sob tensão estarrecedora, as duas mais importantes novelas de Franz Kafka, encontramos nelas algo muito semelhante. Claro está que, segundo o nosso modo de ver, somente em limitada esfera de ação do espírito pode existir algo muito semelhante à culpa "objetiva", de tão típico sabor bolchevista. Kafka poderá chamar essa qualquer coisa — com uma definição que lhe é posterior, precisamente por pertencer aos glosadores de sua obra, mas conforme aquele seu muito peculiar modo de mergulhar na metáfora — de "pecado perdido". Tanto *O Processo* como *O Castigo* (as suas duas novelas capitais) fazem do "pecado perdido" o seu eixo central, como observa com justeza Groethuysen, um bom intérprete de Kafka. E a filosofia que mais *pathos* encerra em nossa época fala também no "pecado perdido" e faz dele o eixo de sua construção e do destino humano em geral. Segue-se a ela, com experiência política, a integração do homem na mentalidade tecnocrática, a sua interpretação como categoria, e sua essencial irresponsabilidade.

Não sabemos porque associamos em nossa mente, com grande freqüência, precisamente as novelas de Kafka — que representam, é necessário dizê-lo, uma profunda, terrível experiência espiritual — com o personagem da novela de Koestler, ao qual aludimos antes, Rubakow. Porque, como aos personagens kafkianos, também a Rubakow se culpa de "pecado perdido". Rubakow é o "homem objetivado" por excelência. E em função disso ele chega à confissão de suas culpas, através de uma lenta e profunda inversão de suas reservas morais. Ele também paga porque existe um erro de categoria e porque é incluído na categoria. Quase nos atreveríamos a ver na

extraordinária rapidez com que faz isso, uma primeira discrepância entre a sua experiência e a dos personagens de Kafka. Enquanto o personagem de *O Processo* permanece até o fim ignorante de sua culpa — o seu pecado é sem dúvida um pecado "perdido" —, Rubakow torna sua culpa "objetiva" e salda-a, convencido de que tem que pagar enquanto *categoria*. Mas não saberíamos dizer, por outro lado, se muitas das experiências russas tradicionais, "ecumênicas", ou as permanentes oscilações entre crime e confissão, como jogo dialético constante da alma russa, distinguem-se muito da situação e comportamento íntimo de Rubakow.

Trata-se, porém, de uma experiência espiritual e que na esfera bolchevista das atividades humanas tem aplicação imediata sobre o destino político e social do homem. E o tem, como dizíamos, em grandes proporções, jamais tentadas na história. Com base nessa radical mutação, o comunismo introduziu no mundo o assassinato em massa, as deportações coletivas e uma incessante luta contra todos os valores do espírito. A concepção que se radica no "pecado perdido" constitui, sem dúvida alguma, um clima propício para esta outra concepção, tecnicamente organizada e convertida em doutrina oficial, com pretensões a universalidade: a doutrina do homem "objetivado", neo-maquiavélica, como costumam dizer com orgulho os seus defensores, e que encontra terreno tão adequado para o seu exercício infernal. E sendo uma concepção dogmaticamente fundada, não se lhe pode opor senão uma doutrina e um ideário positivos, uma mentalidade e uma atitude positivas. Para isso, as simples atitudes defensivas, tanto no terreno teórico, como no terreno prático, já não servem. Uma ética sã e combativa, unida a uma restauração histórica e espiritual

dos valores mais puros e permanentes da fé cristã, formadora das essências da nossa alma, será a base firme para essa atitude positiva que não seja simplesmente um mero ato de defesa.

Trata-se, na realidade, de — a um clima histórico que fundamenta sua doutrina e sua ação direta no fenômeno explosivo das massas e em sua irrupção na vida do espírito, da religião, da cultura e da política — devermos opor necessariamente um clima que se fundamente na *revalorização do princípio das minorias,* outra vez operantes na história, como forças inspiradoras do espírito, da religião, da cultura e da política.

REVALORIZAÇÃO DE UM PRINCÍPIO ARISTOCRÁTICO DA SOCIEDADE

Na realidade, apesar do domínio que o fenômeno das massas tem mantido sobre as reservas vitais do nosso tempo, o outro fenômeno, o das minorias, sempre operantes na história, nunca perdeu de todo a sua presença e parte da sua eficácia. A prova consiste no próprio fato muito curioso de que, no fundo das doutrinas catastróficas dos profetas de crises que proclamam a irrupção das massas na história, sempre perdura uma viva nostalgia, um desejo de elevação até o mundo das "elites", como forças do espírito e como elementos sociais dirigentes. Ouçamos o grito de Goethe, tão singular na clássica harmonia superior do seu espírito, ao denunciar o rugir não muito distante da multidão: "É o século para as cabeças hábeis, para os homens práticos, rápidos, e que, dotados de uma grande destreza, sentem a sua superioridade sobre a multidão, ainda que não estejam superiormente dotados". Mas, ao mesmo tempo, seu espírito se rebela ante a perspectiva

dominadora do homem-massa e, em meio da catástrofe, vislumbra o renascer de um princípio aristocrático no espírito e na vida. E assim proclama ele o advento do tempo em que "Deus já não sinta alegria na humanidade e outra vez tenha que destruí-la para proceder a uma criação remoçada". Ao grito de "as massas avançam", opõe Hegel, por sua vez, os princípios de uma filosofia da história baseada no princípio das "elites", como não se havia feito ainda desde Platão. Mais tarde, Nietzsche vê subir "a preamar do niilismo", declara que "Deus morre" e proclama: "A terra é já pequena e sobre ela dá pulos o homem que empequenece tudo. A sua espécie é indestrutível como a pulga. Trata-se do último homem e o último homem é o que mais vive... Toda a nossa cultura européia se move, desde há muito, pela tortura de uma tensão crescente, de decênio em decênio, como para uma catástrofe. Agitada, acelerada de modo violento, tal como numa corrente que tende a um fim, já não reflete, e tem medo de refletir sobre si mesma". Mas o próprio Nietzsche proclama o triunfo dos melhores, dos superdotados, do "super-homem" e crê como ninguém numa concepção eminentemente aristocrática da vida. E numa concepção aristocrática também se situa Gustave Le Bon, talvez o mais sério estudioso do fenômeno das multidões, tendo a vantagem de, em vez de adotar atitudes proféticas, estudar o seu processo com grande rigor científico como sociólogo das multidões.

E chegamos assim ao mais famoso de todos os pensadores que vêem na *rebelião das massas* não já uma catástrofe profetizada, mas um fenômeno consumado: Ortega y Gasset. Com especial mestria e com poder intuitivo não menor, o sociólogo espanhol aborda, no livro que lhe grangeou a celebri-

dade, este singular fenômeno, que mais define, segundo ele, a nossa época. E como era natural, aquela mestria e intuição tinham que situar esse fenômeno na sua raíz antropológica. Não se trata da análise de grandes fenômenos revolucionários e nem de convulsões sociais dignas de marcar acontecimentos inéditos na história. Se esses fenômenos se produziram em nossa época, nem por isso serão eles os mais relevantes. O mais singular é o aparecimento de *um novo tipo de homem,* dominante em nosso mundo. É o *homem-massa.* De onde quer que surja esse tipo de homem, "feito de brisa, cavalgando nada mais que umas quantas abstrações", idêntico por toda parte, é um "triste aspecto de asfixiante monotonia", e que se apodera do Ocidente. O ensaio de Ortega é, segundo o seu próprio enunciado, nada mais que uma "dissecação do homem-massa". Mas antes de levar a cabo essa dissecação singular e de ver, como ele diz, "por dentro, o espetáculo", proclama a vigência de um princípio aristocrático necessário a nosso mundo: "Sustento, diz ele, uma interpretação da história *radicalmente aristocrática.* É radical, porque nunca eu disse que a sociedade humana *deva* ser aristocrática, senão muito mais do que isso. Eu disse, e continuo a crer, cada dia com uma convicção mais enérgica, que a sociedade humana é sempre aristocrática, queira ou não, por sua própria essência, e até o ponto de ser sociedade na medida em que é aristocrática e de deixar de sê-lo na medida em que se desaristocratiza".

O PRIMADO DO HOMEM-MASSA

Falar, portanto, de uma "rebelião das minorias", que há de ser, necessariamente, o fenômeno tanto mais típico de uma época quanto mais essa época tem vivido sob a permanente

obsessão do fenômeno contrário, não significa, muito menos, cometer uma simples *boutade,* no livre jogo de uma atmosfera demasiado predisposta a dialéticas e a bisantinismos. Em virtude daquele processo de antagonismos, que assinalávamos como peculiar ao clima espiritual europeu, a aparição do fenômeno das multidões e do homem-massa, que o acompanha, está chamada a criar uma evasão paralela do homem autêntico para um mundo de elevações espirituais e o conseguinte fortalecimento de um princípio aristocrático da sociedade. Poderíamos dizer mesmo que — na afirmação consciente, no plano dialético, deste princípio aristocrático — uma verdadeira teoria das elites se forja, precisamente sob o império do que se costuma chamar de "rebelião das massas". Que dúvida haverá de que essa mesma situação de fato indique uma causa? Demonstra-nos assim que o princípio das elites se acha em crise. Demonstra que uma época simbolizada pelo domínio do colossal em todos os aspectos da vida e por uma universal tendência de nivelação para baixo trouxe como contribuição de grande alcance a ausência daquela enorme "diferença de tensão que sempre move a história" (Spann) entre a minoria, representando o caráter criador, e a massa, inerte e estanque[1].

Se é verdade, por outro lado, que a rebelião das massas foi em grande parte um fenômeno produzido pelo desenvol-

1 — Essa falta gradual de uma "diferença de tensão" faz com que o Poder viva cada vez mais debaixo do signo de Leviatã. Conseqüência última dessa situação é a *neutralidade* do poder moderno. Fato ressaltado por Carl Schmitt, num ensaio inteligentíssimo intitulado *Gesprach uber die Macht und den Zugangzun Machthaber* (1954). "O poder é neutro, diz Schmitt. O poder é mais forte que a vontade de poder, mais forte, inclusive, do que cada bondade humana e mais forte, afortunadamente, do que cada maldade humana".

vimento da sociedade européia, pelo que Ortega, seguindo as conclusões de Werner Sombart, chama "dado estatístico" do enorme crescimento da população, não é menos certo que o fenômeno conseqüente desta rebelião, a saber, a aparição do homem-massa, acha-se em íntima conexão com a atitude espiritual das minorias dirigentes do Ocidente. Por isso, ao mesmo tempo que não se pode atribuir a essas minorias espirituais a enorme irrupção na história do fenômeno das massas, *a primazia do homem-massa* é, em troca, algo no qual a crise moral e espiritual ocidental, cujo fio condutor podemos seguir no decorrer dos últimos séculos, tem sua parte de responsabilidade. Somente assim se explica porque a "rebelião das massas" foi, apesar de tudo, o diagnóstico não só social mas também espiritual, definidor de nossa época, e em cujas convulsões profetas e políticos, poetas e místicos, viram os sintomas da morte de um mundo que tinha conhecido um amplo regime de vida. Como numa espetacular época de transição, já desde o tempo mais remoto de nossa vida social se percebia o rugido ameaçador de uma força que não era a primeira vez na história que intentava aflorar à superfície, e as minorias dirigentes, ao mesmo tempo que se alarmavam, cediam suas posições e atribuíam ao novo fenômeno caráter definitivo e inelutável.

ATITUDE DE DEBILIDADE PECAMINOSA DAS ELITES ESPIRITUAIS CONTEMPORÂNEAS

Na verdade, jamais as minorias dirigentes de uma sociedade enfrentaram um inimigo de suas próprias essências com tanto pavor, com um sentimento mais profundo de debilidade, com maior disposição para transações pecaminosas, como fi-

zeram as minorias dirigentes da sociedade ocidental, desde o momento em que no horizonte de nossa era a massa assomou com toda a sobrecarga de suas energias destruidoras. Em seu último livro (*Vom Ursprung und Ziel der Gerschihte*), Karl Jaspers define muito bem essa situação de responsabilidade, que é, ao mesmo tempo, um conúbio pecaminoso. "O indivíduo — diz ele — é certamente mais impotente do que nunca; mas o indivíduo como membro da massa, "a gente", parece adquirir uma vontade. Mas essa vontade não pode surgir originariamente, por si mesma, numa massa anônima. É despertada e guiada mediante a propaganda. As massas necessitam de idéias e indicações. É preciso dizer-se o que elas querem. Mas deve estar preparado nelas o solo para semear o que se diz. O homem de Estado, o pensador, o artista, o poeta têm que dirigir-se às forças existentes na massa, se querem atuar sobre elas. Quais são essas forças, eis uma questão que não se pode antecipar em absoluto. O que caracteriza os homens dirigentes são os impulsos, as paixões e os valores a que recorrem. E, por sua vez, reatua sobre eles aquilo que excitam nas massas. Por este aspecto fica assim determinado como têm que ser eles próprios e como têm que reagir. São expoentes de uma vontade da massa, se é que não se converteram em ditadores e massas dirigidas de escravos... (...) Cada qual, se se pretende fazer valer, gostaria de caminhar com as massas. Mais de um deles supõe que as massas se dirigem a alguma parte e que a verdade consiste em conhecer essa meta e comportar-se segundo isso. Mas as massas como tais não são uma pessoa, não sabem nem querem nada, carecem de conteúdo e são simplesmente instrumento para quem adula suas paixões e seus impulsos psicológicos".

E ao tratar dessa gradual integração e adaptação das minorias ao espírito e tendência das massas, não nos referimos somente à obra de concessões demagógicas no terreno social ou nas falsas ou reais mecânicas de poder, determinadas pelo peso da "Quarta Classe". Este fenômeno de adulação criminosa tem ido muito mais longe, aprofundando-se no terreno dos atributos espirituais. Receosas ante o poder das massas, nossas elites intelectuais têm pretendido atribuir-lhes autênticas qualidades espirituais, formas e fisionomia próprias. Matar a *pessoa,* como realidade viva, e substituí-la pela *massa,* matéria abstrata e inerte, tem sido em grande parte o papel de muitos poetas, sociólogos, místicos, filósofos e artistas de nosso tempo. Walth Whitmann tanto como Maiakovski, Schoenberg tanto como Shostakovitch, Sartre tanto como Ehremburg, são outros tantos espíritos "de talento" da nossa época e aduladores das multidões informes, às quais atribuem alma própria e espiritualidade peculiar. *Caminhar inexoravelmente com as massas* parece ter sido e parece ser ainda a senha de muitos espíritos escolhidos. E o clima reinante entre as nossas minorias dirigentes parece prestar-se muito a isso. Assim, o que antes era uma realidade difusa, que em nada ameaçava a hierarquia de valores sobre os quais o nosso mundo se assentava — uma realidade sem consistência histórica —, converte-se em menos de um século, não tanto na conseqüência necessária de determinadas experiências políticas e ideológicas, quanto em um fantasma que um mundo decrépito perfilha e contribui para converter em realidade, à força de desquisições doutrinárias, de concessões imperdoáveis e de retrocessos espirituais.

Condenável é, portanto, a atitude espiritual com que grande parte das "elites" ocidentais aceitou, nos últimos decênios,

imediatos ao princípio da massa, a irrupção na história dessa caterva coletiva. Viver sob o signo do social passou a significar, tanto na ação política, como no plano das atividades do espírito, não apenas imprimir um valor humano à justiça social e ao princípio de distribuição da riqueza, mas confundir mesmo as minorias condutoras com o princípio negativo da massa, aceitando as suas essências, identificando-se com o mundo infra-humano que o representava.

As próprias revoluções sociais que pretenderam dar solução à crise, representada pela irrupção da massa até a cúpula da vida social e política, nasceram, viveram e sucumbiram, em parte, vítimas do que poderíamos chamar de "complexo das multidões". Ante a ameaçadora realidade comunista, as revoluções sociais de tipo anticomunista sentiram-se de certo modo culpadas e prisioneiras de um dogmatismo que pesava sobre o espírito da época, dispostas a fazer todas as concessões, sem encontrar porisso a solução. E por viver nossa época sob esse complexo do social, os dirigentes, incluindo os que pretendiam soluções que detivessem a preamar do comunismo, em sua incontestável habilidade de apoderar-se da ideologia das massas, como instrumento de domínio e de terror, tais dirigentes fizeram tal número de concessões ao homem-massa que, posteriormente, para o investigador de nosso mundo de valores sociais, seria difícil reconhecer naqueles caudilhos da ordem e da hierarquia verdadeiras minorias sociais e políticas escolhidas.

Tudo isso porque, na verdade, à revolução de caráter social, não se opunham em suas linhas fundamentais, mas apenas negavam a transcendência do social em seus limites estritos, por uma revolução de aparência oposta.

E essa revolução de aparência oposta *não conseguiu ser uma contra-revolução social.* Por outro lado, se é verdade o que disse Joseph de Maistre, segundo o qual "uma contra-revolução não é uma revolução contrária, mas o contrário de uma revolução", não há dúvida então de que, na dialética social de nosso tempo, os adversários do comunismo se mantiveram em grande parte fora do jogo dialético e realizaram precisamente "o contrário de uma revolução". Porisso, as últimas décadas de lutas políticas e sociais se situa num sobre-humano e estéril esforço, segundo a "dialética das lutas comunistas e fascistas", na célebre fórmula de Trotsky. "Durante a maré alta — escreve Trotsky em sua *Histoire de la Révolution Russe* — o proletariado arrasta consigo a pequena burguesia, enquanto durante a maré baixa a pequena burguesia arrasta consigo grande parte do proletariado". Na base da revolução comunista existiu o que Ortega chama de "moral extravagante", definição à qual preferimos a que De Maistre deu à Revolução Francesa: de "moral satânica". Mas a essa moral "extravagante" ou "satânica", como quer que se a chame, as elites do Ocidente não souberam opor uma revolução de caráter diferente, ou, se o tentaram, não o fizeram com suficiente coragem e autenticidade de convicções.

PROPULSORES DE UMA REBELIÃO CONTRA O PRINCÍPIO DA MASSA NA ESFERA SOCIAL E POLÍTICA

Aceitar o aparecimento das multidões como protagonistas, como um dos protagonistas da história dos fatos sociais, aceitar a importância da revolução social como tal, não significa, necessariamente, imprimir à solução dos grandes pro-

blemas as mesmas características que as massas atribuem à realidade histórica. Tem-se falado constantemente em "rebelião das massas" e em suas terríveis conseqüências para o nosso mundo dos valores, como o fato singular de nosso tempo. Mas não se tem equacionado, como uma inexorável lei de necessidade histórica o deveria exigir, o problema de uma *rebelião das minorias,* contra o desagregador princípio da massa e as suas trágicas conseqüências na decomposição do mundo ocidental. Pois bem, apesar da magnitude do problema que mobilizou, de igual maneira, a fantasia e as inquietudes dos profetas e dos políticos, a revolução das elites, a sua contínua rebelião, tem sido um fato implícito, se bem que em muitos sentidos tímido, mas um acontecimento até certo ponto peculiar ao nosso tempo. Como veremos mais adiante, coube precisamente a esta época de crise do princípio aristocrático no mundo social e no âmbito espiritual, a formulação das mais importantes doutrinas das elites participantes na política, na vida do espírito e na história. Não esqueçam, portanto, os profetas catastróficos da "rebelião das massas", que justamente durante esta "rebelião" surgiram a teoria da "classe dirigente" de Mosca, a teoria da circulação das aristocracias de Pareto, o mito aristocrático da violência de Sorel e, no terreno da revolução espiritual, atitudes autênticas, em grau elevado. E não se trata de teorias à margem dos acontecimentos. A maioria desses teóricos influiu sobre as revoluções políticas e sociais, como poucas vezes ocorreu na história. E, no que houve neles de utopia, cremos descobrir mesmo o mais alto valor de suas meditações, porque em nada se há de encontrar o sublime valor, porventura eterno, da realidade política, como nas grandes "utopias".

Essa revolução autêntica das elites constituiu um fato indiscutível, ainda que uma interpretação mesquinha do fenômeno atual o tenha sistematicamente ignorado. Trata-se, aliás, de uma revolução espiritual silenciosa, que, se não tem tido a deflagração espetacular das revoluções sangrentas, não tem sido porisso menos patética nem tampouco menos digna de um lugar de honra na história. Somente graças a ela os povos souberam, em inúmeras ocasiões, defender valores espirituais com uma energia, com um valor, com uma capacidade de sacrifício, superiores a todas as investidas que o princípio das massas pode mobilizar, num clima histórico que o favorecia sobremaneira. O fato de, numa época dominada pelo espírito inerte das massas, nascerem e agirem homens e até povos com espírito e condições de Cruzada; o fato de grandes idéias porem em marcha não menores energias de dedicação e plenitude; o fato de numa época ameaçada pelo monstro do cesarismo tecnocrático surgir a mais vibrante, a mais autêntica e a mais candente colocação do problema da liberdade; e de em muitos povos que sofrem sob as patas da besta do Anticristo florescer, como no primeiro dia, o nobre clima religioso das catacumbas, são outros tantos sinais de que a "rebelião das massas" não pode destruir de maneira tão definitiva todas as nossas reservas vitais. Porisso podemos dizer que, quando todo um mundo de convicções se acha ameaçado pelo vulcão das explosões infra-humanas, o fato verdadeiramente revolucionário não está, certamente, onde aparenta, mas onde evidentemente se encontra.

Na *rebelião necessária das minorias* encontra-se, portanto, o acontecimento mais importante de nossa época. Tão colossais são, porém, as dimensões do outro acontecimento,

e mais em evidência, que este, o da revolução autêntica das minorias, permanece oculto, diminuído, muitas vezes até para os espíritos mais avisados. Triste é constatar que essa rebelião necessária das minorias não tenha encontrado ainda o seu profeta, o avisado intérprete dela como fenômeno salvador e universal. Triste é também constatar que ela permaneça enclausurada em bem poucos núcleos animados de uma loucura sagrada, que defendem o Ocidente em seu único patrimônio invulnerável e incorruptível dos valores do espírito, em todo um universo de acontecimentos autênticos. Mas essa rebelião das minorias autênticas contra o princípio das massas e contra a radical degradação da caterva coletiva, há de estender o seu ímpeto regenerador a todos aqueles espíritos, que são muitos mais do que se supõe, nesta hora de amarga confusão, e que crêem ainda na salvação do Ocidente e na única crise que é digna de se salvar em momentos como este: as essências do espírito, que são essências de vida.

É possível que grande parte da sociologia catastrófica, que vê no fenômeno das massas o acontecimento verdadeiramente preponderante do nosso tempo, queira nos retrucar, alegando com a degradação definitiva do princípio aristocrático no mundo das ocorrências políticas e sociais. A essa sociologia catastrófica podemos contestar somente com o princípio enunciado em outra ocasião, a saber: quando uma sociedade não se rege segundo um princípio aristocrático perde os atributos de uma sociedade. Mas essa argumentação apriorística seria insuficiente, já que poderia dar lugar a admitir-se o estado de permanente crise da nossa sociedade atual e não implicaria por si só na vigência social e política do princípio aristocrático em nosso mundo. Uma autêntica teoria da *classe*

dirigente! Essa teoria foi formulada, brilhante e realisticamente, em nossa época. E ela rechaça, ao mesmo tempo, a ficção democrática do autogoverno das massas e o mito comunista da ascensão das massas ao poder.

TEORIA DA CLASSE DIRIGENTE: MOSCA, JASPERS

Uma verdadeira ilustração da vigência permanente de um princípio aristocrático na vida de uma sociedade oferece-nos a teoria de Gaetano Mosca, sobre a "classe dirigente", desenvolvida em seu famoso livro *Elementi di Scienza Política* (1923). "Em todas as sociedades — afirma Mosca — existem duas classes: uma, menos numerosa, minoritária, a dos que dirigem, a que exerce as funções políticas, monopoliza o poder e goza de um número determinado de benefícios; e a outra, mais numerosa, a dirigida, que sustenta e alimenta as prerrogativas da primeira". Sempre foi assim e assim terão que se reger todas as sociedades, já que é inconcebível um mundo real onde todos os homens fossem dirigidos por uma só pessoa, sem mais relações de superioridade ou subordinação, ou então um mundo onde todos participassem por igual na direção dos negócios. "O domínio de uma minoria organizada, obedecendo a um impulso único, sobre a maioria desorganizada, é inevitável. O poder de qualquer minoria é irresistível sobre cada indivíduo isolado da maioria, que se acha só ante a minoria organizada. Ao mesmo tempo, a minoria é organizada pelo próprio fato de ser uma minoria. Cem homens, atuando uniformemente de acordo, triunfarão sobre mil homens que não estão de acordo e que, portanto, podem ser combatidos como um a um". Não encontramos o conceito de massa explicitamente formulado na doutrina do sociólogo

italiano. Sem dúvida, a sua concepção aristocrática da política o integra entre os governadores, na grande classe dirigida. Nem para ele, nem para Pareto, nem Sorel, a ascensão das massas ao poder, fenômeno embora que todos presenciavam e diagnosticam, não significava uma degradação do princípio vigente das minorias políticas dirigentes.

No grande número dos que integram a classe dirigida surge, sem dúvida, um elemento inédito, cuja influência no âmbito da sociedade seria inegável. Este elemento é a massa. Jaspers, ainda que a distinção de Mosca lhe seja estranha, procedeu com agudeza ao dividir precisamente essa classe dirigida em *povo, público* e *massa*. Cada um desses elementos se refletem no homem considerado como indivíduo, o qual pode ser, sucessivamente, povo, público e massa. Segundo Jaspers, a massa aparece como conseqüência da técnica que amesquinha o horizonte, faz com que se viva a curto prazo, e daí os homens sem "mundo próprio, sem ascendência, ficando em situação de disponibilidade, variáveis entre si" (*Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*). O indivíduo pode ser, ao mesmo tempo, povo e massa. Na primeira hipótese, incarna "a personalidade viva, insubstituível, teatro vivido, presente histórico". Na segunda, "aplaude freneticamente o *divo* no púlpito dos dirigentes, pensa em números, acumula, nivela". Entre o povo, conceito que supõe hierarquia de valores e articulações, e a massa, está o público. "O público é o eco da poesia, da arte, da literatura. Quando o povo já não vive amplamente de sua comunidade, produz-se a multiplicidade de um público em cada caso, escorregadio e inapreensível como a massa, mas de qualquer maneira uma publicidade para as coisas espirituais em livre competência".

Mas no próprio fato da inconsistência da massa, no fato de não ser ela nada definitivo, vê Jaspers a possibilidade de florescer uma nova nobreza espiritual. Não se trata de ser essa nobreza espiritual o produto das massas, mas simplesmente de a presença das massas na história admitir, por sua própria inconsistência, uma hierarquia de valores e a continuidade dirigente de uma aristocracia eficiente. Jaspers vislumbra, inclusive, uma situação otimista, espiritualmente fundada, que nada tem a ver com a paradisíaca e ao mesmo tempo falsa visão materialista do comunismo. "Também é possível — escreve o filósofo alemão — que dentro das massas se desenvolva o trabalho do verdadeiro espírito, esse trabalho racional que se realiza nas paulatinas variações dos estados e que ninguém vê em seu conjunto, mas no qual impera tanto a razão que venham a ser possíveis a existência ordenada, o trabalho livre e a livre criação, na maior medida possível. O mundo encaminhar-se-ia então a uma altitude da história onde passaria a ter existência efetiva nas próprias massas o que antes era privativo das aristocracias: educação, ordenada configuração da existência e do pensamento dos indivíduos, capacidade de apreender e participar na ação espiritual, refletir e ponderar, e buscar historicamente o racional nas mais agudas tensões dos homens que se opõem, crítica e solidariamente, ao próprio tempo".

PARETO E A CIRCULAÇÃO DAS ARISTOCRACIAS

A presença das massas na história só relativamente pode influir sobre o que é essencial na vida de toda classe dirigente: *a circulação de suas aristocracias*. Desse modo, se, por um

lado, essa presença pode provocar uma massificação, em grau mais profundo pode contribuir indiretamente para um processo de redistribuição dessas mesmas elites. Entre os dados indiretamente positivos que derivam da imposição forçosa do princípio das massas como força dominadora de uma sociedade, levada a cabo pelo bolchevismo em seu espaço geográfico de aplicação histórica, podemos assinalar, em forma de exemplo, uma implícita revalorização das nações, que são formas minoritárias de vida das grandes áreas políticas. Dentro da *classe dirigente* há que discernir, como o fez Mosca, uma classe *superior* e outra *média,* ou melhor ainda, seguindo o critério de Pareto, há que distinguir entre *elite dirigente* e *elite não dirigente.* Para Mosca, uma sociedade é a sociedade da classe dirigente. Ao se estudar a estrutura, as modificações internas e as características desta, estuda-se implicitamente a estrutura, modificações e peculiaridades da sociedade correspondente. A classe dirigente orienta a sociedade, pelo controle de suas principais *forças sociais* e com base em *fórmulas políticas* que racionaliza e que justificam seu domínio e a estrutura da sociedade respectiva. "Não pode haver organização humana — Mosca afirma — sem hierarquia e subordinação. Qualquer espécie de hierarquia exige que uns mandem e outros obedeçam". E quanto às relações que existem entre a minoria dirigente e a massa, aquele "caminhar inexoravelmente com as massas", no qual Jaspers vê o signo peculiar de nossa época, constitui para Mosca e sua teoria política uma simples reserva no exercício do poder. "Qualquer que seja a sua origem — escreve ele — os métodos empregados pelos homens que tendem a monopolizar e explorar a simpatia das massas têm sido sempre os mesmos. Eles se resumem na denúncia, naturalmente exa-

gerada, do egoísmo, da estupidez, do bem-estar dos ricos e dos poderosos, e de seus vícios reais ou imaginários, e na promessa de satisfazer uma necessidade comum e difusa de justiça, com a abolição de toda distinção social baseada nos benefícios do nascimento e distribuição com absoluta igualdade dos prazeres e das pessoas".

Mas para que uma sociedade não se reduza a um estancamento estéril é necessário que a sua classe dirigente apresente uma determinada mobilidade, uma renovação mais ou menos constante. O problema da *circulação das aristocracias* preocupou sempre a todos os espíritos dedicados a decifrar os segredos do mundo da política. A teoria dos *círculos de governo,* de Políbio, é já um indício, bem antigo, dessa preocupação. Para Maquiavel, a teoria e a "técnica" das "trocas" são verdadeiras obsessões. E em plena irrupção das massas na vida política e espiritual de nossos dias, Vilfredo Pareto formula a sua interessante teoria sobre a circulação das aristocracias, que, junto com a teoria da violência como elemento motor do tipo de sociedade contemporânea, de Georges Sorel, têm sido as forças dogmáticas que influenciaram de um modo surpreendente as revoluções políticas e sociais de nosso século. Essas teorias nos oferecem a demonstração plena de que — inclusive numa sociedade como a nossa, na qual se produziu a "rebelião das massas" e na qual a antiga harmonia de classes e a hierarquia de valores têm sido substituídas pelo domínio das castas, pela burocracia tecnocrática — o princípio aristocrático, a elite, é a única realidade que permite uma forma viável de sociedade, uma reflexão à parte, e seu influxo sobre o pensamento e a anima-a e justifica-a. A construção paretiana, que merece ação política de uma boa parte dos revolucionários e políticos

do nosso tempo, justificam — mais do que um fenômeno de rebelião no campo político, das minorias contra o princípio das massas — a permanência do princípio aristocrático como o único válido em nosso mundo tão confuso e tão instável. Segundo Pareto, existem dois elementos distintos que operam na vida e na ação social. Em primeiro lugar, os elementos constantes, que mudam relativamente pouco de uma época e de um tipo de sociedade para outra. São os *núcleos* ou *resíduos*. Em segundo lugar, os elementos variáveis, segundo épocas e civilizações. São as *derivações*. Entre os primeiros distingue Pareto seis classes, a saber: o instinto de combinação (por exemplo, as práticas de magia), a persistência de grupos, resíduos de expressão, resíduos relativos aos deveres sociais, integridade do indivíduo e do que pertence ao resíduo social. Entre os segundos distingue: a asserção (normas dogmáticas de ação social), autoridade, acordo com os sentimentos e princípios, etc. A importância dos primeiros elementos de ação social é extraordinária, pelo efeito dessas forças que perfilam dinamicamente a sua estrutura sobre o que Pareto define como *circulação de suas aristocracias*. "A sociedade humana — diz ele, contradizendo assim a concepção marxista e tudo o que ela possa supor — não é algo homogêneo, e os indivíduos são física, moral e intelectualmente diferentes".

A elite de uma sociedade é algo em contínuo dinamismo. A circulação das elites, num sentido ou noutro da escala social, é algo imprescindível para a sociedade. Através dessa circulação das aristocracias, podemos distinguir perfeitamente o campo que pertence à elite do que pertence à massa. Os resíduos da primeira classe concentram-se na elite, porque possui melhores qualidades de inteligência e atividade, e sua

degeneração se evita por uma permanente circulação. Os resíduos da segunda classe concentram-se, em troca, nos indivíduos que integram a massa. A circulação das aristocracias se realiza através da *evolução, revolução* ou *degeneração social*. A revolução facilita, em princípio, a eliminação dos elementos débeis da antiga elite e sua substituição por novos elementos, ao mesmo tempo em que supõe uma modificação do equilíbrio social a favor dos resíduos concentrados na massa.

Com isso chegamos, ao menos aparentemente, na construção da doutrina paretiana, ao papel que se atribui às massas no processo de circulação das aristocracias sociais como conseqüência de um dado revolucionário. Uma página do seu *Trattato di Sociologgia Generale* nos define magistralmente esse processo de circulação das elites com base em um dado revolucionário. "Suponhamos — diz Pareto — que um determinado país possui uma classe dirigente A, concentrando, no que se refere à inteligência, os melhores elementos de toda a população. A classe dirigida B não pode ter, neste caso, mais do que pouca ou nenhuma esperança de vencer a classe A, no que diz respeito a uma luta intelectual. Se a inteligência pudesse combinar-se com a força, o domínio da classe A seria perpétuo. Mas essa combinação somente se dá em poucos indivíduos. Na maioria dos casos, os homens que se baseiam em sua inteligência são ou se tornam menos capazes de empregar a violência ou vice-versa. Deste modo, a concentração na classe A dos indivíduos melhor dotados para a habilidade, conduz à concentração na classe B dos melhor dotados para a violência. Se essa distribuição se acentua, o equilíbrio tende a tornar-se instável já que os do grupo A, hábeis para enganar, carecem da valentia necessária para empregar a força e a pró-

pria força lhes falta. Enquanto os do grupo B possuem ao mesmo tempo a força e a valentia para utilizá-la, mas precisam da inteligência necessária para por em prática as suas vantagens. Se, por felicidade, eles encontram chefes que possuem essa inteligência — e a história ensina que são geralmente os desajustados do grupo A que se transformam em tais chefes —, então eles passam a dispor de tudo o que lhes é necessário para afastar aos do grupo A do poder. A história oferece inúmeros exemplos a esse respeito, desde os tempos mais remotos até hoje". Desta forma, seguindo o dualismo maquiavélico que distingue, na luta pela conquista e manutenção do poder, os leões e os tolos, Pareto explica o mecanismo do fenômeno revolucionário. Este mecanismo se aplica perfeitamente à luta pelo poder atual sob o signo das massas. Aparentemente, Pareto oferece às massas um papel definitivo na conquista revolucionária do poder. Mas só aparentemente. Com efeito, a violência revolucionária das massas atuais se viu em pecaminoso conúbio com a inteligência da classe dirigente liberal e burguesa em plena crise. Também grande parte desta classe se tem conduzido segundo o princípio que abria caminho no mundo dos fatos políticos e sociais: "caminhar inexoravelmente com as massas". Mas isso enquanto o acesso efetivo das massas ao poder se reduz, também segundo a explicação de Pareto, a uma pura ilusão.

A revolução na qual as massas podem ter um papel ativo e efetivo é às vezes necessária, já que ela ajuda a um determinado tipo de sociedade a sair de uma situação de estagnação e suas minorias selecionadas então se renovam, mediante o afluxo de elementos novos e a modificação do equilíbrio existente entre resíduos ou constantes ativas. Mas as massas

não têm acesso ao poder mediante uma revolução que se faça apenas por seu impulso ou sob o seu signo. No caso em que o seu influxo seja decisivo, a única coisa que acontece são os frutos de uma revolução beneficiarem exclusivamente uma minoria ambiciosa e violenta, desprovida das qualidades necessárias para ser uma autêntica elite política e social. É bem o caso, poderíamos dizer, glosando a tese de Pareto, da maior revolução baseada no princípio da rebelião das massas, como foi a revolução bolchevista. Desta vez o fenômeno das massas foi habilmente utilizado por uma escassa minoria revolucionária, dotada de quadros organizados, conhecendo perfeitamente as reservas espirituais e sociais sobre as quais se move o fenômeno das massas. Mas o resultado dessa revolução foi somente parcialmente um rejuvenescimento autêntico da minoria russa, fundada num processo fecundo de circulação das aristocracias. O resultado não foi propriamente dito a criação de uma nova elite ou classe dirigente, mas a de uma *casta* desapiedada, capaz de governar sobre as multidões e simplesmente sem elas, por ser ela a única capa governamental do mundo atual que não se acha dominada pelo universal complexo das massas. Para tal casta, a idéia das massas é um simples instrumento de propaganda, mera arma demagógica. A fórmula é tanto mais abominável, historicamente falando, quanto mais feliz é do ponto de vista dos interesses imediatos de semelhante casta. As massas vivem com a ilusão de sua ascensão ao poder, quando na realidade não são mais que um imenso e desolador arsenal de escravos, guiados por um punhado de ambiciosos dominados pelo *pathos* do poder absoluto.

De todas as maneiras, o que permanece de pé é o fato de uma revolução baseada sobre a idéia de massa, e realizada

com a ajuda das massas, não significar em si mesmo a ascensão das massas, já que as suas conseqüências são, como a história das revoluções modernas nos demonstra, uma maior concentração de poderes nas mãos de uma minoria dirigente e um maior domínio sobre as reservas políticas e sociais da crescente maioria dirigida.

SOREL OU AS ELITES SOCIAIS REVOLUCIONÁRIAS

Outra expressiva reivindicação do princípio das elites políticas e sociais como promotoras das grandes transformações contemporâneas é, sem dúvida alguma, a doutrina de Georges Sorel, autor do mito catastrófico da greve geral e teórico da violência interpretada como motor das grandes renovações sociais e políticas. A influência de Sorel sobre os movimentos revolucionários mais importantes do nosso tempo, e de um modo especial sobre as personalidades revolucionárias de Lenine e de Mussolini, demonstra a enorme eficácia de sua doutrina e a sua grande conexão com a realidade de nossa época. Não se trata, nesta sua influência, da imediata eficácia de uma doutrina abstrata sobre uma técnica revolucionária determinada. No momento em que a obra de Sorel demonstrava a sua eficácia sobre os mais importantes chefes revolucionários, poderíamos dizer que nos achávamos já naquele instante histórico em que Spengler considera que uma determinada política — e no caso a de Marx, posto que, tanto como a de Rousseau, já havia produzido há tempos o fenômeno — perde a sua eficácia de tal maneira que já nem se torna sequer refutada, por ser simplesmente tediosa. Porisso, ao explicar a sua influência sobre Mussolini e Lenine, Sorel pode dizer: "Não creio muito

na influência de um só homem, de um só cérebro sobre qualquer acontecimento. Creio que, quando um cérebro formula uma idéia, essa idéia já estava no ar. Eu preconizei a violência baseado em razões históricas, filosóficas e também políticas, e precisamente numa época em que os espíritos se encontram presos de tão indiscutível malestar social e moral. Falei da utilidade do pragmatismo e denunciei as ilusões do progresso. Reuni material para uma teoria do proletariado. Porisso não tenho a pretensão de ter inventado novas realidades atuantes".

Pois bem, essa teoria de incontestável influência sobre os grandes movimentos de massa do nosso tempo é uma teoria que se fundamenta na interpretação do fenômeno revolucionário de tipo social como resultado da força operante de uma elite. Porisso Sorel via em Mussolini, considerado por muitos autores como seu discípulo, um gênio político de uma "dimensão que supera a de todos os homens de Estado atuais", o qual "inventou uma coisa que não se acha em meus livros: a união do nacional com o social, que estudei mas não aprofundei. Essa *descoberta da síntese nacional-social,* que é o fundamento do seu método, é puramente mussoliniana, e não pude inspirá-la nem direta e nem indiretamente". Sorel fundamenta a sua teoria sobre a importância que adquirem as massas na sociedade de nosso tempo e sobre a importância do proletariado urbano organizado na vida atual. Mas em vez de ser uma reivindicação doutrinária do princípio das massas, a sua teoria se baseia essencialmente na *força atuante de uma minoria dirigente,* e é uma verdadeira *teoria das elites sociais revolucionárias.* "Tem-se que renunciar a teorizar a ideologia do povo, isto é, à idéia de uma revolução determinada em grande parte pela presença das massas na história, sobre a estatística" (*Le*

Système Histórique de Renan). "Nos estudos sociais que se fazem hoje em dia, atribui-se, uma importância excessiva às questões de número. Tal ilusão é grandemente alimentada pelos prejuízos que derivam do sufrágio universal. Os rebanhos eleitorais podem transformar os chefes do governo em não importa que mediocridade. Mas tais rebanhos não resistem ante a força moral solidamente organizada, assim como as massas bárbaras não puderam vencer os pequenos exércitos de Alexandre ou de César. Napoleão teve que dizer: "O que mais custa na guerra é a força moral — e podemos acreditar em sua palavra." (*La Réligion d'Aujourd'hui*).

Somente uma elite pode interpretar as verdadeiras essências de uma época e descrevê-las, quer suscitando aos nossos olhos personagens fantásticos. quer construindo cidades simbólicas (*D'Aristóteles à Marx*). Somente as "autoridades sociais" ou os grupos seletos, animados por um sólido "espírito de corpo", podem ajudar a superação e solução das crises sociais (*Matériaux pour une théorie du Prolétariat*). Uma verdadeira teoria das elites dirigentes deduz-se de Sorel, do seu estudo histórico do desenvolvimento da Igreja Católia: "O catolicismo reservou sempre as suas funções de luta a corpos pouco numerosos, mais rigorosamente selecionados através de provas destinadas a revelar a autêntica vocação de seus membros. Com essa formação de elites inteiramente consagradas à vida monástica, dispostas a enfrentar todos os obstáculos e animadas por uma fé absoluta na vitória, o catolicismo pode vencer até agora seus inimigos" (*Réflexions sur la Violence*). Encara Sorel a ação renovadora da minoria como sobretudo possível em épocas de crise. Graças à elite, toda crise pode ser princípio fecundo de renovação. E numa época de crise como a nossa, a

renovação será "obra daquela classe que atue subterraneamente e se divorcie do mundo moderno, tal como o judaísmo se divorciou do mundo antigo" (*Réflexions sur la Violence*).

HIERARQUIA DE VALORES E PSEUDO-MINORIAS. PERIGOS DA CATERVA ESPIRITUAL

Como se viu, os delineamentos principais de uma teoria da elite, sobre os quais pode cimentar-se a idéia da *necessidade de uma rebelião das minorias contra o princípio das massas,* não o encontramos apenas, como seria natural, entre os protagonistas de uma revolução espiritual de nossa época. Espíritos cuja influência sobre os fenômenos sociais que ilustraram o presente século é incontestável, formulam suas teorias em função da eficácia de uma minoria dirigente da história. E com maior razão numa sociedade em crise como a nossa, onde o espírito criador da minoria, do homem superior, ou do herói, revela-se fecundo. Numa sociedade como a atual, ameaçada de diluir-se num fenômeno de nivelação que as massas apresentam como algo peculiar, a idéia de uma hierarquia de valores vibra com mais premência do que nunca. Porque a "teoria das hierarquias é o fruto mais valioso da filosofia social. É a obra final de toda a ética" (Othmar Spann).

A sociedade é, essencialmente, dualidade; quer dizer, dinâmica articulação na qual um dá e outro recebe, o membro criador e o membro receptor. O primeiro é ativo, fecundo, criador: é a elite, a minoria dirigente. O segundo é passivo e receptor: é o público, a massa em geral, o que garante o diálogo com a sua própria presença e da qual Goethe pôde dizer: "Que seria eu sem ti, querido público? Todos os meus

pensamentos seriam monólogos. Todas as minhas sensações opacidades". "Nem todos os homens — escreve por sua vez Othmar Spann, admirável analisador das fontes recônditas que alimentam o fenômeno social — são do mesmo modo membros do espírito objetivo e da dualidade. São iguais com ser homens em vez de pedras, com ser membros de dualidades sociais e não do campo gravitatório. Mas acima dessa igualdade, que se baseia nos fundamentos da natureza da espécie humana, há enormes diferenças de potencial da vida social. Graças a essas diferenças de tensão move-se a história. Hoje em dia, na época da economia das massas, da educação das massas e do amancebamento de todas as classes, olvidam-se as profundas e misteriosas diferenças entre os homens em sua qualidade de membro de uma cultura, passando por cima do que há de mais importante e magnífico na sociedade e na história. O espírito criador, o caudilho, o condutor. Sem o espírito criador nada haveria na história e nem em toda a cultura; da massa sozinha somente poderia originar-se a inércia, a estagnação, a sensualidade embotada, a inveja e a degeneração. O espírito criador é a força modeladora da história, força a serviço do espírito objetivo. Platão, Hegel, Fichte, Schelling, Nietzsche e Carlyle sempre ressaltaram o papel decisivo do chefe... Quem não puder representar a cultura e a história como um desnível poderoso em que o raio criador, sob pena de tudo arruinar-se, vá entretendo sem descanso a sua obra, nada conseguiu aprender de sua profundidade".

De tudo isso é natural que se deduza que a ação social não seja mero fruto de uma combinação mecânica. Na vida social e política, na criação das verdadeiras ideologias formadoras e fecundas, atua com imperiosa presença a ação do espí-

rito. Porisso nada há de mais monstruoso que uma concepção materialista da sociedade. Claro está que a presença e a ação fecunda da elite na sociedade e na história é um fenômeno assaz complexo, sobretudo em nossos dias, em que o princípio das massas pode influir na formação e no comportamento das minorias dirigentes.

Hoje, mais do que nunca na história, as forças que se encontram frente a frente constituem a necessária articulação tensa que assegura a existência da nossa sociedade e não são apenas a *minoria dirigente* e a *massa.* Há uma terceira força, que aliás atua em igualdade de condições com a minoria criadora e que tende a confundir-se subrepticiamente com a minoria. Semelhante aos "falsos profetas", cuja presença na história Jesus denuncia como típica dos momentos escatológicos, essa força pseudo-minoritária e pseudo-aristocrática mostra-se, na realidade, muito mais atuante sobre a sociedade e sobre a história do que as massas contemporâneas. Ela hoje participa do espírito das massas, mas contém em si mesma uma caudal de forças negativas muito superiores às energias subterrâneas que o fenômeno das massas pode mobilizar. Aquela espécie de "espíritos malignos, de sombrios e demoníacos ex-homens", que atuam sempre na história, a *caterva* que transborda de "tempo em tempo, isto é, com as grandes revoluções" (Spann), que "agrupam e acaudilham as potências das trevas com as suas próprias forças demoníacas", acha-se presente em nossa época mais do que nunca e coloca em patética e permanente situação de perigo os verdadeiros espíritos criadores, tanto na vida do espírito como na vida social.

Mas a vida social de hoje dificilmente poderá oferecer os meios para que seja perfeita em seu âmbito essa distinção entre

a autêntica minoria dirigente e a *pseudo-minoria* ou *caterva* e para que tal discriminação seja também fecunda. A vida social de hoje, com a complexidade que a era do domínio da técnica supõe, presta-se ao fato de, em lugar de classes dirigentes, florescerem verdadeiras castas dominantes, cuja existência e duração se encontram enormemente facilitadas pela tecnocracia e pelos perigosos julgamentos de valores, que tendem cada vez mais a nivelar os homens. A vida social se acha em parte prisioneira de forças que, por serem ignoradas, muito bem podem pertencer à *caterva* ou ao fenômeno das *falsas minorias.*

Resta, portanto, como única e autêntica fonte de nobreza, onde as elites podem alimentar-se de verdadeiras forças criadoras e podem levar a cabo uma rebelião própria e constante, que em breve há de estender-se ao campo social e político, *aquela que emana do domínio do espírito.* A rebelião das minorias há de efetuar-se em primeiro lugar no domínio do espírito. Neste campo hão de se valorizar as minorias, não como forças social, política e racialmente superiores, mas como forças criadoras por sua mesma autenticidade, por sua íntima capacidade de serem e permanecerem fiéis ao imperativo de sua própria existência. O *vínculo dialético entre política e espírito,* tão necessário para que a revolução social se espraie e se torne uma revolução social autêntica, encontra, porisso, a sua fórmula ideal na definição que Platão deu do *homo politicus*: "Somente aquele que, obedecendo a si próprio, se submete em sua mesma intimidade ao apelo dos valores supremos, possui as qualidades necessárias para guiar convenientemente aos demais e submetê-los ao influxo da própria orientação valorizadora".

Porisso, uma minoria ativa e criadora, no sentido superior, não há de ser uma minoria disposta a colocar-se fora de nossa época, com o seu drama, com os seus problemas, com as suas ascensões e até mesmo com as suas quedas. Uma verdadeira nobreza, capaz de revoltar-se contra o homem-massa e contra a caudal de forças negativas que o princípio das massas trouxe à história, tem que participar do regime existencial contemporâneo, com seus dotes de autenticidade e com força de fecunda liderança sobre um mundo descomposto e desorganizado. Só assim, sobre o mundo de amanhã, poderá projetar-se não a figura do tirano que extrai do mundo da técnica as reservas do seu domínio impiedoso, nem uma casta exploradora de milhões de seres, nem falsos profetas animados pelo espírito malígno da *caterva,* mas um novo tipo de homem dotado de energias espirituais e morais para encontrar a si mesmo e guiar aos demais homens pelos caminhos autênticos da vida, do espírito e das novas formas sociais.

AS MASSAS E A PSICOLOGIA DA REVOLUÇÃO EM NOSSOS DIAS

A IRRUPÇÃO DAS MASSAS NA HISTÓRIA. SUA FALSA ASCENSÃO

As dissertações doutrinárias, sociológicas e ideológicas sobre o fenômeno das massas têm seguido, durante os últimos cem anos, os rumos os mais surpreendentes ou díspares. São inumeráveis as elocubrações em torno da irrupção das massas na história. Também numerosas são as tentativas de formular uma doutrina global sobre a sociologia ou a psicologia das multidões. Obras imporatntes, como *La Rebelión de las Masas,* de Ortega y Gasset, ou *La Psychologie des Foules,* de Gustave Le Bon, que desde o seu aparecimento pareciam ser verdadeiros breviários para o processo interpretativo de um fenômeno, em grau superior, intrincado e complexo, foram, em parte, esquecidas por livros de novos espíritos ambiciosos, com o desejo de encontrar novas fórmulas, novas soluções e novas sínteses.

Numa época como a nossa, em que os homens estão acostumados a viver, meditar, aprender e andar às pressas, os estudiosos também gostam de andar apressados. Onde já havia soluções adequadas, dificuldades já solucionadas, incógnitas já resolvidas pela meditação, tudo se torna esforço do passado e estéril para os que, ao se antever face a problema como o fenômeno das massas, prescindem de todo o conhecimento adquirido e, ou por superficialismo ou por oportunismo circuns-

tancial, atribuem ao fenômeno em questão virtudes e tendências de todo arbitrárias. De fato, toda uma multidão de ensaios, opúsculos, discursos ou manifestos, elaborados durante os últimos anos, sobre o fenômeno das massas, caiu sob nossos olhos. Como é natural, não nos referimos à interpretação que ao mesmo deram os doutrinários e políticos que, de uma maneira ou de outra, têm suas posições na chamada "esquerda"; com muito mais rigor que os doutrinários, intérpretes e políticos que se situam, desta ou daquela maneira, à chamada "direita", aqueles, os da esquerda, sustentam um ponto de vista bastante mais unitário sobre este problema, embora, segundo o nosso ponto de vista, tenhamos que reconhecer que se nos apresenta fundamentalmente falso.

Mas tem-nos surpreendido deveras o fato de ver a maior parte das interpretações do lado contrário à exegese da esquerda, em toda a sua vasta gama, que une posições reacionárias a posições revolucionárias, sob um signo dialético que em outra ocasião veremos como participa da mesma essência e destino; tais interpretações revelam total e surpreendente ignorância muitas vezes, em seus breviários políticos e sociológicos mais completos e mais à mão, de tudo o que se conhece até agora no referente à presença das massas na história. Tais breviários políticos ou sociológicos, publicados uns no começo do século e outros entre as duas guerras mundiais, imprescindíveis a todo político e doutrinário que hoje se move neste complicado mundo das formas doutrinárias, das transformações revolucionárias e inclusive antropológicas, contêm uma economia de vocábulos, algumas datas, certas ilustrações problemáticas que, desgraçadamente, ignoram sobretudo o mundo que pretende defender os valores "históricos" do Ocidente.

Para ilustrar essa imperdoável confusão de palavras, basta-nos considerar um aspecto, ao nosso ver, revelador. Tanto num como em outro dos breviários dos tipos cronológicos citados, parecia haver-se estabelecido, de maneira definitiva, que as massas, dentro das fronteiras nacionais nas quais é indiscutível que a vida hoje continua evoluindo, possuem características uniformes, pontos de vista uniformes, uniforme "psicologia". Gustave Le Bon, com a sua capacidade de penetração até hoje insuperada, analisa o fenômeno das multidões partindo da idéia das características psicológicas específicas. Em determinadas condições psicológicas, todo homem pode converter-se em homem-massa, como o chamará mais tarde Ortega y Gasset. E o homem-massa é igual por toda parte, em suas reações fundamentais.

Porisso, apresenta-se-nos absurda certa posição "nacionaiista", que pretende afirmar a existência de massas "nacionais", capazes de constituir uma síntese harmônica com as elites do respectivo círculo nacional. Trata-se de uma posição que dificilmente poderia superar uma atitude meramente demagógica; em suma, por muito aparentada com a atitude marxista, seria também uma posição meramente tática. Pois os grupos nacionais manifestam-se objetivamente, no plano histórico e no político, tão somente através de suas elites. São as elites que defendem as tipologias nacionais em ação. As massas manifestam-se em formas esteriotipadas, e são sempre as mesmas ao se revelarem como tais, são sempre massas.

PSICOLOGIA DAS MULTIDÕES REVOLUCIONÁRIAS

A necessidade de que no mundo tenha lugar uma verdadeira rebelião das elites contra o homem-massa e seus

princípios possui, sem dúvida nenhuma, fundamento revolucionário. Tem sido imenso o desabrochar de energias místicas, de sacrifício heróico, de ideais sublimes, em nossa época; estamos, contudo, muito longe ainda do momento em que esse desabrochar sublime de dinâmicas energias espirituais das elites seja colocado no seu devido lugar. Mas, enquanto esperamos que essa justa revalorização se produza por via natural, muitas revisões precisam ser feitas. Uma delas é a que se refere ao papel desempenhado pelas massas contemporâneas nas convulsões revolucionárias de nosso tempo. E para isto é preciso entender as massas não tanto como força política e histórica propulsionadora, mas sobretudo na sua psicologia específica.

Nada mais útil nessa árdua tarefa do que, sem esquecer o importante caudal de intuições e horizontes abertos por Ortega, retornar, com energias renovadas, à obra de seu antecessor, já quase olvidado. É previso volver a Gustave Le Bon. Ele foi o descobridor sistemático daquilo que muitos intuíram, mas que ninguém — antes ou pouco depois dele — descreveu de um modo tão correto, tão medido, tão pouco sujeito a fórmulas e dogmatismos: a "era das multidões" (*l'ère des foules*), integrada por aquilo que Ortega chamará, por sua vez, também com antecipação, de "homem-massa" [2].

---

2 — Freud criticava a Le Bon, em seu célebre ensaio *Psychologie Collective et Analyse du Moi* (Paris, Payot, 1950), o ter limitado seu estudo a "multidões passageiras", a saber, as multidões revolucionárias. Em outras palavras, ele reprova Le Bon, como a seu predecessor, Sighele, não ter feito, cientificamente falando, "psicologia coletiva". Mas está justamente nisso o grande mérito de Le Bon: oferecer um rigoroso exame das multidões revolucionárias do nosso tempo, livre de todo o possível dogmatismo.

Ao definir nossa época como a "era das multidões" não se pretende, na concepção de Gustave Le Bon, que seu estudo sobre a "psicologia das multidões" não seja também aplicável, em essência, às massas presentes em outras épocas. Não quer dizer tampouco que as massas — o homem submergindo no estado psicológico específico que o pertencer à massa lhe imprime — não tenham participado de maneira efetiva nas transformações revolucionárias de outros tempos, fato que, de modo definitivo, nos interessa aqui, em primeiro lugar.

A psicologia das multidões e o definir nossa época como época de massas, não partem, no espírito do sociólogo francês, de uma preocupação dogmática típica, nem de um interesse científico depurado de todo caráter contingente. É o fato revolucionário em si, os fatos revolucionários que abrem os horizontes de nossa época, que forçam Gustave Le Bon a penetrar, profundamente, no fenômeno das multidões. "As grandes convulsões que precedem as mudanças das civilizações — diz ele nas primeiras páginas de sua obra *La Psychologie des Foules* — parecem, à primeira vista, determinados por transformações políticas consideráveis, invasões de povos ou queda de dinastias. Um estudo atento, porém, destes acontecimentos, indica, quase sempre, como causa real, sob as causas aparentes, uma *modificação profunda nas idéias dos povos*. Os verdadeiros terremotos históricos não são os que se tornam admirados por sua grandeza e violência. As únicas mudanças importantes são as que rejuvenescem as civilizações, as que têm lugar nas opiniões, nas concepções e nas crenças. Só os acontecimentos memoráveis são dados palpáveis das modificações invisíves nos sentimentos dos homens; e se eles se manifestam

raramente, deve-se isso ao fato de que o lastro hereditário dos sentimentos de uma raça é o seu elemento estável.

"A época atual é um desses momentos críticos em que o pensamento humano se encontra em fase de transformação. Dois fatores fundamentais se acham na base dessa transformação: o primeiro é a destruição das crenças religiosas, políticas e sociais das quais derivam todos os elementos da nossa civilização; o segundo é a criação de condições de existência e de pensamento totalmente novas e determinadas pelos descobrimentos modernos das ciências e da indústria. As idéias do passado, embora subjacentes, são ainda poderosas e as que pretendem substituí-las, achando-se apenas em fase de formação, disso resulta que a idade moderna é somente um período de transição e anarquia."

Trata-se, portanto, de uma época de crise, determinada por transformação antropológica radical; é a época em que as massas irrompem violentamente na história e na vida. É clara a era das massas, cuja ação ameaça cada vez mais fazer desabarem as construções políticas e sociais e não apenas modificar os autênticos estilos de pensamento dos homens. Porque as massas, movidas por uns tantos dogmas arraigados, envelhecidos mas familiares desde o momento em que as multidões conseguem apoderar-se deles, preferem a ação dinâmica ao repouso da meditação fecunda. E porisso a sua ação revolucionária em nossa época é tão espetacular. Porisso, torna-se evidente que nenhuma ação revolucionária é possível hoje sem sua intervenção ativa, sem um papel proeminente da sua parte. Toda ação revolucionária contemporânea tem que convocar as massas. Os grande transformistas da sociedade, os revolucionários, têm que as adular, que empresá-las, penetrar até o

âmago da sua psicologia, convertendo-se no que o já citado Gustave Le Bon chama, em sua famosa obra, de "os condutores".

A massa é o elemento motor da história em seus períodos de crise. Quanto maior a proporção da crise, mais importante é o papel e maior a intervenção das massas em tais circunstâncias. Nossa época registra o instante em que "a força cega do número é a única filosofia da história". Participantes diretas na vida política e social, as massas, ao menos aparentemente, convertem a nossa era na época da "democracia absoluta", de que falava Edmund Burke, ao analisar a Revolução Francesa: tirânica, impiedosa, apaixonada, desprezando toda hierarquia de valores. O demagogo substituiu o cortezão, os aduladores da multidão governam, e a tarefa de governar participa do espírito das massas, nivelador e infecundo.

E assim as transformações revolucionárias adquirem proporções inusitadas. Os antigos alicerces sociais são abalados, as instituições políticas se tornam extremamente instáveis, os governos firmes não são mais que aparências tirânicas e impiedosas, as liberdades conquistadas se tornam a coisa mais efêmera com que o homem pode brindar a si mesmo. As transformações revolucionárias são também aparentes, já que, em vez de ser o reflexo de mudanças espirituais profundas, do aparecimento de crenças novas e fecundas nos espíritos, de renovações psicológicas fundadas numa hierarquia de valores de cunho novo, são apenas irrupções de massas provocadas pelo vácuo histórico e espiritual determinado pela crise. Não queremos dizer com isso que, durante essa grande irrupção das massas na história, as elites tenham estado de todo ausentes. Se as suas vozes foram muitas vezes abafadas pelo rugir

das multidões, manejadas pela *caterva* e pelas equipes de domadores, donos de uma técnica infalível, não quer dizer que sua missão tenha sido anulada, que a sua presença humilde em nossa época não venha a dar frutos autênticos.

TRIUNFO REVOLUCIONÁRIO DAS FORÇAS VITAIS

Mas se os guias espirituais, se as elites não têm sido de todo eliminadas nesta época de crise e de domínio das massas nas convulsões revolucionárias, não é menos certo que em grande parte o fracasso da maioria das ações revolucionárias contemporâneas se deva precisamente ao fato de que quase todas elas encarnavam uma psicologia, uma mentalidade e as soluções das massas. Tem-se dito, freqüentemente, e com razões insuspeitadas, que às vezes na história se produziram revoluções profundas sem que se derramasse uma só gota de sangue e sem que a superfície dos acontecimentos políticos e sociais tenha apresentado uma só ruga excepcional. E isso aconteceu com tanto mais razão porquanto precisamente na ação profunda do espírito, nas fecundas mutações do homem, é que se deve pesquisar as verdadeiras transformações revolucionárias. A nossa época, encarada *grosso modo,* como determinada filosofia entre as não menos autênticas o proclama, significaria uma espécie de triunfo, conquistado com meios revolucionários, dos princípios vitais contra os princípios espirituais. A vitória da Vida (com maiúscula) contra o Espírito (também com maiúscula). A dialética formulada por Klages sobre *espírito* e *alma;* a atitude definitivamente vitalista de um Dilthey, Ortega ou Bergson; a proclamação feita por Keyserling, sobre o triunfo revolucionário das forças telúricas contra

o Espírito; até o primado do impulso *tanático* da concepção de Freud — eis outros tantos aspectos dessa preocupação fundamental em suas respectivas roupagens filosóficas.

Não queremos, muito menos, sustentar que esse suposto triunfo das energias vitais contra as energias espirituais — na hipótese de que admitamos como válida a oposição dialética enunciada — elimine, por si só, um princípio valorizador fundamentado na idéia das elites. Na mentalidade ocidental, inclusive na tradição cristã ocidental, esse dualismo, enunciado com a economia de vocábulos que acabo esquematicamente de assinalar, sempre existiu, e nunca em nosso mundo lhe faltou um princípio hierárquico autêntico, uma valorização em em que tanto o Espírito como a Vida se deram as mãos, numa síntese superior, encarnada pelas elites dirigentes.

Só a eclosão das forças vitais, telúricas, numa fase crítica do homem ocidental e em seu mundo de valores ativos, facilita o papel das massas e o peso específico de suas forças psicológicas numa ação revolucionária. Este acúmulo de circunstâncias — crises, irrupção de forças telúricas, ação revolucionária das massas e ônus de uma psicologia das multidões sobre a vida histórica — é precisamente a causa primeira de que a revolução das forças vitais, apesar de seu caráter espetacular ou em parte devido justamente a ele, com todas as suas ramificações, haja em nosso tempo fracassado tão estrondosa quanto lamentavelmente. E, como com grande riqueza de argumentação se tem sustentado, não é certo, em absoluto, que a presença das massas na história tenha sido a causa das constantes situações revolucionárias em que se encontra o mundo durante os últimos cem anos. Não é o fenômeno das mul-

tidões que provoca situações e transformações revolucionárias, mas algo que o precede e lhe é superior. As circunstâncias de crise, unidas a um excessivo desenvolvimento do mundo da técnica — um mundo desorganizado, incontrolado —, não são mais do que uma situação favorável, não de todo inédita no tempo, em que as massas se manifestam, com todas as reservas anímicas, seu ônus e as correspondentes relações de força entre elas e os domadores arrastados pela maré revolucionária.

Toda mudança histórica crucial apresenta manifestações revolucionárias. E quanto mais profundamente se arraiga na estrutura do homem, tanto mais radicais são as transformações antropológicas, e por conseguinte mais profunda é também a revolução que se leva a cabo. Fica de certo por fazer-se uma revisão, sem dúvida extrema, dos julgamentos a respeito das repercussões revolucionárias na história. Esta revisão nos proporia, seguramente e de manifesto, dados indiscutíveis e reduziria à mínima importância acontecimentos até agora considerados capitais. Pode, porventura, configurar-se algo de mais essencialmente revolucionário do que a substituição do homem medieval, com sua visão do mundo, as suas vivências, a sua espiritualidade, pelo homem renascentista, com inteiramente diferentes coordenadas anímicas e outros horizontes? Feita com medida e o equilíbrio mental adequado aquela revisão capaz de assinalar transformações verdadeiramente revolucionárias mesmo nos processos mais lentos, nada violentos e nada espetaculares, e poder-se-ia então supreender nas grandes revoluções sociais e políticas mutações mínimas, precisamente onde os seus dogmas e os seus fanatismos haviam indicado finalidades máximas: nas mudanças de configuração espiritual do homem,

na criação do que todo fanatismo revolucionário costuma chamar de "homens novos".

AS MASSAS PROVOCAM A ESTERILIDADE DOS FENÔMENOS REVOLUCIONÁRIOS

Os melhores intérpretes dos acontecimentos revolucionários máximos da Idade Média, da Revolução Francesa e da Revolução Russa tiveram que confessar, embora só o tenham feito de maneira tímida, até que ponto as estruturas do velho mundo perduram no novo depois da sangria, dos avatares e das convulsões revolucionárias. Não nos surpreende, porventura, o diagnóstico que De Maistre formulou da Revolução Francesa, ao encontrar "retornos ou sobrevivências, ou simplesmente um esforço dialético interno no processo revolucionario, que se torna cifrado, definitivamente, em sua radical inutilidade"? Poder-se-ia alegar que De Maistre, intérprete genial do fenômeno revolucionário, é suspeito por seu confesso e viril "reacionarismo"; mas quem poderia duvidar então da honestidade do diagnóstico de um Tocqueville. E é Tocqueville precisamente quem vai descobrir na França pós-revolucionaria quase toda a França anterior a 1789. Após as vastas elocubraçoes romanticas feitas por outros em torno da Revolução Francesa, Tocqueville surge e afirma a continuidade histórica perfeita entre o que é velho e o que é novo, e penetra na verdadeira essência do Antigo Regime, essência esta que ele revela intacta através das vicissitudes revolucionárias que procuraram varrer apenas o transitório. "Laços invisíveis — escreve ele —, porém muito fortes, unem as idéias de um

século com as do século precedente. Não se pode portanto falar de uma nação, numa época determinada, sem dizer o que foi ela meio século antes. Isso é tanto mais necessário quando se trata de um povo que, durante os últimos cinqüenta anos, tem atravessado um estado de revolução quase permanente". (Trata-se de um ensaio publicado por Tocqueville, em 1836, na revista de John Stuart Mill, *London and Westminster Review,* e intitulado *État social et politique de la France avant et depuis 1789.*) "Os autores estrangeiros que pretendem falar de tal povo sem seguir com olho atento as transformações sucessivas que ele tem sofrido sabem apenas que grandes mudanças tiveram lugar no meio dele, mas ignoram o que abandonou do estado antigo e o que conservou, ao contrário, no meio de tão grandes vicissitudes".

Exemplos igualmente sugestivos de quão escassa pode ser uma revolução sangrenta, no que diz respeito a uma mudança espiritual fecunda nos valores do homem, são os que nos dá a revolução comunista na Rússia. Teremos ocasião, mais tarde, de falar também desse caso da multidão dos "retornos", de interferências do antigo produzidas na Rússia depois da sangrenta revolução bolchevique. O seu fanatismo, preocupado com a transformação radical do homem, tem muita coisa de religioso. Mas o seu humanismo revolucionário poucas mudanças opera, já que não consegue mais do que absoluto embrutecimento do homem, matando nele toda idéia de valor, toda elevação espiritual, toda renovação fecunda. E somente através de uma avaliação dos elementos históricos e tradicionais russos, através de uma dinâmica nacional e "reacionária", a revolução bolchevique encontra elementos de agressividade e impulsão.

A incessante ação das massas nos processos revolucionários torna-as, portanto, estéreis. Às vivências espirituais, às mudanças radicais e profundas, substituem-se dogmas e ideologias, manejados pelas massas com espírito e dialética de massas. Porisso, a nossa época registra uma enorme e surpreendente facilidade das multidões no mudarem de ideologias. A maré revolucionária — esse imenso fluxo e refluxo que arrasta milhões de votos e adesões num sentido ou noutro ao mesmo tempo — registou mutações de indícios inexplicáveis sob o ponto de vista de uma lógica normal. Não se trata simplesmente de atrelar-se ao carro da "ideologia" vencedora, segundo a tradição maquiavélica. Trata-se de modificar o ônus da submissão, neste ou naquele sentido, de ano para ano. Basta o simples espaço legislativo num sistema democrático qualquer para que quinze milhões de votos comunistas convertam-se em outros tantos votos anticomunistas. Com tal base funcional, o estado revolucionário torna-se permanente, mas é difícil produzir-se uma revolução autêntica, tanto nos ânimos, como nas intenções ou nas conquistas políticas e sociais.

Penetrar portanto no âmago das reservas que determinam a presença das massas numa época de crise como a nossa, estabelecer as condições históricas em que elas se manifestam e sobretudo definir os elementos espirituais e psicológicos que as movem, eis uma tarefa nada indiferente. Uma rebelião real das elites contra a massificação dos valores espirituais, culturais e políticos de nossa época carece de uma justa apreciação do papel das massas na estagnação de uma verdadeira ação revolucionária, como a em que vivemos, no que pese aos enor-

mes sacrifícios de sangue e de ideais feitos pelas últimas gerações. Porque longe de facilitar uma ação revolucionária, como as convulsões contemporâneas pareciam indicar, as massas detêm, estancam aquela revolução fecunda e necessária, que representaria para o homem atual a saída de uma situação de crise e, para a convivência política, um novo período de estabilidade em sua hierarquia de valores sociais e em suas instituições válidas.

No momento (1895) em que Gustave Le Bon escrevia o seu livro intitulado *Psychologie des Foules,* estava-se na época preliminar àquela em que as massas iriam impulsionar as transformações políticas modernas. Era o instante em que apenas se previa a grande atuação que deveria ter mais tarde o *mito da greve geral* de Sorel, a presença das massas, organizadas ou simplesmente dirigidas, nas revoluções comunistas e fascistas, ou nos golpes de Estado totalitários e ditatoriais. O diagnóstico de Le Bon é possível que tenha permanecido sempre ignorado pelos domadores de multidões, os "condutores" ou simplesmente os caudilhos revolucionários e políticos que haveriam de apoiar efemeramente ou legitimar publicamente o seu poder através de amplas e violentas adesões das multidões. Todos eles viviam num clima típico de massas ativas e em convulsões dinâmicas, e não precisavam de breviários sobre a psicologia das multidões para conduzi-las ou para deixar-se levar por elas à praça pública.

O diagnóstico de Le Bon evita, em parte, qualquer caráter preconceituoso no estudo do fenômeno das massas, relacionando-o com o clima específico de nossa época, ao estabelecer as coordenadas de uma psicologia coletiva característia da "era das multidões". Pouco aptas ao raciocínio, afirma

Le Bon, as massas demonstram ser, ao contrário, muito propensas à ação. As condições sociais e organização contemporâneas dão às massas uma força enorme. Os novos dogmas tornam-se rapidamente familiares a elas e se convertem a seus olhos em velhos dogmas infalíveis e tirânicos. Elas são sumamente ativas porque o edifício de uma civilização ameaça ruir.

Nem sempre as massas têm a característica de uma *multidão psicológica,* segundo uma aguda observação preliminar de Le Bon. Deve-se distinguir uma multidão ordinária de uma multidão psicológica específica. "No sentido corrente — escreve ele —, a palavra multidão (*foule*) significa uma reunião qualquer de indivíduos, não importa qual seja a nacionalidade, a profissão ou o sexo ou mesmo as circunstâncias que os reunem. Do ponto de vista psicológico, a expressão *multidão* assume um significado bem diferente. Em determinadas circunstâncias, e somente em tais circunstâncias, uma aglomeração de homens possui caracteres inusitados, muito diferentes dos de cada um dos indivíduos que a compõem. Desvanece-se a personalidade consciente, e os sentimentos e idéias de todas as individualidades se orientam para uma só direção. Forma-se uma alma coletiva, transitória sem dúvida, mas apresentando características precisas. A coletividade torna-se então o que, por falta de melhor expressão, eu chamaria uma multidão organizada ou, se preferem, uma multidão psicológica. Ela constitui um único ser e se acha submetida à lei de unidade mental das multidões".

Não é a simples congregação acidental de mil ou mais indivíduos o que lhes confere o caráter de multidão organizada ou "psicológica". São necessários elementos excitantes novos, requisitos superiores ao simples estímulo que provoca a reu-

nião de uma multidão, para que esta adquira o caráter de "multidão psicológica", atuante, conforme o ponto de vista que nos é sugerido pela idéia moderna de massa. Tampouco, afirma Le Bon — e com isso a sua observação revela aspectos de interesse excepcional —, é preciso a reunião de mil ou mais indivíduos para que tenhamos uma "multidão psicológica". E tanto mais importante nos parece esta sua observação, quanto os "excitantes" novos, surgidos na vida moderna, desde a época em que o sociólogo francês escreveu seu livro, e que influem intensamente sobre a existência e a ação das massas, têm aumentado enormemente. Com efeito, "mil indivíduos isolados podem num dado momento, sob a influência de certas emoções violentas — um acontecimento nacional, por exemplo — adquirir as características de multidão psicológica. Uma circunstância qualquer que os reúna bastará então para que a sua conduta assuma sem mais formalidades específicas os atos da massa. Em determinados instantes da história, uma boa dezena de homens pode constituir uma multidão psicológica, enquanto outra centena de indivíduos reunidos acidentalmente não a pode integrar". Porém, por mais heterogêneos que sejam os elementos que constituem uma multidão psicológica, por mais desiguais em costumes, mentalidades, ocupações e inteligências, o simples fato de sua integração na massa dota-os de uma alma coletiva. Ela os faz sentir, pensar e agir de modo de todo diferente de cada um deles isoladamente. Determinadas idéias e sentimentos surgem ou se convertem em atos só nos indivíduos integrados numa multidão psicológica. É ela uma "entidade ocasional, constituída por elementos heterogêneos unidos em determinado instante de um modo absoluto, como as células de um corpo vivo que formam por sua

união um ser novo, com caracteres bem diferentes dos que cada uma das células possui".

Surgem novos sentimentos no homem que integra uma multidão. Sente-se poderoso, opera-se em seu espírito um fenômeno de contaminação mental e ele se vê totalmente submetido a um incessante processo de sugestão. Nesse processo de sugestão, vê o nosso intérprete do fenômeno das multidões e de seu papel nas atuais convulsões revolucionárias o eixo da existência e a ação de uma massa psicológica, ou seja: uma multidão atuante no plano das transformações políticas, sociais e espirituais.

Esse tema central seria mais tarde atualizado por Keyserling, espírito preocupado como nenhum outro com o comportamento da alma coletiva das multidões e com a ação dos *domadores* de massas (os *meneurs* de Le Bon) na revolução das forças telúricas contra as forças e o princípio das elites espirituais. Também Keyserling vê no poder de sugestão o elemento motor das massas na história. Para ele, a restauração do reino do espírito sobre a terra pode ser garantida somente na medida em que um espírito de sugestão das massas seja substituído por um espírito de *compreensão* e os "domadores" por guias espirituais autênticos. "O espírito europeu moderno — escreve Keyserling, em suas famosas meditações sobre *La Révolution Mondiale et la Responsabilité de l'Esprit* — é essencialmente um espírito de *compreensão*. E somente o Espírito de Compreensão pode vencer o Espírito de Sugestão. Hoje em dia não é a alma do guia espiritual que prepondera, mas sim a do domador, convencido de que o plano quinquenal conseguirá ultrapassar o recorde atingido pelo Divino Criador ao fazer o mundo em seis dias. Contra a suges-

tão, em seu mesmo plano, não há armas. Mas a compreensão pode de uma vez por todas tornar impossível tal gênero de sugestão, porque o primeiro passo, que deve *sempre* dar o objeto da sugestão, consiste em aceitar ou negar-se a receber, e já não será dado então pelos que o compreenderam".

Parece-nos interessante esse parêntese, pois o problema da sugestão se nos afigura central, tanto para explicar o mecanismo psicológico do fenômeno das massas, como a sua importância nos processos revolucionários de crise constante e pouco felizes em sua incessante procura de soluções. E uma verdadeira rebelião das minorias contra o homem-massa e o princípio das massas presentes e atuantes na decadência dos nossos tempos, aquelas minorias que haveriam de polarizar, segundo também os postulados proféticos de Keyserling, mais a oposição que o favor das massas, numa ação revolucionária definida e sem concessões — tal rebelião há de centralizar na luta contra o princípio ativo da sugestão o seu máximo interesse, agressivo, ativo e fecundo.

Nessa polarização adversa, na oposição dialética do binômio sugestão-compreensão, vê ainda Keyserling o caminho para vencer outra característica com que as massas se apresentam em sua ação revolucionária: a rigidez de seu dogmatismo. Mas não são os dogmas o patrimônio de uma mentalidade de massa e de um espírito de massa que uma elite espiritual autêntica tenha apenas que eliminar de saída, em virtude de uma ação libertadora e de uma atitude crítica rica de conseqüências. A missão das elites não é tanto derrubar dogmas, mas tão somente liberá-los de seu ônus de espírito de sugestão, ônus esse que é apenas "o medo primitivo com a sua exigência de segurança".

MASSA, POVO, PÚBLICO. QUEDA TRAUMÁTICA DA CONDIÇÃO DO HOMEM-MASSA

A imersão do homem na alma coletiva das multidões efetua modificações importantes em suas reservas anímicas, em seus sentimentos, em sua inteligência. Jaspers discrimina, como tivemos ocasião de ver, as diferentes modalidades em que se opera tal imersão. Conforme cada uma delas, segundo os graus e as circunstâncias de tal imersão, o indivíduo pode ser, ao mesmo tempo ou então sucessivamente, *massa, povo, público*. Glosando de certo modo tanto a Le Bon, como a Ortega y Gasset, diz Jaspers que o conceito *massa* é em si mesmo equívoco. Para ele (no já citado *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*), a massa, interpretada como *multidão*, sempre existiu. Tampouco ele entende como tal aquilo que corresponde em parte ao critério defendido a respeito por Le Bon; ou seja, a momentânea "manifestação ou conduta dos homens sob sugestões nas situações críticas". Ou como fator decisivo, com a sua pressão de massa, inferior quanto às suas condições, mas não definitivamente inferior.

Com toda razão distingue Jaspers a *massa* do *povo*. Este se manifesta articulado, ordenado, consciente em sua maneira de pensar e de viver, e em suas tradições. Possui valores qualitativos, substanciais, vive de um sentimento de comunidade. O indivíduo que vive do sentimento de povo possui, enquanto povo, um espírito, um sentido de comunidade, que faltam ao mesmíssimo indivíduo enquanto integra a massa, dotado de uma psicologia da massa, de uma alma coletiva. A massa difere radicalmente do povo e, portanto, um indivíduo diluído na massa possui outras características que as do indivíduo inte-

grado na comunidade de um povo. A massa é "inarticulada", sem consciência própria, de si mesma, apenas quantitativa e uniforme (o povo repousa sobre um critério qualitativo), sem casta e sem tradição, desarraigada, desnacionalizada, vazia. Objeto de propaganda ou de sugestão, sem responsabilidade, vive ela no nível mais baixo da consciência.

O que há de mais trágico nessa crise que está vivendo o homem contemporâneo, como elemento componente de uma comunidade espiritual, cultural e política, é precisamente a facilidade com que se opera esse seu desdobramento, essa sua série sucessiva de quedas, essa imersão na mentalidade da massa, espécie de traumatismo psicológico coletivo, sobre o qual estão de acordo os diagnósticos de Le Bon e de Jaspers, no que pese à diferença de critérios formais entre ambos. Essa *queda traumática* faz com que por massa não se possa entender, simplesmente, uma fachada social e política ou simplesmente o estágio cultural inferior de um povo, mas uma situação psicológica específica. A massa moderna, a verdadeira ralé atuante nas convulsões de nosso tempo, já não pode ser procurada apenas nos estágios inferiores da sociedade, ainda que seja neles que mais influencie a dinâmica da alma coletiva típica a cada "multidão psicológica". O espírito de massa efetua verdadeiros cortes verticais nas camadas sociais e, inclusive, nas organizações que a civilização técnica nos proporciona como elementos ordenadores de nossa existência.

Essa espécie de traumatismo psicológico coletivo, que consideramos uma situação típica na vida das massas modernas, dinâmicas e ativas, converteu-se numa espécie de clima e *modus operandi* político e cultural, no mundo que mais participa de um espírito de massa e mais contribuiu para uma constante

nivelação e massificação dos valores: o mundo soviético. Mas se neste mundo aquele traumatismo psicológico coletivo já superou o seu estado de espontaneidade em que se vêem as massas modernas e o converteu em técnica e método de governo, em clima espiritual definido, com fanatismo dogmático, não quer isso dizer que também o chamado Mundo Livre não esteja minado em seus fundamentos por tal configuração patológica.

"As massas — é outra vez Jaspers quem escreve — surgem onde os homens sem mundo próprio, sem ascendência nem pátria, acham-se em situação de disponibilidade, maleáveis por excelência. Isso é conseqüência da técnica, cada vez mais acentuado por ela: o encurtamento dos horizontes, a vida a curto prazo e sem memória efetiva, a contingência do trabalho sem sentido, a distração ou dissipação das horas livres, a excitação nervosa como maneira de viver, a ilusão de amar como aparência do amor, e falta de lealdade e confiança; a tradição, sobretudo na juventude e como conseqüência o cinismo, segundo a qual quem fez tal ou qual coisa já não pode mais ter confiança em si mesmo. Vivendo de um desespero com aparências de frescor e intrepidez, acaba-se na indiferença e no esquecimento de tudo, num estado em que os homens se reúnem como um montículo de areia que se pode utilizar, mobilizar, transportar, e a que se trata como quantidade e segundo caracteres cifrados mediante *testes*. É assim que o indivíduo é povo e massa ao mesmo tempo, embora se sinta de todo distinto quando é povo e quando é massa".

Entre povo e massa há uma posição ou situação intermediária: a que exerce o *público*. Enquanto público, o indivíduo não perdeu de todo a sua intimidade peculiar, não se dispersou inteiramente como ser humano. O homem de hoje leva

a maior parte de sua existência como público, como um eco da intimidade, da criação fecunda da autenticidade. O ser público, pelo menos no sentido que Jaspers empresta ao termo e que nada nos impede de aceitar, constitui hoje em dia, para a maioria dos homens, uma situação normal do viver para fora. As minorias atuantes e autênticas encontram, porisso, nessa situação intermediária em que o homem contemporâneo está obrigado a viver a maior parte de sua existência, a única possibilidade de, dessa maneira, promover uma volta à intimidade do homem, à *vida interior;* tão desprezada hoje, mas tão necessária para que os homens tenham uma saída, é ela possibilidade de libertação da queda no traumatismo espiritual coletivo, encarnado pelo fenômeno das massas.

A IMERSÃO NA ALMA COLETIVA

No diagnóstico apresentado por Gustave Le Bon sobre o fenômeno das massas, na imersão do homem na alma coletiva, se encontra, em pulsação constante, implícita, a idéia de um processo psico-patológico. Mais tarde Jung e outros estudiosos da psicologia coletiva voltaram ao assunto, inclusive com maior rigor e aprofundando de mais a mais corretamente os problemas levantados. Expressões como "contaminação mental", ou vocábulos como "sugestibilidade", "fascinação", "hipnose", "excitantes" são familiares à terminologia de Le Bon. E graças a esses marcos psico-patológicos, segue ele o destino do indivíduo submergido no mundo infra-humano das massas. "O indivíduo mergulhado há algum tempo no meio da multidão em ação, como conseqüência dos eflúvios que dela emanam, ou devido a qualquer outra causa até o momento

ignorada, cai num estado particular, muito parecido ao estado de fascinação do hipnotizado nas mãos do hipnotizador... Pelo fato mesmo de fazer parte de uma multidão, o homem desce muitos degraus na escala da civilização. Isolado, seria talvez um indivíduo cultivado, mas dentro da massa é um instintivo e, portanto, um bárbaro. Tem a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também os entusiasmos e o heroísmo primitivos. Assemelha-se também ao bárbaro pela facilidade com que se deixa impressionar pelas palavras, imagens, e o modo com que se deixa levar a cometer atos que afetam os seus interesses mais evidentes. O indivíduo no meio da massa é um grão de areia entre outros grãos de areia que o vento leva a capricho".

Mas esse clima típico de multidão psicológica operante na vida social apresenta manifestações múltiplas. Não somente uma multidão, na rua ou, hoje em dia, em torno dos aparelhos de rádio e de televisão, vive o sentimento de massa, mas respira um clima de multidões psicológicas. Esse clima podemos igualmente surpreendê-lo nos parlamentos, nos júris, no seio dos órgãos colegiados ou dos conclaves políticos e diplomáticos. Muitas vezes, para não dizer sempre, cada um dos indivíduos que integram esses "corpos" coletivos, em sua intimidade, assumiria atitudes bem diferentes das que o clima em que atua lhe dita. E com mais força se nos revela esse clima específico em meio às decisões requeridas numa atmosfera revolucionária. "Considerado cada um deles separadamente — escreve Gustave Le Bon, referindo-se aos homens da Revolução Francesa —, os homens da Convenção eram burgueses, com costumes pacíficos. Reunidos em grupo, não titubeiam porém, sob a influência de alguns *meneurs*, em enviar à

guilhotina os indivíduos mais indiscutivelmente inocentes". Excitantes parecidos aos que absorve dentro das massas, o indivíduo aceita também fora delas, embora seja então mais capacitado a resistir às suas influências.

"A massa se encontra — afirma Le Bon — em permanente tensão de uma expectativa favorável à sugestão. Uma vez manifestada, a primeira sugestão contamina pelo contágio. A idéia sugerida converte-se imediatamente em ato; desprovida de espírito crítico racional, a massa demonstra excessiva credulidade. Ela pensa com imagens, que se associam e sugerem sucessivamente umas às outras, sem nexo lógico nenhum entre elas. O indivíduo dentro da massa vê tudo englobadamente, sem matizes e sem perceber as transições. Tudo aumenta de dimensões, já que as dimensões das coisas não podem ser concebidas por um só indivíduo, mas se objetivizam, crescem desmedidamente". Também a falta de responsabilidade contribui para o aumento das atitudes violentas. Ao ventilar esse problema, Le Bon procura fortalecer as suas convicções com as que o sociólogo francês Gabriel Tarde elaborou a respeito dos "crimes das multidões".

O herói preferido pelas multidões será sempre César: o condutor forte e autoritário. A "técnica" atual do comunismo, que mobiliza as massas em nome dos dogmas e das ideologias, segundo critérios burocráticos e métodos do partido, com os seus pretensos apelos à "consciência" das massas, não deixa caducar essas preferências cesaristas das multidões, assinaladas por Le Bon. A prova é que nenhuma experiência revolucionária conduziu a extremos tão monstruosos os cultos pessoais, o mito do poder monolítico, a suprema concentração das virtudes na pessoa do ditador, em vez de na ditadura do pro-

letariado. E trata-se de uma experiência integral do comunismo e não apenas de uma simples versão russa. No que pese à sua lógica, à sua rigidez de organização, a seu carater burocrático e técnico por excelência, o comunismo recorre, em suas relações com a massa, aos mitos pessoais autoritários em todos os países. De igual modo, tampouco escapam a essas fronteiras que delimitam os apelos às massas os demais cesarismos democráticos e autoritários.

INSTINTOS REVOLUCIONÁRIOS E LASTROS CONSERVADORES NAS MASSAS MODERNAS

O problema dos instintos revolucionários das multidões psicológicas apresenta um aspecto diferente. O seu estudo merece toda atenção e interesse, porque em função dele se podera obter a luz adequada para pesquisar a essência dos fenômenos revolucionários. E como as massas desempenham papel incontestável nos fenômenos revolucionários — seja como protagonistas, seja, num grau muito superior ao que comumente se crê, como instrumentos de choque nas mãos das equipes ou dos seus domadores —, é necessário comprovar a solidez de suas virtudes revolucionárias. Le Bon observou que, via de regra, o caráter violento das manifestações de massa apresenta uma falsa imagem a respeito de suas inclinações revolucionárias. "As explosões de rebeldia e de destruição são sempre muito efêmeras", afirma Le Bon: "São demasiadamente dirigidas pelo inconsciente, por demais submissas, portanto, à influência das hereditariedades seculares, para não se demonstrarem extremamente conservadoras. Abandonadas a si mesmas, são vistas rapidamente cansadas de suas desordens,

dirigindo-se instintivamente para o lado da servidão. Os mais orgulhosos e mais intransigentes jacobinos aplaudiram a Bonaparte quando ele suprimiu todas as liberdades e fez sentir duramente a sua mão de ferro.

"A história das revoluções populares é quase incompreensível se se desconhecem os instintos profundamente conservadores das multidões. Elas querem mudar os nomes de suas instituições e às vezes empreendem revoluções violentas para conseguir isso. Mas essas instituições são, no fundo, demasiadamente expressões das necessidades hereditárias da raça para que as massas não voltem sempre a elas. A sua incessante mobilidade é apenas superficial. Na verdade, elas possuem instintos conservadores irredutíveis e, como todo primitivo, têm um respeito fetichista pelas tradições e um horror inconsciente pelas novidades capazes de modificar as suas condições reais de existência."

Nada pesa tanto no destino das revoluções modernas como o lastro de instintos conservadores que caracteriza a alma das multidões, inclusive as mais violentas. Nossa época, necessitada de reais transformações revolucionárias de acordo com as dimensões que a técnica, a máquina e o crescimento excessivo da população e dos meios de produção exigem, tem sido muito mais afetada do que se crê por esse lastro conservador da psicologia das multidões mais ativas. Devido à presença direta ou indireta das massas nessas transformações revolucionárias — com a violência, as convulsões constantes, a instabilidade anímica, a inconstância política das massas manejadas ao capricho dos demagogos e falsos profetas —, as transformações efetivas e as adaptações fecundas não têm sido possíveis. E porisso o nosso mundo continua política e socialmente

em crise, sem que se vislumbre grandes soluções, em parte alguma.

Mas essa característica peculiar à psicologia das massas, esta sua propensão para as soluções conservadoras, desempenha um papel muito importante no próprio destino das revoluções modernas. É devido isso àquele fenômeno peculiar do processo revolucionário que faz com que, internamente, este se desenvolva em estágios históricos contraditórios. Porisso, todo princípio revolucionário encerra em seu bojo outro princípio contra-revolucionário, de iguais proporções e violência interna. Isso é devido à fatalidade, assinalada com agudeza por De Maistre, ao falar da Revolução Francesa, mas igualmente aplicável à revolução comunista, e segundo a qual cada revolução implica numa contra-revolução. Somente dessa maneira se pode explicar a força com que De Maistre, chefe espiritual da contra-revolução francesa, escreveu: "Uma vez instaurado o movimento revolucionário, a França e a Monarquia somente poderiam ser salvas pelo jacobinismo".

É o ônus das atitudes conservadoras das massas que assim contribui para estancar a própria marcha da revolução. Os domadores podem conduzir as massas nos primeiros impulsos violentos. Podem utilizá-las servindo-se da sugestão, para que os seus planos e a sua ideologia sejam postos em ação. Mas não as podem manter por muito tempo sob tensão revolucionária. E numa revolução planificada e organizada, como de fato foram, tecnicamente, a Revolução Francesa e a bolchevista, as minorias dos domadores, dos *meneurs*, dos *condottieri*, sobrepuseram-se às massas num primeiro momento. Mas, à medida em que o processo revolucionário ia avançando, o seu próprio ímpeto foi detido pelo ônus das forças conserva-

doras que as massas recuperaram após os primeiros impulsos virulentos. Se na fase revolucionária as massas são utilizadas pelos dirigentes, na fase contra-revolucionária, que fatalmente sucede à primeira, é o lastro conservador das massas que vai gradualmente arrastando as energias dos seus domadores.

IDÉIAS-IMAGENS E CONDUTORES

As idéias atuantes nas multidões revestem, segundo a analise de Le Bon, a forma de imagens, que se substituem umas às outras e se sobrepõem. Essas *idéias-imagens* adquirem por sua vez as formas as mais contraditórias, pela simples razao de estarem desprovidas de todo nexo racional.

É sobremaneira curioso que o destino das idéias filosóficas e das próprias ideologias políticas, ao se tornarem acessíveis às massas, reveste a forma necessária de idéias-imagens. Tornando-se patrimônios das massas, as idéias filosóficas, sociais e políticas perdem a sua hierarquia de valores. A sua eficácia, como observou certa vez Spengler, não tem mais relação alguma com o seu valor e com a sua hierarquia da verdade. Tal eficácia se encontra em relação proporcional com a capacidade de sugestão que encerra, com a força das imagens que reveste e com a sua adaptabilidade a formas simples e emotivas. O seu poder de ação, uma vez que se apoderem tais idéias do espírito das massas, pode ser em si mesmo irresistível, mas somente um dogmatismo rígido, fundado no medo originário de todo gênero de adversidade contra aquelas idéias, só isso lhes assegura toda a sua plenitude. Essas imagens-idéias expressam geralmente as ilusões que podem animar as massas: ilusões que, na maioria dos casos, são a expressão

do erro e não da verdade. "As multidões nunca tiveram sede de verdade".

As convicções das massas, expressas nessas formas das idéias-imagens, participam da essência de um verdadeiro sentimento religioso. "As multidões revestem com um mesmo poder misterioso a fórmula política e o chefe vitorioso que as fanatiza momentaneamente", dizia então Le Bon. A intolerância e o fanatismo são atitudes fundamentais das multidões revolucionárias. Os jacobinos franceses e os comissários soviéticos constituem uma prova disso. Todo acontecimento revolucionário se fundamenta sobre uma nova mística religiosa, com virtudes de mito e com energias místicas desencadeadas, independentemente das idéias que defenda.

O mais importante, porém, é que tudo revista a forma de imagens e fórmulas, que desempenham um papel verdadeiramente mágico. Contra elas a razão e os argumentos sozinhos nada podem. Pois, ao mesmo tempo que papel positivo, podem as imagens também desempenhar papel negativo. "Quando os multidões — diz ainda Le Bon —, após as convulsões políticas, acabam por manifestar profunda antipatia pelas imagens que evocam certas palavras, o primeiro dever do verdadeiro homem de Estado consiste em mudar de palavras, sem, bem entendido, tocar nas coisas que elas significam, em si mesmas. Estas estão demasiado dependentes de uma constituição hereditária para poderem ser transformadas. O judicioso Tocqueville notava então que o trabalho do Consulado e do Império consistiu sobretudo em revestir com palavras novas a maior parte das instituições do passado".

Na morfologia das multidões psicológicas, o guia, o *meneur,* exerce um papel determinante. Sem ele é impossível

conceber a multidão como realidade psicológica, política e revolucionária ativa. Nem sempre o domador de multidões é um farsante, um demagogo sem convicções. Sobretudo, nos fenômenos revolucionários, trata-se de um fanático, embriagado pelo dogmatismo de uma idéia, o centro do contágio das massas. Não era por outro motivo que Burke — adversário encarniçado da Revolução Francesa e a quem Albert Sorel descreveu como o "inglês mais fanaticamente insular dos três Reinos" — definiu a revolução como uma "epidemia de fanatismo". Para o *condottier* e revolucionário, o *meneur,* um Robespierre, um Trotsky, um Lenine, a idéia da qual se tornou profeta converte-se na única realidade defendida com fanatismo. Toda idéia contrária deve ser combatida como erro ou superstição, ou seja: com uma atitude religiosa. Geralmente, trata-se de homens de ação. A sua ação é inevitável em cada círculo social. "Em cada esfera social — diz Le Bon —, desde a mais alta à mais baixa, uma vez que o homem deixe de ser insulado, cai indefectivelmente sob a lei de um *meneur*". E sua autoridade é despótica, tirânica, impiedosa.

As idéias que desceram ao meio das massas têm um destino curioso. Desde as camadas mais baixas da multidão, elas se elevam outra vez até as alturas, com todas as deformações e simplificações que sofreram. "Esta reação das camadas sociais inferiores sobre as superiores — escreve Le Bon — é tanto mais curiosa quanto as crenças das multidões derivam mais ou menos de alguma idéia superior que permanece sem influência no ambiente em que nasceu. Dessa idéia superior apoderam-se os *condottieri,* embriagados por ela, deformam-na e criam uma seita que novamente a deforma e, a seguir, difundem-na, cada vez mais deformada, entre as multidões. Con-

vertida em verdade popular, ela volta de certo modo à fonte e atua, outra vez, sobre as camadas superiores da nação".

POSSIBILIDADES DE REVALORIZAÇÃO ESPIRITUAL DAS MASSAS. MISSÃO DAS ELITES

Resulta-nos, pois, inconstestável a importância que a massa, considerada como multidão psicológica e como tal presente na história, desempenha em todo o processo revolucionário, no âmbito da vida moderna. Procuramos insistir de um modo talvez excessivo, desenterrando grande parte das idéias de Gustave Le Bon nesta matéria, porque nos parece a sua atualização muito importante quanto ao estudo das massas. Chegou, sem dúvida alguma, a hora de minorias pensantes e dinâmicas, dispostas a não se divorciarem dos acontecimentos atuais (atitude, de resto, impossível, dado o caráter integral e absorvente do fato político na atualidade) e, sim, a viver com um sentimento de autêntica plenitude e de participação espiritual na vida do Estado, tal como Platão as configurava, ou seja: como a suprema integração cultural do homem, voltando, assim, a considerar em todos os planos da vida esta realidade de nosso tempo em convulsão, que é a realidade das massas revolucionárias.

Interpretar o fenômeno das massas, da maneira que acabamos de fazê-lo, além de corresponder a um critério de verdade, que, por si só, seria suficiente para minorias polarizadoras de energias autênticas e de intacta espiritualidade criadora, implica ao mesmo tempo num critério de oportunidade. Essa interpretação elimina, com efeito uma atitude discriminadora, destinada a considerar o fenômeno das massas no âm-

bito exclusivo de determinadas camadas sociais. Sendo como é um fenômeno psicológico de *queda,* de subversão profunda, de patologia espiritual e de crise de valores, o fenômeno das massas, devido à sua peculiaridade de aceitar idéias-imagens, de defender com fanatismo e às vezes heroísmo as suas idéias, é suscetível também de tornar nobres suas idéias.

Tal colocação do fenômeno das massas pode proporcionar às verdadeiras elites possibilidades até hoje insuspeitadas. Somente minorias autênticas, com possibilidades revolucionárias reais, podem fazer com que não apenas a presença das massas psicológicas não perverta a substância efetiva do homem, mas, ao contrário, com que novos horizontes se abram precisamente em função das possibilidades ainda virgens que a vitalidade de um fenômeno de massas em permanente ebulição sempre oferece. Nesse mesmo retorno à barbárie, em que o fenômeno das massas implica, poderiam as minorias ativas e autênticas, capazes de substituir aos guias ou demagogos em seu papel de dirigentes naturais das massas, encontrar criadoras e renovadoras energias, que o clarividente filósofo da história Giambattista Vico admitia como possíveis nos retornos às barbáries virgens.

Seria assim possível aquele aparecimento nas massas do "trabalho do verdadeiro espírito", desejado por Jaspers, e assim se galgaria um cume da história em que "teria existência efetiva nas próprias massas o que era antes privativo das aristocracias". Assim sendo, as elites de nosso tempo poderiam corresponder ao único imperativo que lhes incumbe: o de ser nobreza espiritual autêntica, polarizadora de energias, mas também de oposições sem número por parte da força incalculável das *catervas* sociais.

Essas elites devem atuar sobre a nossa época em grande parte com a crença que inspira os estudos de psicologia coletiva de Jung: a convicção de que se trata de um organismo enfermo, um organismo social profundamente afetado em suas reservas anímicas. A nossa época vive, como diz Jung, numa espécie de decomposição do nexo natural entre o consciente e o inconsciente. "É difícil — escreve Jung — negar que o tempo presente seja uma dessas épocas de desajustamento e de enfermidade. O estado político e social, a abundância de seitas religiosas e filosóficas, a arte e a psicologia modernas, tudo reforça essa opinião. É difícil julgar-se a atualidade em que se vive. Mas se nos detemos na história das enfermidades mentais da humanidade, achamos os antigos diagnósticos mais fáceis de dominar com um simples exame. Um dos casos mais graves foi, sem dúvida, a crise romana nos primeiros séculos cristãos. O fenômeno de dissociação se manifesta numa cadeia sem fim de divisões de energias políticas e sociais, de convicções religiosas e filosóficas, e numa deplorável decadência das artes e das ciências. Se reduzirmos a humanidade de então a um só indivíduo, obteremos uma personalidade altamente diferenciada sob todos os aspectos e que se apodera primeiro do seu contorno com muita autoridade, mas que termina dispersando-se numa infinidade de ocupações e interesses particulares, perdendo a sua tradição e até a sua memória, a ponto de não conseguir mais definir-se e entrar em conflito irremediável consigo mesmo. Isso acaba por levá-la a tal estado de debilidade que o ambiente, até então dominado, faz a sua irrupção no Eu e leva a termo a sua destruição".

Situação típica de enfermidade psicológica é essa em que vive a nossa época. Mas o germe da cura ela o tem em si

mesma. Uma nova época está germinando. Constitui missão redentora das elites, como diz Jung, novamente, "dirigir o enfermo ao local do nascimento criador". E, para isso, as minorias escolhidas terão que pesar consideravelmente sobre as massas, servindo-lhes de guias espirituais e eliminando os demagogos e os falsos profetas.

TEORIA DA REVOLUÇÃO

PERSPECTIVAS MUNDIAIS DAS REVOLUÇÕES MODERNAS

Uma exigência de nosso tempo pouco posta em realce é a necessidade de estabelecer uma ordem intelectual na multiplicidade de manifestações de um fenômeno revolucionário que abarca de modo global o destino de todos os homens. Não se costuma insistir com bastante freqüência e com acento suficientemente forte sobre um fato que é peculiar aos tempos modernos. Referimo-nos às perspectivas mundiais dos fenômenos culturais, políticos ou revolucionários. A técnica encurtou as distâncias, não somente geográficas mas também espirituais, e de tal maneira que tudo está ao alcance da compreensão de todos. Isso tem como conseqüência imediata certa nivelação das coisas, numa implícita degradação de um princípio hierárquico dos valores, devido àquele *caminhar inexoravelmente com as massas,* que é o signo de patologia espiritual mais patente de nosso tempo.

Há hoje a possibilidade de dirigentes e dirigidos, minorias seletas e multidões informes, comunicarem-se pelos meios que a técnica moderna oferece, de tal maneira que o contato das idéias, dos sentimentos e a sua orientação não se perdem nunca. Os governantes das antigas repúblicas gregas se comunicavam com o povo na praça pública e se tratava de um

contato nunca interrompido, na *ágora*. Em nossos dias, a televisão nos oferece a possibilidade de os homens públicos manterem sempre um permanente contato ativo com os seus governados e de que os mitos pessoais baseados na técnica do insulamento e no mistério em torno dos super-homens desapareçam. Portanto, como modos globais de consideração das coisas, destinados de futuro a contribuir poderosamente para satisfazer aquela necessidade unitiva em torno das idéias, as formas de criação e os modos de viver impõem-se cada vez mais. Após a enorme dispersão da crise, os homens sentirão a natural inclinação para a unidade, uma inclinação psicológica, depois do que foi plasticamente definido por Jung como a "rebelião satânica do indivíduo contra a unidade".

Torna-se necessária, sobretudo nessa etapa, uma visão global, firmada sobre dimensões mundiais, do processo revolucionário do nosso tempo, na medida em que ele venha a participar das próprias essências e corresponda aos termos de um mesmo processo crítico. As revoluções modernas caracterizam-se, indiscutivelmente, por sua unicidade. A busca de formas-arquétipos de tal processo na história do mundo civilizado, na melhor das hipóteses, não serve senão para uma aproximação intelectual, poucas vezes conseguida. Se é possível julgar as revoluções modernas, elas devem ser julgadas com um critério interno, à luz das transformações e das crises que provocam ou refletem sobre as idéias, os homens. as instituições sociais e políticas.

A própria pretensão das revoluções modernas de projetar-se com dimensões mundiais reclama uma exegese do respectivo fenômeno com perspectivas também mundiais. Tanto a Revolução Russa como a sua irmã mais próxima, que é a

Revolução Francesa, semelhantemente às revoluções que se fundamentam sobre uma revalorização implícita das fronteiras nacionais e, portanto, oferecendo um signo dialético oposto aos anteriores, proclamam uma ideologia universal. Universalismo, messianismo, cosmopolitinismo, revolução mundial são fórmulas que encontramos nos estandartes de qualquer manifestação revolucionária de certo porte, desde o século passado. O fato de que essas mesmas fórmulas se baseiem numa contradição e de que, de uma vez por todas, a fronteira histórica e espiritual européia, que é o marco nacional, seja o ponto de partida para onde se voltam todos os esforços, não afasta a possibilidade de que os fenômenos revolucionários participem de uma essência comum em nossa época e que, depois da "rebelião satânica", seja possível uma empresa ordenadora e unitiva fecunda.

Essências e orientação comuns existem na raíz de todas as manifestações mais importantes dos movimentos revolucionários com um caráter social e político moderno. Se o intérprete consegue discriminar essas essencias comuns, esse âmago da crise e ao mesmo tempo do processo necessário em que as revoluções implicam, separando-os das táticas seguidas e, portanto, das instituições fundadas e sucessivamente destruídas por seus avatares, será também capaz de oferecer a visão comum de um fenômeno que só na medida em que possa ser visto globalmente poderá ser interessado na grande empresa unitiva do amanhã.

AS REVOLUÇÕES MODERNAS, FENÔMENO DESCONCERTANTE

As revoluções modernas são, em grau elevado, um fenômeno desconcertante. Via de regra, as explicações dadas tanto

por seus propulsores, seus forjadores de dogmas, seus inspiradores e doutrinários, e também pelos intérpretes posteriores de seus acontecimentos, dificilmente podem superar ângulos parciais de visualidade. O primeiro grande espírito que se deparou com esse fenômeno verdadeiramente inédito foi Joseph de Maistre, também o primeiro que tornou manifesto esse caráter desconcertante das revoluções modernas. Porque a Revolução Francesa, *in nuce,* apresenta toda a caudal de acontecimentos e concatenações desconcertantes dos fenômenos revolucionários que desde então se tem produzido no Ocidente e em geral em todo o mundo conquistado pelos países do Ocidente, em seus princípios, suas experiências e seus modos de vida. Em suma, no que é hoje, praticamente, todo o orbe.

Em suas linhas essenciais, a constatação de Joseph de Maistre não tem sido desmentida até os nossos dias. Nem sequer as pretensões do dogmatismo marxista-leninista, com a sua fé cega no poder da lógica e em sua capacidade de explicar tudo à luz das fórmulas econômicas e materialistas, atreveu-se, nem ele, a formular uma explicação categórica sobre a razão fundamental da revolução moderna. Pois o emprego tático-utilitário das circunstâncias críticas revolucionárias, que constitui o maior mérito do marxismo e de suas aplicações comunistas, consiste simplesmente numa canalização tática das situações críticas para a conquista do poder e a modificação das forças sociais. Não é uma inteligência do fenômeno e, muito menos, uma interpretação suficiente dele.

Para De Maistre, a Revolução Francesa (e o seu diagnóstico é aplicável a todas as grandes convulsões posteriores) "é um acontecimento único na história". Nem os homens do

Antigo Regime, nem os protagonistas da Revolução, nem os seus sucessores e intérpretes o reconheceram. Todos eles pretenderam julgá-la segundo seus precedentes e todos se enganaram. Devido a esta sua característica de unicidade e ininteligibilidade, o fenômeno revolucionário se produz em formalidades não estereotipadas, sem que ninguém possa antecipá-lo e sem que ninguém possa evitar as suas conseqüências. Os políticos ignoraram o alcance desse fenômeno não somente antes de se produzir, mas muito depois de produzido. A atitude dos políticos europeus durante todo o século XIX e as circunstâncias *inéditas* em que depois da revolução do Terceiro Estado se produziu a revolução do proletariado demonstram que o processo revolucionário moderno segue a sua marcha por cima dos homens e dos acontecimentos, contra os seus critérios e a sua vontade, levando-os de roldão, como um rio caudaloso que não pode mais se deter em seu curso.

De Maistre parte do princípio lógico, em toda sociedade organizada, de que no mundo político e moral, como no mundo físico, existe uma *ordem comum*. Essa ordem comum não elimina a crise, senão até certo ponto a condiciona. Porisso, em certos momentos, vêem-se ações interrompidas, causas paralisadas e efeitos novos, numa palavra: a crise. Na ordem política e social é a revolução, são as transformações, tais como as conheceu sempre o mundo e com as quais, desde a "razão de Estado", há muito também se havia acostumado a Europa. Mas a Revolução Francesa, que tem, segundo De Maistre, somente uma explicação transcendente e providencialista, demonstra ser um acontecimento superior à vontade e à inteligência dos homens. Trata-se de uma força desencadeada que derruba todos os obstáculos. Ninguém pode se

opor impunemente à sua marcha. Ela conduz os homens, muito mais do que estes a conduzem; inclusive os que pretendem dirigir a revolução não são mais que os seus simples instrumentos. "Desde o momento em que têm a pretensão de dominá-la, falham miseravelmente" — escreve De Maistre. "E os que fundaram a República, fizeram-no sem querer e sem saber o que estavam fazendo; foram dirigidos pelos acontecimentos. Uma planificação anterior não teria tido tal êxito. A caudal revolucionária tomou sucessivamente as mais diferentes direções; e os homens que mais se destacaram na revolução não lograram aquela celebridade e aquele poder que teriam conseguido seguindo o curso das coisas no momento. Desde o instante em que pretenderam contrariá-lo, ou simplesmente por-se de lado, insulando-se, trabalhando para si próprios, desapareceram da cena... Mais se estudam os personagens na aparência mais ativos na revolução, mais se descobre neles algo de passivo e de autômato. Nunca se repetirá bastante que não são os homens que conduzem a revolução, mas a revolução que conduz os homens. Diz-se muito bem quando se afirma que ela marcha sozinha".

O destino das revoluções modernas participa, em todas elas, desse caráter de implacável fatalidade, dessa força que imprime direção contra a vontade dos homens, contra o critério consciente dos dirigentes e contra os anelos das massas. A rigidez dogmática, o fanatismo religioso com que são defendidos os princípios e com que se pretende a sua adoção por todo o mundo, são outros tantos aspectos peculiares dos processos revolucionários modernos. Mas tanto a Revolução Francesa, como a Revolução Russa, põem-nos de manifesto ante a constatação de que pouco podem os apertados diques dos

princípios e até das vontades dos homens que em nome desses princípios inamovíveis detêm o poder. Os princípios aprisionam a liberdade, sincera e fanaticamente exaltada. A revolução impõe a tirania, o terror e, como Saturno, devora sem cessar a seus próprios filhos, com fúria crescente. Os princípios e os profetas se vêem constantemente desmentidos pelos fatos, no que pese à fúria dogmática com que uns se defendem e os outros pretendem se impor. Rousseau e Marx desaparecem na maré revolucionária e a maior parte de suas profecias se esfuma. Somente o que em suas predições havia de aproveitamento tático, e de prenúncios de determinadas direções da tempestade, perdura e obtém triunfo.

FUNÇÃO DINÂMICA DAS IDÉIAS NOS PROCESSOS REVOLUCIONÁRIOS

Ao considerarmos um fenômeno revolucionário, inatingível em seu âmago, uma só coisa nos é revelada: a crise que o representa não é um vazio histórico, mas sim uma ebulição vital. E nela adquire grande relevo um poder atuante, imanente, o das idéias atuando sobre o desencadeamento das reservas revolucionárias, em transformação antropológica que a crise realiza e com capacidade de organizar revolucionariamente as forças dinâmicas. Porisso, equivocava-se profundamente o reacionário inglês Burke ao dizer que a França da revolução significava o vácuo, como se equivocaram as potências européias ao converter a União Soviética, depois da Revolução Bolchevista, em malta de leões, cercando-a com um cordão sanitário, como o território infestado e destinado a consumir-se em sua própria sangria. "Sei geografia — dizia Burke — e acabo de contemplar o mapa da Europa. Sobre esse mapa

venho de constatar um grande espaço vazio: aquele que outrora havia ocupado a França". Ao que Mirabeau, o único homem capaz, naquela época, de incarnar o gênio político, na medida em que as circunstâncias revolucionárias poderiam permitir que alguém incarnasse o gênio político, retrucava: "Disse Burke uma grande estupidez. Esse vazio é o de um vulcão, cujas agitações subterrâneas e cujas erupções não se deveria perder de vista um só instante".

Uma nação amadurecida para o fenômeno revolucionário não é um organismo esgotado. Nem os erros dos governantes, nem as injustiças sociais, nem a deformação e inadaptabilidade das instituições políticas, nem a dispersão e confusão de idéias são por si mesmas sintomas suficientes para se diagnosticar o esgotamento. Este somente se verifica quando todos esses males são incapazes de conduzir a um processo de crise revolucionária. Então a sua saída é a esterilidade, o fim, a morte. Giovanni Gentile, o máximo intérprete das revalorizações revolucionárias, num marco nacional explícito, dizia que "o Estado, eterna autocrítica, encontra na revolução não o seu processo dissolvente, mas vital..." Eterna autocrítica, eterna revolução, a história do Estado é a história de sua contínua revolução, ou seja: do processo em que consiste precisamente o Estado. E Gentile via nele algo do que vira Mussolini e muito do que havia compreendido Platão.

O principal sintoma significativo de que uma crise revolucionária não traduz um processo de esgotamento é a força com que as idéias fermentam nos espíritos. O enciclopedismo francês, como os movimentos intelectuais russos anteriores à Revolução Bolchevista e as correntes do espírito que preparam e agitam os movimentos revolucionários nacionalistas euro-

peus durante as primeiras décadas do nosso século, oferecem-nos amplo panorama ilustrativo desse fenômeno. Mais arraigada do que todas é a idéia da catástrofe e da necessidade e iminência da queda de uma ordem injusta. Trata-se de uma idéia que reveste formas proféticas e se converte em doutrina. Destruir, concluir a demolição de um mundo caduco e criar um mundo melhor. Em torno desse núcleo originário ideológico constitui-se a doutrina revolucionária. Para ela contribuem os espíritos mais vivos e dinâmicos de uma época que preludia a revolução. Nas vésperas da Revolução Francesa, vamos encontrar os espíritos mais "iluminados" proclamando a sua iminência. À frente de todos se encontra, como nenhum outro, Rousseau, o seu profeta. Diferentemente dos governantes, os intelectuais, os profetas europeus, prenunciam a revolução. E, entre os políticos, Mirabeau é o único que se apercebe do que está ocorrendo e porisso a sua figura se destaca, fazendo sombra aos mais dinâmicos e brilhantes tribunos revolucionários. Albert Sorel nos deixou uma verdadeira antologia dessas predições catastróficas anunciadoras da revolução.

"Vejo — escrevia Rousseau, em 1772 — todos os Estados da Europa caminhando rapidamente para a ruína; monarquias, repúblicas, todas essas nações tão magnificamente estabelecidas, todos esses bons governos tão sabiamente ponderados, caídos na decrepitude, estão ameaçados de morte próxima. Todos os grandes povos gemem, oprimidos por suas próprias multidões". O pensador alemão Jacobi escrevia, por sua vez: "Desejaria uma inundação qualquer, e fosse mesmo dos bárbaros, para arrastar esses pântanos infestados e descobrir a terra virgem". Foster, em 1779, dizia: "As coisas não podem perdurar tal como estão, todos os sintomas o anunciam...

A Europa parece-me às vésperas de uma terrível revolução. A massa está tão corrompida que seria necessária uma sangria". E Schiller, o grande poeta alemão, precursor do grande nacionalismo alemão do século XIX, exclamava por sua vez: "Escrevo como cidadão do mundo. Há tempo que perdi a minha pátria para trocá-la pelo vasto mundo. Alemães, não tenteis ser uma nação, contentai-vos com ser homens".

O anúncio da catástrofe estava bem vivo em todos os espíritos atentos da Europa. Em todos, menos os políticos. Porque os políticos da "razão de Estado" acreditavam, sim, nas revoluções; mas em revoluções ao velho estilo, como um possível campo para especulações em territórios fronteiriços e como uma oportunidade de intervir com o objetivo de favorecer aos seus próprios fins. E nunca com a sensação de que se tratava de algo mais sério, mais espetacular, que flutuava no ar. Nem sequer, uma vez consumada a Revolução Francesa, os políticos europeus deixaram de pensar em simples "razão de Estado". Não se aperceberam de que se achavam diante de um fenômeno universal, ante uma catástrofe que a ninguém perdoava e que também afetava as velhas formas, não importaria entre que fronteiras se encontrassem e com que espécie de meios se defendessem. Assim se explica que o Congresso de Viena, daquela espécie de congresso que, por um simples paradoxo do destino histórico, converte às vezes a mediocridade em símbolo, augurou cem anos de paz para a Europa, pretendendo prescindir da Revolução Francesa e de suas experiências políticas, ideológicas e humanas representativas.

Mas é que aos políticos da "razão de Estado" os seus conhecimentos e suas experiências lhes apresentavam outros tipos de revoluções. Havia séculos que a Europa se encontrava

sob o signo e as conseqüências das guerras religiosas, cujo caráter revolucionário tinha sido incontestável. Também elas tinham sido movidas por uns tantos mitos abstratos e cosmopolitas, por um fanatismo e um messianismo que voltaram muito mais intensificados nas convulsões da grande revolução. Mas outros tinham sido os seus fins e outros os seus pontos de vista, além dos que a grande política ia adotar diante deles. Também para um Maquiavel, para um Guicciardini, as revoluções, as *transformações,* eram eixos de sistemas políticos girando em torno da idéia de um constante dinamismo. Mas a revolução de antes dos fins do século XVIII na Europa se reduzia, em sua essência, a uma teoria e a uma prática do golpe de Estado. Ao que Malaparte chamava, com aplicação tão má em nossa época, de "técnica do golpe de Estado". Em pleno século XVII, Gabriel Naudé escrevia mesmo uma espécie de pequeno breviário da técnica do golpe de Estado, muito mais apropriado aos acontecimentos de sua época do que o de Cúrzio Malaparte para a sua. E, aliás, as *Considérations Politiques sur les Coups d'Etat* (1639), de Naudé, mais adeptos, estudiosos e intérpretes tiveram entre os seus contemporâneos do que *La Téchnique du Coup d'Etat,* de Malaparte, teria na dele.

A "RAZÃO DE ESTADO" ANTE AS NOVAS CRISES REVOLUCIONÁRIAS

A teoria da revolução, na época da "razão de Estado", reduz-se, em substância, a uma teoria do golpe de Estado e segue, via de regra, as normas da doutrina maquiavélica, fundada numa teoria orgânica do Estado e do poder. Em suas *Mémoires,* o cardeal de Retz oferece-nos uma teoria da re-

volução com aplicação da "razão de Estado" à mentalidade reinante naquela época. "O que ocasiona a debilidade dos Estados — diz ele — é a duração do mal, que se apodera da imaginação dos homens e lhes faz crer que jamais terminará. Apenas encontram ensejo para uma saída — o que nunca lhe faltará quando se atinge certo ponto — eles ficam surpreendidos e tão desconcertados que passam de repente ao outro extremo, e longe de considerar as revoluções como coisas impossíveis, acham-nas fáceis, e basta essa disposição, às vezes, para provocá-las".

Além disso, os homens do século XVIII acreditavam que as revoluções eram pretextos ideais para aumentar seus territórios ou círculos de interesses, e tal acreditavam também durante a Revolução Francesa. Para eles estava de pé o princípio formulado por De Vergennes, ao afirmar: "Os rebeldes que eu afasto de Genebra são agentes da Inglaterra, enquanto os rebeldes americanos são nossos amigos por muito tempo. Tratei a uns e outros não conforme os seus sistemas políticos, mas de acordo com as suas disposições para com a França. É isso a minha razão de Estado". Esse critério porém já não era válido para os tempos e as circunstâncias da Revolução Francesa. E apesar disso, os políticos e as chancelarias européias não deixavam de utilizá-lo e, por mais paradoxal que pareça, os políticos e as chancelarias continuam a empregá-lo até os nossos dias ao enfrentar o fenômeno revolucionário, sem se aperceberem de suas dimensões mundiais, universais e de seu caráter infalivelmente total.

Com a Revolução Francesa, o fenômeno revolucionário se apresenta de manifesto, por seu caráter de ineditismo e portanto, desconcertante. Desconcertante, em primeiro lugar,

pelo fato de haver-se produzido precisamente na França. Toda a Europa estava madura para ele. Os profetas da catástrofe achavam-no viável em qualquer parte. E onde menos se esperava, por apresentar a crise aspectos menos agudos, onde menos amadurecia, era precisamente na França. Era o país que apresentava um cenário�jetivo menos apropriado para uma eclosão revolucionária. Nem os seus abusos, afirma Albert Sorel, eram piores que os de outras partes, nem o regime feudal mais oneroso que nos demais países, nem o governo menos inteligente e mais despótico, nem a miséria mais intolerável, nem as almas mais animadas por um espírito de revolta contra um regime odioso, do que nos demais lugares. "Os motivos que decidiram os acontecimentos são contrários a tudo isso", dizia Tocqueville, que analisava essa situação paradoxal e oferecia-nos uma documentação irrefutável, parecendo-nos até que a sua crítica pretendeu estender a sua análise sem igual do fenômeno até os nossos dias. Ele nos demonstra, com efeito, que a revolução se produziu antes na França, não por falta de validade e atualização de determinadas instituições, mas por uma espécie de crise de confiança nelas, existente no espírito de seus próprios defensores. As instituições mais odiosas eram justamente aquelas que haviam caído em desuso. "Destruindo uma parte das instituições medievais — escreve ele —, as que permaneciam tornavam-se cem vezes mais odiosas. Assim, onde as formas pré-revolucionárias haviam mais avançado, mais forte se mostrou o espírito revolucionário. E onde menos tinham sido tocadas as instituições, tal como na Bretanha, na Vendéia, em Poitou, o espírito reacionário foi forte, quase invencível".

Analogicamente se nos apresenta a revolução do proletariado. Também ela tem de há muito os seus profetas catas-

tróficos. Eles pululam pela Rússia, mas são numerosos também na Europa. Muitos deles se acham integrados na disciplina dogmática e doutrinária marxista, porém muitos são também espíritos livres. Na Rússia, a maior parte da literatura e da filosofia, em toda a efervescência revolucionária, prenuncia uma só coisa durante todo o século XIX: a catástrofe. Não são apenas os anarquistas ou niilistas, como Herzen, Bakunin ou Kropotkin, mas os místicos ou espíritos "puros", como Dostoievski, que proclamam a iminência da catástrofe, a revolução que imporia a nova derrocada da ordem social estabelecida e a construção de uma nova sociedade futura [3]. Na Europa, a ascensão das massas, sua irrupção na história e suas manifestações como força política provocaram também uma infinidade de profecias catastróficas. Desde Goethe até Nietzsche e Burkhardt, espíritos entre os mais nobres e melhor avisados, prenunciaram livremente a revolução. Uma revolução que a todos parecia inevitável, mas que Marx e seus seguidores, ao vislumbrá-la como inadiável, se bem que não conseguissem precisar as suas causas, o sentido da sua direção, seus objetivos últimos, sabem, entretanto, fundamentá-la, organizá-la e dirigir como força de choque e destruição, para realizar ao menos uma parte de seus postulados dogmáticos.

Desta vez, tampouco os políticos souberam compreender o alcance do fenômeno revolucionário. Mais uma vez torna-se incontido, implacável. O fenômeno revolucionário se orienta

---

3 — Em seu curioso e sutil livro *L'Homme Revolté,* Albert Camus (Gallimard, Paris, 1951) demonstra, com agudeza incomparável, as relações íntimas entre o terrorismo revolucionário russo do século XIX e a doutrina e prática revolucionária de Lenine.

pelas mesmas coordenadas da Revolução Francesa. E os critérios com que se combate a revolução nova, inclusive quando se fixam em constantes revolucionárias de signo contrário, são imprestáveis, inadequados, mesmo falsos.

Por último, também a revolução do proletariado se produziu num país onde menos adequado era o cenário para o seu desenvolvimento. Seu profeta máximo, Karl Marx, cometeu, a esse respeito, o seu primeiro e espetacular erro. A revolução que ele prognosticara tinha um caráter específico e necessitava como ponto de partida um país industrialmente desenvolvido, com uma forte burguesia e com uma organização capitalista muito avançada. A Rússia era o país que apresentava, menos do que qualquer outro, tais características. Mais tarde, uma vez realizada a revolução na Rússia, Lenine e Stalin tentariam recorrer a um argumento para salvaguardar a profecia de Marx. Não é necessariamente onde a indústria se encontra mais desenvolvida, o proletariado constitui a maioria, há mais progresso, mais cultura, mais democracia, que deveria rebentar a revolução. A "frente do capital" tinha que receber o golpe, afirmam os táticos leninistas da revolução, recorrendo a um critério puramente tático, onde "a cadeia do imperialismo era mais débil, porque a revolução proletária é o resultado de uma rutura da cadeia imperialista no seu ponto mais fraco" (Stalin, *Les Principes du Leninisme*).

Esse agudo argumento tático testemunha apenas uma coisa, não de todo falsa, e em que a análise do fenômeno revolucionário nos interessa aqui: a existência na Rússia de um proletariado revolucionário, isto é, de um clima de idéias revolucionárias, que contribuiu para que a revolução se produzisse no país menos maduro para ela.

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Tanto a França, como a Rússia, são países que em suas respectivas épocas se encontram menos preparados do que outros, por suas circunstâncias políticas e sociais, para uma eclosão revolucionária. Mas em ambos os casos, o fato de elas se acharem à testa de acontecimentos revolucionários tem, ao menos no plano imanente, uma explicação. Se as instituições não haviam amadurecido para uma ação revolucionária, estavam, entretanto, preparadas para precedê-la, porque a crise lhes havia feito amadurecer e porque quadros superiores a outros círculos nacionais haviam preparado homens e idéias. As *sociétés de pensée* ou "autoridades sociais", como as chamaram, respectivamente, Augustin Cochin e Georges Sorel, em França; as "sociedades secretas" e as "células dos sovietes" (4), de organização férrea, na Rússia — fizeram com que circunstâncias de crise inegáveis, mas de qualquer maneira menos agudas do que em outras nações, se convertessem em ação revolucionária. E com isso também qualquer interpretação puramente mecanicista, baseada no simples jogo das forças econômicas, da revolução cai naturalmente por terra.

Quem examinar a situação da França e da Rússia durante as décadas que precederam as respectivas convulsões revolucionárias comprovará até que ponto a força das idéias teria influído na consumação de um processo que normalmente deveria ter dado os seus frutos em outros países. Uma ação

---

4 — Lenine tirou dos terroristas Tkachev e Netscaiev a idéia dessa organização de "células", resumida dessa maneira: "segredo rigoroso, seleção minuciosa dos membros, formação de revolucionários profissionais".

preparatória intensa teve porém lugar naquelas duas nações. E não queremos nos referir, tão somente, à preparação dos quadros revolucionários propriamente ditos. Mais que uma preparação técnica da revolução, houve a preparação de um "clima" de crise revolucionária. A crença na caducidade da ordem vigente era encontrada, em ambos os casos, na maioria dos seus intelectuais, filósofos, críticos, literatos e outros espíritos geralmente com ascendência sobre o povo. E nunca influenciam tanto sobre os povos as suas elites, quanto nas épocas que antecedem as grandes crises. Não se trata de saber se os povos possuem, por suas estruturas íntimas, tendências para as situações messiânicas ou catastróficas. A França da *Ilustração* era a mesma França racionalista e sua projeção universal era proporcional a suas virtudes clássicas. Os seus espíritos universais, inclusive os que profetizaram a catástrofe, achavam-se delimitados por dimensões espirituais cartesianas. Mas nada disso poderia impedir a eclosão porque a crise estava madura e porque as elites intelectuais proclamavam a ruína, a queda de toda uma ordem de coisas.

Outras eram as dimensões da crise russa às vésperas da revolução. O catastrófico convinha muito bem à estrutura anímica russa e a suas características. Os russos tinham passado muitas décadas profetizando a ruína da Europa, a queda da ordem estabelecida, uma revolução que a partir da Rússia se estenderia ao Continente e ao mundo, arrasando tudo e impondo os valores russos a todos os demais. O espírito revolucionário confraternizava muito bem com o messianismo russo, com a crença de todos os profetas russos no binômio Moscou-Terceira Roma, pouco importando se esse binômio fosse realizado por Pedro, o Grande ou por Stalin. A tradição do messianismo

e niilismo russo constituía o clima adequado para uma revolução, que encontrava circunstâncias políticas e sociais logicamente mais propícias — como havia previsto Marx, o falso profeta — na Alemanha e na Inglaterra; mas ela se produziria em um país mais agrícola, atrasado, sem um proletariado industrial forte, sem haver transposto, muito menos, as etapas que a concepção materialista da história requer como postulados e dogmas desse processo revolucionário.

No que pese ao fato de esses dois processos revolucionários espetaculares terem sido produzidos por dois povos tão diferentes por seus temperamentos, por suas reações, suas culturas, seu espírito e, sobretudo, pelas respectivas elites intectuais que prepararam o clima da crise de crenças, de rebelião e de novas crenças, há contudo elementos comuns que se encontrará ao examinar o processo revolucionário em si mesmo. Uma vez arrebentados os diques, uma vez a borrasca revolucionária desencadeada, rebelados os elementos de maneira a ninguém poder mais detê-los ou controlar, os homens que atuam na tormenta demonstram possuir as mesmas forças elementares.

Aquela loucura religiosa, sombria e cruel, com que Voltaire, um dos pais espirituais da Revolução Francesa, definia em seu *Dictionnaire Philosophique,* o fanatismo, vamos encontrá-la como força ativa tanto na França como na Rússia revolucionária. Albert Sorel tenta descobrir elementos semelhantes a essa fúria fanática que caracteriza os revolucionários franceses. Os elementos oferecidos pela Cruzada contra os albigenses na história da França não lhe satisfazem e tem que remontar ao espírito que havia animado a conquista do Islão. E não raras vezes, durante esses últimos anos, recorreu-se a esse paralelismo para definir o espírito revolucionário que anima

a Rússia bolchevista. "Numa das mãos, eles têm a espada e na outra, os direitos do homem", escrevia Mallet du Pan, em suas *Mémoires et Correspondance,* a respeito dos revolucionários franceses. E Taine, ao aludir à propagação da doutrina revolucionária, em seu famoso livro *L'Ancien Régime et la Révolution,* afirma coisa análoga existente entre a Revolução Francesa e o espírito religioso, com ser aquela universal, exclusivista e despótica.

Outro elemento significativo é o fato de que, no momento de rebentar as respectivas revoluções, tanto na França como na Rússia, a primeira com muito melhores títulos do que a outra, exerciam ou pretendiam exercer essas nações um magistério espiritual sobre a Europa. Donde os ímpetos universalistas, cosmopolitas, conquistadores, e fanáticos por seus dogmatismos, pretendendo moldar a todos os homens ou instituições segundo os seus modelos.

Em plena crise das instituições européias no século XVIII, os intelectuais franceses dominavam o mundo do espírito em toda a Europa. Todos os monarcas ilustrados honravam-se por cultivar a amizade de filósofos como Voltaire e Diderot, cultivavam as idéias francesas intensamente, apesar de essas idéias proclamarem a queda da ordem reinante. A moda, o esnobismo cultural, o livre jogo das idéias, e até certo ponto a própria "razão de Estado", que, como mostramos, viam nos movimentos revolucionários oportunidades ideais para se beneficiarem das crises nos países vizinhos, faziam com que um Frederico, o Grande ou uma Catarina II, um José II e toda uma verdadeira família de monarcas europeus se mostrassem favoráveis ao desencadeamento de um processo crítico cujo alcance não pressentiam. Porque nas épocas de crise política

ninguém é capaz de pressentir a força revolucionária das idéias. Inclusive em nossa época, em que os governantes temem as convulsões revolucionárias, precavêm-se até certo ponto contra a sua intensidade e suas proporções, combatem inclusive com violência os seus mitos, mas menosprezam ainda assim o poder que as idéias têm a desempenhar na marcha dos acontecimentos revolucionários. A política de hoje, e mesmo, em grande parte, a política nos países do mundo anticomunista, desdenha como nunca a dinâmica das idéias. Segundo a política de hoje, os intelectuais são verdadeiros párias, elementos inúteis para as forças sociais reinantes. Nada mais perigoso do que tal atitude, num mundo ansioso por soluções adequadas, que, por serem revolucionárias, não deverão ser necessariamente negadoras dos valores do espírito, mas, ao contrário, os seus melhores sustentáculos e reanimadores.

A França pré-revolucionária vivia num clima intelectual cujas idéias dominavam toda a Europa e preparavam ao mesmo tempo as modificações revolucionárias. Os intelectuais franceses desempenhavam missão européia e permitiam que Voltaire exclamasse: "Vejo com satisfação que a Europa está se transformando numa imensa república de espíritos cultos". E Joseph de Maistre, em suas *Soirées de Saint Petersburg,* põe na boca de um de seus interlocutores estas palavras: "Dois caracteres particulares o distinguem (ao povo francês) de todos os povos do mundo: *o espírito associativo* e o de *proselitismo. Cada palavra desse povo é uma verdadeira conjuração*".

E o espírito de associação e o de proselitismo são os elementos fundamentais de uma revolução, não importa em que ordem de coisas ela se produza. E tanto mais autêntica é essa definição quanto, a partir da Revolução Francesa, todo acon-

tecimento revolucionário supõe uma mudança total nos homens, na sua visão do mundo, em suas crenças, na hierarquia social e nas instituições políticas.

Outro reacionário, De Bonald, dizia por sua vez: "Uma obra perigosa escrita em francês é uma declaração de guerra a toda a Europa". Indiscutivelmente, e se bem que com menos projeção espiritual, as mesmas tendências animam também a espiritualidade russa. O niilismo, o anarquismo e o terrorismo russos tiveram os seus adeptos europeus em todo o século XIX. Dostoievski e grande parte de toda a literatura messiânica russa, que preparou a Revolução Bolchevista em grau muito superior ao que comumente se acredita, também exerceram papel relevante influenciando os espíritos europeus. Mas o que mais impressiona nesses espíritos que prepararam a revolução comunista, sem que diretamente comungassem com o dogma e a disciplina marxistas, é a crença na morte da Europa e a sua ulterior conquista por uma Rússia rejuvenescida, "purificada" pela revolução. O personagem de Dostoievski, Ivan Karamazov, o homem para o qual "tudo é permitido", é o incontestável pai espiritual dos comunistas russos. E Ivan Karamazov não concebia a Europa com outra beleza que não a de um vasto cemitério.

As idéias, a doutrina, a ideologia desempenham papel capital nas revoluções modernas. Nunca um corpo de doutrina exerceu influência tão radical sobre o espírito dos dirigentes e sobre as massas em crise. As idéias de Rousseau apoderaram-se de maneira absoluta dos espíritos de Robespierre e de Saint-Just. Eles as conhecem, repetem e defendem com fanatismo. "Saint-Just deu projeção histórica às idéias de Rousseau", escreveu Albert Camus.

O poder das idéias de Marx igualmente desempenha influência decisiva em Lenine, espírito culto e com uma formação intelectual incontestável. Lenine defende com fanatismo o seu corpo de doutrina, a sua ideologia baseada nas idéias centrais de Marx. As revoluções modernas emprestam influência extraordinária à formação ideológica. Se é verdade que uma vez convertidas em patrimônio das massas as idéias se deformam e que a técnica revolucionária as simplifica e diminui o seu valor espiritual, não é menos verdade que a sua eficácia espiritual pouco tem a ver tanto com o seu fundo de veracidade quanto com a sua pureza intelectual. Convertidas em mitos, é como tais que elas agem sobre as massas e por meio das massas voltam novamente para o cimo das forças sociais, deformadas, simplificadas, niveladas, mas carregadas com a eficiência incalculável do número e das opiniões, do clima que se havia assim formado para elas e que define todo um estado de espírito que todos respiram.

Paralelamente ao poder das idéias, exerce um papel predominante na formação do espírito revolucionário o aparecimento de toda uma série de elementos associativos, que na verdade preparam o caminho às verdadeiras associações revolucionárias. Papel de tal gênero desempenharam inúmeras seitas, a maior parte delas religiosas, na França do século XVIII, os franco-maçons, os "iluminados", e toda uma multidão de sociedades secretas.

E ao mesmo tempo que numa camada superior intelectual, que prepara o caminho aos movimentos revolucionários, frutificam idéias racionalistas, atéias, opostas a tudo o que elas chamam de "forças obscurantistas", nas camadas inferiores da

sociedade cresce toda uma série de manifestações da *caterva*, de irrupções de forças ocultas e de cultos mágicos. Porque todo processo revolucionário, com ser um processo crítico, é um fenômeno paradoxal. Nele se somam, ao lado dos dogmas intelectuais e racionalistas, turvas eclosões das camadas mais baixas, forças sombrias, contaminações introntroláveis, que a crise engloba e juntas faz caminharem na caudal revolucionária, sem que ninguém possa mais separar uns elementos dos outros. Pois a revolução é como um vulcão em erupção, que tudo arrasta e com tudo forma uma massa cada vez maior e mais arrasadora, na qual ninguém poderia distinguir mais os objetos tragados no meio da lava vomitada do seio da terra flamejante.

A mesma função preparadora de acontecimentos e organizações revolucionárias é desempenhada pelos "carbonários" nacionalistas do século XIX, preludiando a eclosão de forças revolucionárias nacionalistas de anos mais tarde, e pelas numerosas seitas religiosas, niilistas e anarquista, bem como pelas organizações sindicais, obreiras e socialistas que, dentro ou fora da Rússia, durante os últimos cem anos, preparavam a revolução comunista. Por trás dessas múltiplas e complicadas forças, à medida em que a situação social e o progresso das idéias revolucionárias e sua penetração nas massas o permitiam, procedia-se gradualmente à formação de verdadeiras organizações revolucionárias. Elas se caracterizam por uma disciplina única, algumas vezes férrea, e por um programa simplificado mas ao mesmo tempo "maximalista", bem como pelo número de transformações revolucionárias que exige, por uma hierarquia de comandos, por uma severa seleção dos grupos dirigentes e por alguns critérios táticos bem definidos.

Na França as "sociedades de pensamento" exerceram grande influência na preparação dos quadros revolucionários. A seita mais importante de todas elas, os "jacobinos", inspirou-se em seu método e organização com os jesuítas. Era assim e continuará a sê-lo quando Lenine concebeu a organização de suas forças em "células", verdadeiros elementos de choque e formação do espírito revolucionário, o arquétipo da organização perfeita. Ao referir-se à influência que a organização jesuítica exerceu sobre os jacobinos, Mallet du Pan assim escrevia: "Os jacobinos imitaram a sua organização magistral, a sua disciplina implacável, e puseram a serviço do proselitismo revolucionário todos os meios de propaganda". Sabe-se também que Lenine foi um leitor assíduo dos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loiola e que, ao lançar as bases da organização comunista e de sua disciplina férrea e hierarquia absoluta, levou em conta, para os seus fins específicos, a magnífica organização dos jesuítas.

Todo corpo social vivente tem, como a própria natureza, horror ao vácuo. A organização revolucionária é em parte a força destinada a precipitar a queda de uma sociedade cambaleante ou de um mundo de idéias e crenças inoperantes; mas é, em parte também, a força que há de encher o vazio provocado por aquela queda de falsos valores. "Contra toda previsão — escreve Albert Sorel ao analisar as circunstâncias que precederam a Revolução Francesa —, a anarquia se organiza e a força organizada se dissolve".

A REVOLUÇÃO, PATRIMÔNIO DE UMA CLASSE

A partir da Revolução Francesa, a organização do processo revolucionário tem como base de choque, como força

preponderante, uma classe. Nela é o "Terceiro Estado". Na Revolução Comunista é o proletariado, são as massas, como gosta de denominá-lo a terminologia marxista. O processo revolucionário desenvolve-se dentro de um marco nacional. Dentro dele, vivo, dinâmico, natural, realiza-se a Revolução Francesa. Dentro dele ainda têm lugar as revoluções com caráter social, político e nacional da Europa do século XIX. A esse mesmo marco rigoroso se atém, no que pese a todo o seu caráter mundial e suas razões que não são simplesmente "táticas", como sustentam os seus defensores, igualmente a Revolução Comunista. Para que a classe que dirige o movimento revolucionário e pretende trabalhar em seu favor obtenha a necessária adesão das massas, e para que a sua ação seja eficaz em todo o âmbito histórico-nacional, esta própria classe realiza um ato de astúcia. Identifica a nação consigo mesma. "O Terceiro Estado — escreve Sièyes — é uma nação em si mesmo e um país completo. A sua conquista abalou o sistema de relações e a nobreza se passou para o lado dos conquistadores".

Outro intérprete do papel desempenhado por essa mesma classe na Revolução Francesa, Rabaut-Saint-Etienne, citado por Albert Sorel, escreve: "O Terceiro Estado é uma sociedade completa, tudo o mais é uma superestrutura inútil. Não somente os nobres não devem ser os donos, mas eles têm nele apenas o direito de serem concidadãos".

O mesmo golpe de astúcia tem lugar mais uma vez quando a "Quarta Classe", o proletariado, passa a ter consciência de seu próprio poder. A revolução proletária mobiliza a Quarta Classe para a eclosão da sua rebelião armada, acenando-lhe

astutamente com uma ordem social baseada no princípio da harmonia das classes. Para a interpretação marxista do fenômeno revolucionário, cada revolução é "a intromissão das massas nos acontecimentos históricos", segundo Trotsky. Para os marxistas, a revolução de hoje é o domínio de uma classe, que domina e substitui as demais. Desta forma nasce, segundo Lenine, "um Estado democrático de uma forma totalmente nova, para os proletários e desprotegidos em geral, e ditatorial, de maneira também totalmente nova, contra a burguesia". (*L'État et la Révolution*).

Na verdade, o marxismo revela, desde as suas origens, uma identidade de métodos com a burguesia na organização da conquista revolucionária do Estado. No *Manifesto Comunista,* Marx começa reconhecendo o caráter e o papel essencialmente revolucionário da classe burguesa. Segundo Marx, a burguesia sempre foi uma classe revolucionária, que baseou toda a sua existência e o crescimento do seu poder em métodos revolucionários. Desta maneira, ela não permitiu que sobrevivesse outro elo entre os homens que não o frio interesse, a dura "paga" interesseira. Ela destruiu o êxtase religioso, o entusiasmo cavalheiresco, o sentimentalismo pequeno-burguês. Revolucionou incessantemente os meios de produção, as relações sociais, projetando-as em dimensões cosmopolitas, e estabeleceu uma "frente imperialista do capitalismo", a qual pretende estender a todo o mundo os métodos burgueses de produção e a sua concepção de vida. Vítima, porém, de uma crise de crescimento, a burguesia forjou as armas da sua própria destruição, bem como criou os homens que manejaram essas armas, os *proletários.* Esta nova classe crescerá continuamente, organizar-se-á, conquistará o poder por meio da vio-

lência e da revolução e eliminará radicalmente as demais classes sociais e forças políticas.

Deixando de lado tudo o que há de fundamentalmente errado nas previsões históricas do marxismo — apreciação que faremos noutro capítulo, a saber, que dentro do próprio âmbito da vida nacional, uma parte da burguesia se torna capaz de regenerar-se por meios revolucionários e deter o processo de dissolução anunciado pelas profecias marxistas —, uma coisa permanece indiscutível e é a inserção de uma nova classe no âmbito revolucionário, com a exclusão de todas as demais. Mais tarde, produzir-se-iam novas hierarquias, novas classificações; mas, previamente, a borrasca revolucionária procurou fazer "tábua rasa" da ordem estabelecida e das classes socialmente vigentes.

O ESQUEMA MARXISTA DA REVOLUÇÃO

Em sua *Histoire de la Révolution Russe,* Trotsky procurou dar-nos um esquema dos processos revolucionários modernos. E seu ponto de vista reflete, em linhas essenciais, a "teoria marxista e comunista" da revolução. Nos tempos modernos, ensina ele, a história é decidida pelos "especialistas": monarcas, ministros, burocratas, parlamentares, periodistas. Mas em época de crise, quando a ordem estabelecida já não pode ser suportada pela massa, esta rompe as cadeias que a separam da arena política e lança aí as bases de uma nova ordem. O processo revolucionário, que em pouco tempo destrói instituições seculares, constrói outras e as destrói também, e não pode ser explicado pelas simples transformações realizadas na ordem social e econômica durante a própria revolu-

ção. "A dinâmica dos acontecimentos revolucionários é diretamente determinada pelas transformações rápidas, violentas e apaixonadas na psicologia das classes, formadas antes da revolução... São necessárias condições totalmente extraordinárias, independentes da vontade das pessoas e dos partidos, para arrastar para o descontentamento as forças do conservadorismo e conduzir as massas à rebelião... Num período revolucionário, as mudanças rápidas nos pontos de vista e ânimo das massas não provêm da elasticidade e modificações de uma psicologia humana, mas, ao contrário, de seu profundo conservadorismo".

Trotsky confirma dessa maneira as observações que fazíamos há pouco a respeito dos elementos fundamentais de todo processo revolucionário moderno. Em primeiro lugar, a revolução é um processo incompreensível à luz das simples transformações sociais e econômicas. Em segundo lugar, no jogo das forças atuantes em todo fenômeno revolucionário, desempenha um papel importante a psicologia das massas e o seu fundo essencialmente conservador. Pretende Trotsky que era esse o esquema das "antigas" revoluções, a saber: todas as que precederam a revolução do proletariado. Mas tal esquema se aplica, indubitavelmente, em todos os seus traços essenciais, também à revolução proletária. Existe, afirma Trotsky, um "atraso crônico" de idéias e relações, com respeito às condições *objetivas* do fenômeno revolucionário, até o instante mesmo em que elas assumem forma de *catástrofe* e como tal se precipitam sobre os homens. No período revolucionário surgem "movimentos de arrancos de idéias e paixões, os quais, para as mentalidades policiais, não passam de simples resultados da atividade demagógica".

A essas condições objetivas do processo revolucionário, há que acrescentar também "obstáculos objetivos" que surgem em seu curso. Com efeito, as massas se lançam à revolução sem um plano estabelecido, por impulso indomável e acreditando que a ordem antiga não pode ser mais suportada. Só o elemento dirigente da classe revolucionária possui um programa, um plano político que necessita da contraprova dos acontecimentos e da adesão das massas. Um extremismo gradual de métodos e programas, uma orientação crescente das massas *para a esquerda,* são elementos que completam o quadro das condições objetivas do processo revolucionário segundo este esquema. Nesse ponto, surgem as condições objetivas adversas, dentro do próprio processo revolucionário: a desilusão da classe revolucionária, o indiferentismo, a consolidação das paixões contra-revolucionárias. Trotsky acredita na possibilidade de um controle efetivo pelo partido revolucionário — no caso, o bolchevista — sobre as transformações íntimas na consciência das massas, em suas "linhas essenciais", e acredita, portanto, que um espírito revolucionário permanente (a sua famosa tese da *revolução permanente*) é também possível. O própria destino pessoal de Trotsky e o destino da revolução russa fizeram com que tal afirmação pecasse por falta de base.

ESTRATÉGIA E TÁTICA REVOLUCIONÁRIAS MODERNAS. A REVOLUÇÃO PLANIFICADA

Pareceu-nos oportuno insistir sobre esse esquema marxista das revoluções não-marxistas, mas perfeitamente aplicável a elas, por uma razão. Porque a organização, a estratégia

e a tática, a formação constante e disciplinada de quadros revolucionários de comando, de minorias ativas, aparecem como elementos essenciais da revolução moderna. Esse processo tem lugar primeiramente no "Terceiro Estado". Mais tarde oferece ele um vasto campo de aplicação dentro dos "sindicatos revolucionários", que participam, como doutrina, método e estratégia de luta, do mito soreliano da greve geral, do qual nos ocuparemos mais adiante e que desempenha um papel importante, seja diretamente, seja — como diria o próprio Georges Sorel — respirando o mesmo clima histórico, tanto na revolução marxista como em alguns movimentos revolucionários nacionalistas mais importantes. Por fim, esse mesmo processo apresenta a sua máxima expressão na capacidade de organização, pelas forças comunistas, da luta revolucionária.

Para os marxistas e, de um modo todo especial, para os forjadores da revolução na Rússia, existe uma "arte", uma técnica da revolução, uma tática e uma estratégia que podem encontrar alguns de seus conceitos inspiradores na arte da guerra. Lenine assimila, até a obsessão, a arte da revolução à arte da guerra. Entre os seus livros encontra-se um exemplar, cuidadosamente anotado, da obra de Clausewitz, *Vom Kriege*. Por sua parte, Trotsky oferece-nos mais um esquema da "arte da rebelião" e do planejamento leninista do problema.

Trotsky distingue a conspiração da revolta. A primeira seria operação premeditada de uma minoria; a segunda, o movimento elementar da maioria. Uma revolução vitoriosa pode encabeçar as aspirações de um povo, na interpretação marxista das massas proletárias. Uma conspiração vitoriosa beneficiaria somente a maioria dos conspiradores, de costas para

as massas; não significaria a vitória de um regime social sobre outro, nem uma rebelião popular de massas. Mas isso não quer dizer que numa revolução de massas não entre, em determinadas proporções, o elemento conspiração. O fenômeno revolucionário não pode ser limitado em fórmulas puras, elementares, de rebelião. Esse elemento constitui, de fato, o núcleo que prevê, prepara e organiza a revolução. Às vezes, a rebelião, como força elementar, pode conquistar o poder, arrastando após si, sem programa nem plano pré-estabelecidos, outras forças da nação. Com isso consegue derrubar a ordem antiga. E nada mais. A verdadeira "arte da rebelião", como a consideram Marx e Engels, vai mais longe. Ela combina a rebelião de massas com a conspiração, subordinando esta à primeira, e organiza a rebelião por meio da conspiração. Isso implica numa direção precisa das massas, com capacidade de orientação através das circunstâncias em movimento, um plano de ofensiva, prudente preparação técnica e a audácia dos golpes.

Quem primeiramente, no plano moderno dos acontecimentos revolucionários, concebeu e empregou um esquema elementar da arte da revolução, baseado sobre "um realismo militar-revolucionário", foi August Blanqui. Trotsky critica Blanqui por haver acreditado que a "tática insurreicional" tinha capacidade suficiente para assegurar a vitória revolucionária. E certamente Cúrzio Malaparte ignora essa crítica violenta do profeta da "revolução permanente", quando limita a teoria da revolução de Trotsky a uma simples técnica de golpe de Estado. Existe, afirma Trotsky, uma contraposição legítima do marxismo ao blanquismo: o teorema inverso do blanquismo. O teorema direto fica de pé na apresentação leninista do problema; mas para a conquista do poder não basta ao proleta-

riado a rebelião elementar: necessita ele da organização correspondente, do plano, da estratégia e da conspiração.

O proletariado não pode de saída identificar a revolução com a insurreição e a insurreição com a barricada. A revolução tem que participar das exigências de uma verdadeira arte da guerra. A minoria dirigente tem que possuir uma estratégia e uma tática precisas e claras, uma organização sólida e disciplinada, capacidade para conhecer as circunstâncias políticas e psicológicas do país onde atua, e intuição para dar os golpes no momento preciso e com decisão oportuna. "Ninguém — escreveu Trotsky — teve luta tão implacável contra a conspiração pura quanto Lenine".

Lenine parte do princípio de que "a revolução proletária é impossível sem a destruição violenta da máquina do Estado burguês e a sua substituição por uma nova máquina" (*La Révolution Proletarienne et le Rénegat Kautsky*). Sobre esse princípio ele estabelece a teoria da revolução proletária, com a sua correspondente estratégia, sua tática e organização. Três teses, segundo Stalin (*Les Principes du Leninisme*), constituem a base da teoria leninista da revolução proletária. A primeira é a da agravação da crise revolucionária nos países capitalistas e a expansão cada vez maior da frente proletária nas metrópoles. A segunda é a da agravação da crise revolucionária nos países coloniais e a rebelião crescente do elemento nacional contra a frente imperialista nas colônias. A terceira, a inevitabilidade das guerras sob o imperialismo e a coalisão também inevitável da revolução proletária na Europa com a revolução colonial no Oriente, formando uma frente revolucionária mundial.

À parte tudo o que as previsões de Lenine têm de caduco, em sua formulação teórica, uma coisa se torna evidente: é uma projeção do fenômeno revolucionário a dimensões mundiais; é a estratégia da revolução mundial. A ela subordina-se em primeiro lugar uma tática que implica na realização dessa revolução mundial através de sucessivas revoluções nacionais, rompendo-se a frente do imperialismo capitalista nos lugares em que ele se acha mais fraco; e uma estratégia correspondente a cada uma das revoluções nacionais, também com suas respectivas táticas.

Essa teoria se baseia na existência de condições revolucionárias permanentes e objetivas, em primeiro lugar, dentro das fronteiras nacionais, e, em segundo lugar, em toda a frente do imperialismo capitalista mundial. "A revolução proletária é o resultado do desenvolvimento das contradições do sistema mundial do imperialismo, e o resultado da ruptura da cadeia da frente do imperialismo mundial em tal ou qual país".

A revolução proletária teve lugar primeiramente na Rússia, afirmam Lenine e seus discípulos, contra as profecias de Marx, porque nesse país se quebrou a cadeia da frente imperialista pela primeira vez, pois nele ela estava mais fraca. E os seus futuros êxitos terão lugar também onde as cadeias de tal frente estiverem mais fracas. Em 1924, Stalin indicava a Alemanha e a Índia como os objetivos futuros: outra ocasião para o marxismo formular profecias que caducaram e outro argumento, entre mil, para comprovar as falhas na construção da teoria marxista-leninista sobre a revolução mundial.

Mas se em tudo isso alguma coisa fica de pé, é a validade da arte comunista da revolução na Rússia. Nesse país, que não deveria estar maduro para a revolução, uma minoria

revolucionária organizada conquistou o poder e pôs em movimento a máquina do novo Estado.

A estratégia e a tática constituem, na concepção de Lenine e Trotsky, uma verdadeira "ciência" da direção da luta de classes do proletariado. Nesta fase rompe-se com os métodos de luta — parlamentarista e pacifista — da Segunda Internacional. Os objetivos da luta do proletariado pelo poder concentram-se sobre a Rússia. A cada tipo de tática se substitui pela estratégia e a tática de luta revolucionária. As idéias de Marx e Engels são desenvolvidas e superadas, e em muitos pontos deformadas pelas peculiaridades do fenômeno social e político russo. A estratégia revolucionária leninista prevê três etapas. Antes de 1917, era a liquidação do czarismo e dos resíduos feudais na Rússia, a preparação do proletariado como força revolucionária fundamental e da classe camponesa como reserva necessária da luta, aliança do proletariado com a classe camponesa para liquidar pela força a autocracia e paralisar a instabilidade da burguesia. A segunda etapa coincide com a Revolução de 1917 e tem como objetivos a destruição do "imperialismo na Rússia e a retirada da guerra imperialista"; a força fundamental da revolução é o proletariado organizado pelo Partido Comunista, como minoria dirigente e contando como reserva imediata com a classe camponesa, e, como reserva possível, com o proletariado dos países vizinhos. A terceira etapa consiste na consolidação da ditadura do proletariado na Rússia, ponto de partida para a destruição da frente imperialista em todos os países. Com isso começaria a revolução mundial, dispondo, como força fundamental, da ditadura do proletariado na Rússia e do movimento revolucionário enquadrado nos partidos comunistas de todos os países e, como

reservas, das massas semi-proletarizadas e dos pequenos camponeses nos países desenvolvimentos e dos movimentos de liberação nos países coloniais.

Nunca uma revolução foi mais rigorosamente planificada em sua técnica, em seus métodos, em sua estratégia e em sua tática. "A estratégia — escreve Stalin — ocupa-se com as forças fundamentais da revolução e com as suas reservas. Ela muda cada vez que a revolução passa de uma etapa para outra. Permanece imutável no essencial, durante toda uma etapa determinada". A tática, em troca, tem por finalidade "fixar a linha de conduta do proletariado durante o período relativamente curto do fluxo e refluxo do movimento, do avanço ou recuo da revolução". A estratégia objetiva ganhar a guerra em sua totalidade contra os inimigos do proletariado. A tática objetiva ganhar batalhas limitadas; é uma parte da estratégia revolucionária, à qual se acha submetida. Durante uma mesma etapa estratégica, a tática pode variar muitas vezes, com os estágios da guerra; a tática pode ter objetivos ofensivos ou defensivos, segundo o fluxo ou refluxo da revolução.

"Jamais se deve jogar com a insurreição — escreve Lenine — e, quando se a começa, é preciso compenetrar-se de que há que ir até o fim. Reunir, num lugar determinado, no momento decisivo, forças muito superiores às do inimigo. De outra maneira, este, melhor preparado e melhor organizado, esmagará os insurretos. A insurreição uma vez iniciada, convém agir com a maior decisão e passar imediatamente, custe o que custar, à ofensiva. A defensiva é a morte da insurreição armada. É preciso apanhar o inimigo desprevenido, procurar um momento em que as suas tropas se acham dispersas. É

preciso obter êxitos cada dia, mesmo que pouco consideráveis, conservando a todo preço as vantagens morais".

É a primeira vez na história em que a arte da rebelião adquire dimensões e formas totais. A revolução assimila-se à guerra. A organização adquire verdadeiras características científicas, com regras e dogmas precisos, cujo valor parece absoluto.

FRACASSO E DERROTA DAS REVOLUÇÕES

Por mais perfeitas, porém, que pareçam essas normas e por mais ampla que tenha sido a sua aplicação desde o seu êxito na Rússia, múltiplos têm sido os seus fracassos. Com efeito, demonstraram assim que a arte da rebelião, formulada pelo comunismo, jamais conduz a simples insurreição, ou a golpes de Estado felizes. Foi necessária a guerra civil, longa, sangrenta, impiedosa. Foi através de longas guerras civis que triunfou a revolução nos países em que até agora se registraram conquistas revolucionárias comunistas: a começar pela Rússia e China. Essa mesma estratégia e essa mesma tática fracassaram na Alemanha, Itália, Polônia e Hungria, após a primeira guerra mundial. Bem como na Espanha, durante a sua longa e terrível guerra civil. E as "conquistas" do comunismo nos países submetidos agora ao domínio russo — os chamados países "satélites" — fogem por completo à estratégia e à tática revolucionária leninista. Não foram objetivadas tais "conquistas", segundo o que rezam os dogmas desta "ciência" da revolução, com a ajuda do proletariado russo, nem tiveram como reservas estratégicas sequer seus próprios proletariados. Nem mesmo se trata de simples conquistas mi-

litares. São, ostensivamente, repartições feitas de trocas culpáveis, segundo as normas tradicionais da "razão de Estado", em conúbio não menos reprovável com a odiosa "frente imperialista" do capitalismo.

O novo dogmatismo revolucionário quer, portanto, apoiar a sua teoria da revolução sobre uma "ciência" da guerra revolucionária. Nela pretende centralizar o interesse do processo revolucionário moderno. Mas os próprios fracassos desta ciência e a perduração de um clima e de uma necessidade de modificações dos métodos revolucionários demonstram que o elemento central continua a ser a arte da revolução. Esse elemento central continua a ser os mitos revolucionários, com ascensões e quedas sucessivas, mas sempre latentes nos espíritos e capazes de despertar novas energias revolucionárias.

A experiência da revolução comunista nos demonstrou que, baseando-se sobre os mitos vigentes, pode-se organizar e desencadear o processo revolucionário. Mas essa mesma revolução pôs de manifesto que seus métodos, seus dogmas, suas aplicações, suas contradições representam um enorme fracasso revolucionário. O choque sangrento entre os partidários da revolução permanente e seus adversários, choque esse que, de maneira definitiva, tentava mascarar simplesmente uma encarniçada luta de grupos pela conquista pura e simples do poder, significaria uma prova a mais de que a revolução social moderna fracassou na sua experiência mais espetacular.

Um fenômeno satânico registrou uma queda estrondosa. Mas as crises do homem, dos valores, das instituições, a paralisia do Estado, que é a forma superior e integradora dos homens, em suas múltiplas formas de Leviatã, estão ali presentes. E com elas outras e novas esperanças são mitos. E os

mitos buscam incessantemente formas de objetivação. Umas novas e as outras, velhas e experimentadas. Pois as experiências dos outros são paradigmas sociais irreversíveis, tanto quando são boas como quando são más. E tampouco servem as experiências realizadas na própria carne. A crise manifesta-se também na falta de memória, não somente afetiva, mas ainda política e social dos povos.

A CRISE E A VIGÊNCIA DOS MITOS REVOLUCIONÁRIOS

A revolução social continua a perseguir as suas essências através dos mitos. A função dos mitos sociais foi posta de manifesto, no começo do século, por Georges Sorel. Em sua doutrina encontraram os seus modelos os dois tipos de revolução social do nosso tempo: aquele que pretendeu desagregar a nação e o que quis salvar as suas essências históricas e espirituais. Os dois tiveram bases revolucionárias; ambos registraram fusões contra-revolucionárias. Os homens tornam a começar tudo. E os mitos a servirem de pontos de partida, porque os homens fracassaram em seus esforços.

Situado em circunstâncias favoráveis para ver a marcha em que se precipitava o mundo moderno em sua queda, Sorel não foi um profeta que oferecesse fórmulas e indicasse paradigmas. É muito e injustamente acusado de ter inspirado revoluções fundadas sobre a idéia da violência e do mito da greve geral proletária. Nada mais desajustado. Sorel não pretendeu exercer o papel de Marx. Sorel não pretendeu encabeçar uma revolução destinada a derrubar o velho mundo, como Marx quis. E porisso mesmo, as suas profecias catastróficas apresentam menos traços de falsas profecias. Não faltam erros e

apreciações falsas entre as múltiplas intuições de Sorel. relacionadas com o fenômeno revolucionário contemporâneo. Porém no que aqui nos interessa, as suas intuições e os seus diagnósticos mantêm toda a sua validez. Pois um clima de revolução social continua de pé em todo o mundo; e os mitos continuam a ser as forças animadoras, inspiradoras e vivificadoras desse clima revolucionário.

"Os homens que tomam parte nos grandes movimentos sociais — escreve Georges Sorel, em suas *Réflexions sur la Violence* — apresentam a sua ação próxima sob a forma de imagens de uma batalha que irá assegurar o triunfo de sua causa. Proponho chamar-se de *mitos* a tais construções, cuja compreensão apresenta tantas dificuldades ao historiador. A greve geral dos sindicalistas e a revolução catastrófica de Marx são mitos". Um movimento revolucionário sem mitos é inconcebível. Nas épocas revolucionárias, sobretudo numa época como a nossa, em que a revolução se baseia sobre a idéia da violência, não se pode atuar sem fugir ao presente, sem projetar a ação até o futuro. Em tais períodos, as construções mentais atuantes sobre as massas referem-se a um porvir indeterminado. A sua eficácia é grande, os seus inconvenientes ideológicos são mínimos. Trata-se de *mitos* que sintetizam as tendências mais poderosas de um povo, um partido ou uma classe. Eles emprestam um aspecto de realidade plena a umas tantas esperanças de ações e transformações próximas.

"Não tem sentido o fato — escreve Sorel — de tais mitos encerrarem detalhes destinados a surgir realmente no plano da história futura. Eles não são almanaques astrológicos. Pode inclusive acontecer que nada do que contenham se venha a objetivar". Eis aqui, em essência, o destino dos mitos sociais

contemporâneos. As experiências sociais revolucionárias fracassaram em sua grande parte. Mas os mitos permanecem de pé, inclusive os mitos enunciados pelas revoluções fracassadas. Sorel afirma, e as experiências que se lhe seguiram confirmam, que a eficácia dos mitos sociais, a sua força, capaz de mobilizar as energias revolucionárias, nada tem que ver com o fato de os revolucionários se haverem equivocado ou não sobre o êxito da fórmula revolucionária que o mito havia mobilizado. Sorel crê que o mito que mobiliza as revoluções contemporâneas é o da greve geral proletária. O sindicalismo revolucionário e os socialismos vão buscar nas essências desse mito a própria substância das construções com que mobilizam milhares e milhares de homens, convencidos de que vão criar uma nova ordem futura, por caminhos revolucionários.

Através desse e de outros mitos, que Sorel não perfilha, mas que correspondem perfeitamente ao seu esquema, um clima de crise revolucionária agita e ao mesmo tempo vitaliza a nossa época. Não somente o sindicalismo e o marxismo são beneficiários dessa revitalização produzida por um clima de agitação revolucionária crítica. As próprias forças contra-revolucionária, até mesmo as forças capitalistas, encontram nele elementos para, numa atmosfera de mitos fecundos, mobilizar as suas próprias energias, às vezes as mesmas que se movem dentro do que Trotsky chamaria mais tarde de "a dialética dos comunistas e fascistas".

Os mitos revolucionários, entre os quais, para Sorel, o mito da greve geral (ele distingue a "greve geral sindical" da "greve geral política", sobre a qual se estruturará a revolução comunista, e concede eficácia revolucionária só à primeira) — tais mitos revolucionários fazem com que todas as forças vivas

se dirijam pelos caminhos revolucionários e que os fracassos não modifiquem a juventude dos mitos sociais libertadores. Tais mitos fazem ainda com que ao mesmo tempo as reformas sociais sejam, em substância, ineficazes e incapazes de dissolver a própria essência do mito e sua vigência nas almas.

Nos mitos por ele considerados como centrais entre as forças que animam a revolução contemporânea, a saber: a greve geral e a violência proletária, Sorel não vê o desencadeamento das energias mais catastróficas que pode a nossa época produzir. A greve geral tende, assim, para "manter o socialismo mais compatível com a menor brutalidade possível", operando, como o cristianismo, sobre os mitos catastróficos dos sacrifícios mínimos. No que se refere porém à violência proletária, contribuirá para salvar a alma do proletariado revolucionário através da ruína total das instituições e dos costumes. "Os valores morais e a força proletária se basearão na violência iluminada pela idéia da greve geral" — conclui Sorel.

Mas se os mitos são esses demiurgos que movem, numa fase crítica do mundo moderno, as forças sociais em plena e constante convulsão e se, no que pese aos contínuos fracassos das experiências revolucionárias, muitos mitos mantêm o seu poder virgem sobre os espíritos, inúmeras são as perspectivas positivas que ainda se abrem para as elites futuras. O próprio Sorel soube reconhecer nos mitos forças destinadas a vivificar nas massas novos valores espirituais e morais. E ele soube atribuir às elites um papel preponderante, ao suscitarem e manterem vivos os mitos sociais eficazes, numas tantas massas com ânsias libertadoras e com recursos revolucionários ainda virgens.

O clima dos mitos revolucionários continua, pois, a ser fecundo. As doutrinas que sobre eles se edificaram e as ideo-

logias que com eles operaram é que fracassaram. Mas os mitos, as crenças numa possibilidade salvadora para o homem na ordem social continuam vivas. O homem nega-se a aceitar a idéia fatalista da queda em uma nova escravidão perene, no mundo tenebroso da infra-história. A rebelião dos melhores não deve destruir os mitos. Seria, além disso, tarefa perigosa. Os mitos, os falsos mitos com eficácia revolucionária, continuariam desafiando-os. A rebelião dos melhores deve apresentar à imaginação das massas "novas cidades maravilhosas". Mas elevando o seu espírito até uma Nova Cidade de Deus, que inspire as idéias novamente encarnadas de liberdade e de justiça e não falsos paraísos inspirados na degradação satânica do homem.

REVOLUÇÃO-REAÇÃO

AS REVOLUÇÕES MODERNAS, FENÔMENO INELUTÁVEL

As forças que integram os fenômenos revolucionários modernos são de tal envergadura e tais são as energias que delas participam que o seu curso se nos apresenta implacável. As práticas governamentais, sejam elas produtos de sucessivos sedimentos revolucionários, sejam o resultado de progressivas conquistas do Estado por parte de grupos ou facções revolucionárias, cristalizando-se sob a forma de governos satélites, contudo, continuam a manter ante qualquer manifestação revolucionária a atitude que os governos integrados no sistema e na mentalidade da "razão de Estado" puseram em evidência ante o fenômeno da Revolução Francesa. Situada à esquerda ou à direita, tendo por fim a destruição inicial da comunidade nacional ou a salvação dela nos limites opostos, a revolução demonstra ser um fenômeno cujo curso é implacável. Ninguém pode impedir que ela se consume, quer na esquerda quer na direita. Ninguém pode impedir que, por não se completar num sentido, ela se aperfeiçoe ou objetive em outros, ou que, sucessivamente, adquira um ou outro matiz, num mesmo âmbito, ainda que com diferentes dialéticas espirituais e políticas.

Por si mesmo, o Estado moderno é em toda parte um Estado revolucionário. Dentro de cada uma das formas estabelecidas, a dialética revolucionária segue o seu destino. Os

governos em vão tentam impedi-los com comportamento de puro mimetismo, lançando mão de reformismos institucionais ou de fórmulas paternalistas. Na realidade, a vida moderna, sob o enorme peso da máquina do Estado, tende a unificar os sistemas sociais dentro das fórmulas mais diferentes. A tecnocracia faz com que o Estado liberal, de origem revolucionária mas convertido ao reacionarismo, de certo modo se aparente com o Leviatã soviético, também de origem revolucionária e também convertido ao reacionarismo, tecnocrático e tirânico.

Mas de qualquer maneira, as experiências revolucionárias permanecem inevitáveis, seguindo o seu curso inexorável. O Estado contra-revolucionário nunca pode destruir o que é a essência e a vida de toda revolução — os mitos que a sustentam —, nem com a luta normal contra as forças revolucionárias, nem com suas reformas sociais, nem com os seus sistemas paternalistas, nem com a simples imitação dos métodos utilizados pela revolução nos países onde conquistou o poder. Eis um curso que parece seguir um esquema prefixado — o esquema revolucionária atual, a partir da Revolução Francesa, ao qual todo o processo revolucionário parece se ater. As revoluções que começam por negar a idoneidade da comunidade nacional, como é o caso da marxista (para a qual "os proletários não têm pátria"), ao se consumarem, tornam a integrar-se nessa mesma comunidade nacional. Por sua vez, as revoluções que começam por admitir como base a defesa da comunidade nacional contra as investidas desagregadoras das forças revolucionárias centrífugas, de orientação contrária, por ser a sua própria missão salvar da ruína a comunidade nacional, condenam-se também a sofrer, por sua parte, as contra-

dições internas que todo processo revolucionário moderno suporta em suas próprias bases.

O fenômeno revolucionário moderno é, portanto, um fenômeno essencialmente contraditório. Nutre-se de paradoxos e a sua lógica interna é simplesmente paradoxal. O que os seus adversários não conseguem impedir, com todos os recursos postos à sua disposição pela máquina do Estado moderno, ele consegue que se objetive, de maneira inapelável, graças ao processo de consumação interna dos acontecimentos revolucionários. Não somente o Estado moderno, magnificamente aparelhado para fazer frente a toda técnica do golpe de Estado, mas insuficientemente preparado em si mesmo para evitar uma revolução de um ou de outro matiz ou de ambos os matizes, sucessivamente, não poderá impedir que se totalize tal processo revolucionário, como tampouco um fenômeno muito mais espetacular, como é o da guerra moderna, a guerra total, baseada em meios totais e numa total integração da comunidade nacional no esforço bélico, conseguirá modificar os termos em que o fenômeno revolucionário de hoje fixou o livre jogo dialético das forças políticas e sociais em movimento. À primeira vista, parecia que as características inteiramente inéditas adquiridas pela guerra total pudessem repercutir profundamente sobre a estrutura do processo revolucionário suportado pelo mundo, na ordem social, política ou espiritual. Mas ocorreu justamente o contrário. A guerra — com todo o seu emprego de gigantescos meios técnicos, afetando não somente as forças combatentes, mas diretamente e, às vezes, mais ainda a retaguarda da população do que as próprias frentes de batalha, e toda a comunidade nacional — não tem influído, apesar disso, sobre a marcha dos acontecimentos revolucionários. Ao con-

trário, os acontecimentos revolucionários repercutem mais fortemente sobre a marcha dos fenômenos bélicos. E não só porque, em sua maior parte, os conflitos bélicos tenham objetivos revolucionários, mas porque se realizam também com métodos revolucionários.

A mobilização total, a utilização das "quintas colunas", a técnica dos "comandos" são alguns, entre inúmeros outros elementos, que indicam uma assimilação cada vez mais aparatosa entre a revolução e a guerra. E tampouco porisso a modificação estrutural dos acontecimentos bélicos (as transformações intervenientes na estratégia militar e nos métodos de guerra) conseguiu influenciar na modificação dos fenômenos revolucionários e na sua maneira de atuar na vida política e social.

AS REVOLUÇÕES TOTALIZAM-SE POR DENTRO

Mais uma vez vemos o fenômeno revolucionário a se consumar por si mesmo. E as suas próprias contradições internas conseguem mais do que os seus mais decididos e melhor aparelhados adversários.

Um exame da história da Revolução Francesa oferece-nos o primeiro esquema do destino das revoluções modernas. A revolução produz-se, como já vimos, num país que estava provavelmente menos preparado para ela, por suas necessidades sociais, por suas circunstâncias políticas. Os historiadores e os amantes das hipóteses retrospectivas, sobretudo, têm sustentado que a revolução teria sido evitável se a França de Luís XVI fosse governada por Frederico, o Grande. Mas toda hipótese retrospectiva, na ordem dos acontecimentos históricos,

permanece absurda e, como tal, tampouco esta merece ser levada em consideração.

A revolução produziu-se na França sobre bases ideológicas e doutrinárias, oferecidas indistintamente ao mundo inteiro. Sobre bases senão antinacionais, ao menos extranacionais. Ela foi universalista, cosmopolita. Encerrava ideais libertadores absolutos. Combatia os tiranos de todo o mundo e afirmava que em cada nação existia um "Terceiro Estado" que se confundia com a própria nação e se penetrava de ideais universais, porque universais são os "direitos do homem".

Mas a revolução não demorou muito em manifestar as suas contradições internas. Em primeiro lugar, devora-se a si mesma. Devora com sanha a seus próprios filhos. A guilhotina liquida rapidamente com os inimigos e trabalha, sem cessar, acabando por decapitar os próprios revolucionários. O "Terror", o temor pânico à palavra traição, o medo de toda fuga contra-revolucionária fizeram grandes estragos. E a evasão contra-revolucionária teve lugar desde o primeiro instante. Porque a Revolução Francesa não foi somente um fenômeno "satânico", como a definiu Joseph de Maistre. Ela foi, provavelmente por participar também de uma lógica "satânica", um fenômeno que se nutriu de paradoxos e de antagonismos ou, sobretudo, de contradições, de insolúveis contradições. "A revolução não conseguira romper o curso da história da França", escreveu Albert Sorel, seu melhor, mais documentado e ponderado historiador, em sua magnífica obra *L'Europe et la Révolution Française*. "Ela não era mais do que um episódio, talvez o mais extraordinário, mas um simples episódio. E do mesmo modo como a França não mudaria jamais (geograficamente) de lugar na Europa, a nação francesa, através de

toda a crise, não havia mudado de temperamento e nem de caráter". O homem continua a ser o mesmo. No que pese aos atos de fanatismo registrados pela revolução, em sua avidez de liberdade até a licenciosidade, em seus excessos, o francês continuou a conservar o seu aticismo instintivo, a sua imperiosa necessidade espiritual de ordem, método e medida. As idéias revolucionárias são universais somente enquanto continua a exercer o seu "magistério" sobre a Europa a cultura francesa. Elas respondem à sua espécie de "gênio nacional". Os revolucionários franceses emprestam aos termos abstratos das novas doutrinas um sentido concreto e francês. "O espírito nacional modifica rapidamente o caráter universal dos princípios" — escreve ainda Albert Sorel. "E enquanto se discute, permanece-se no vago, nas deduções, na metafísica. Mas quando se vai agir, entra-se na realidade, ou seja: na *história da França*".

AS CONTRADIÇÕES INTERNAS

Mirabeau, que é dos poucos políticos que, sendo contemporâneo, apercebeu-se da verdadeira marcha da revolução, diz-nos também coisas que denotam a sua intuição extraordinária sobre os acontecimentos em marcha. "Os jacobinos ministros não são ministros jacobinos", afirmava o grande pensador. Se bem se tenha dado conta de quanto era difícil definir aquele processo tão único e contraditório que era a Revolução Francesa e as modificações e horizontes que ela fazia descortinar, escrevia ele, numa de suas mais famosas cartas: "Não é para crer nem esperar que se tenha em França uma idéia justa da posição que nós hoje ocupamos na Europa. Tanto menos se terá idéia justa na Europa sobre a nossa situação.

Porque temos febre, sentimo-nos donos de grande vigor. Porque estamos doentes, os de fora acreditam-nos moribundos. Nós nos enganamos e eles se enganam."

E é outra vez De Maistre quem nos dá em grande parte a chave das contradições íntimas do processo revolucionário. Dir-se-á que seu diagnóstico é suspeito. Representa ele espiritualmente a reação, encabeça o movimento representativo da Antiga Ordem, já morta. Mas isso não o impede de afirmar que a marcha da revolução é algo de implacável e, mais do que isso, é algo que participa de altos desígnios transcendentais. A reação nada pode fazer, nem conseguiu nada contra a livre e desencadeada caudal dos acontecimentos revolucionários.

"A revolução — disse ele — possui um caráter satânico que a distingue de tudo que se viu até então". Vai mais longe e afirma — outra profecia inacabada — que jamais se voltará a ver coisa parecida. Mas, apesar do seu incompreensível caráter satânico, apesar da sua unicidade como fenômeno histórico, a revolução possui as suas leis. E De Maistre pretendeu formular essas leis elementares para que a emigração e a contra-revolução tivessem motivos para ensinamentos. Uma lição que se caracteriza definitivamente por sua inutilidade histórica. A primeira lei é a de que, no que pese a seu caráter satânico, a revolução se inseriu na história da França. A revolução cumpriu, graças a seus simples jogos das contradições internas, a missão que à primeira vista iria incumbir exclusivamente à contra-revolução. A revolução faz parte assim das dimensões históricas da contra-revolução.

"Uma revolução — escrevia De Maistre, em suas *Considérations sur la Révolution Française* — não é senão um movimento político que há de produzir efeitos determinados num

tempo determinado. Esse movimento possui as suas leis, cuja observação atenta, num determinado período de tempo, nos oferece conjecturas bastante exatas sobre o porvir".

Pois bem, uma das leis formuladas por esse singular intérprete do fenômeno revolucionário é aquela segundo a qual os emigrados estão excluídos de qualquer atuação. Os emigrados nunca conseguem nada. Nenhuma empresa de iniciativa e organização da parte deles teria jamais êxito. Não somente eles nada conseguem, mas tudo o que possam empreender cairá sob um signo de total nulidade e impotência. Os emigrados nada podem. Mais do que isso, eles nada são. Nada são por seu número, nada podem por sua força, e nada conseguirão pelo ódio.

O mesmo diagnóstico trágico será formulado, mais de cem anos mais tarde, pelo chefe espiritual de outra emigração, que também era objeto de um deslocamento revolucionário: Nicolai Berdiaev, ao demonstrar, com a mesma rudeza de vocabulário, a esterilidade dos esforços da emigração russa para reintegrar-se na história russa. Para que isto se produza, exigirá o pensador russo um contato direto, material, com a terra russa. E esse contato não o poderão ter mais senão os próprios homens da revolução. Porque a revolução é o que se insere, mais cedo ou mais tarde, na história nacional.

A contra-revolução, realizada pelo mundo deslocado pela borrasca social revolucionária, é historicamente incapaz de atuar dentro das fronteiras da comunidade nacional. A sua justiça assumirá aspectos de vingança. A sua luta para desbancar a revolução é verdadeira traição aos imperativos nacionais. Uma vez desencadeado o movimento revolucionário, a Providência faz com que não haja mais salvação senão atra-

vés dele. É ele a força que mobiliza as energias nacionais. E na França revolucionária mobiliza-as de tal maneira que o mundo inteiro permanece estupefato. A França decaída, a França que todo mundo acreditava doente, a França que sangrava por mil feridas abertas, venceu a coalisão e encontrou energias de combate que, reunidas e postas em balanço, igualam a toda a sua história. Não apenas ela vence a coalisão dos reis, mas cria um Império que combate e que pretende, sem mais nem menos, a conquista do orbe, porque a própria revolução se reintegra na nação e se substitui nos papéis da contra-revolução. A reação termidoriana e o bonapartismo não seriam dados peculiares dela. Seriam arquétipos de todo esquema revolucionário futuro. Toda revolução implica, *ipso facto*, nas princípios da contra-revolução.

"Quem refletir bem — escreve De Maistre — verá que, uma vez estabelecido o movimento revolucionário, a França e a Monarquia não podiam ser salvas senão pelo jacobinismo." Uma vez declarada a guerra contra a França, levada a cabo pela coalisão dos reis, só um governo revolucionário e Robespierre poderiam fortalecer o país para defender a sua soberania. E para De Maistre a *soberania* era o essencial. Os crimes cometidos contra ela são punidos sem demora e da maneira a mais terrível.

Os realistas, os contra-revolucionários, os reacionários, postos às ordens do duque de Brunschwick e cujo manifesto de Coblenza bastaria, por sua inconsciência histórica, para levantar sozinho toda a Nação, exigiam pela força a divisão da França, o fim da sua influência e a desonra de seu rei. Enquanto isso, porém, outro paradoxo, outra lei da revolução se cumpria. Todas as riquezas, todas as vidas, todas as reservas

encontram-se agora nas mãos do poder revolucionário. "E esse monstro de poderio — escreve De Maistre —, sedento de sangue e de êxito como, sem dúvida, jamais se tornará a ver, era, talvez, um castigo terrível para os franceses e o único meio de salvar a França."

A revolução dá meia-volta sobre si mesma. Identifica-se com a comunidade nacional, fortalece-a, vai buscar nela energias incalculáveis e mobiliza-as. Cria exércitos invencíveis. Faz da idéia da Pátria um mito, um dogma defendido com fanatismo, sentido fanaticamente, convertido de uma idéia abstrata em substância viva e concreta, a qual exige imensos holocaustos que ninguém nega. Depois de vinte e cinco anos de sangria e sacrifícios incalculáveis, quais eram os resultados da revolução, refletidos nas instituições, nas conquistas sociais e políticas da França? Qual seria o patrimônio real, concreto, independente de todo o patrimônio de glórias e de abjeção, que a borrasca revolucionária havia deixado como herança eterna para a história da França e do mundo?

Tudo isso tinha sido formulado por Mirabeau, em 1790, quando o grande político fixava os grandes programas de reformas institucionais e políticas da França, sem que houvesse se concluído a revolução. Mas a revolução era inevitável. Ela tinha que se consumar. E uma vez consumada, a França teria que se beneficiar daquelas conquistas que o grande pensador definia magistralmente, cometendo um só erro. O erro de acreditar na possibilidade de suas conquistas por um caminho diferente daquele que deviam seguir as convulsões revolucionárias.

Trata-se de um documento que vale a pena ser citado mais longamente. Eis aqui o que Mirabeau pedia em 1970: "Mo-

narquia hereditária para a dinastia dos Bourbons; corpo legislativo periodicamente eleito e permanente, limitado em suas funções à confecção das leis; unidade e grandes prerrogativas do poder executivo supremo no que concerne à administração do reino, à execução das leis, à direção da força pública; atribuição exclusiva dos impostos ao corpo legislativo; nova divisão do reino; justiça gratuita; liberdade de imprensa; responsabilidade dos ministros; vendas dos bens de domínio do clero; estabelecimento de uma inscrição civil e abolição de distinções de ordens; nada de privilégios ou distinções pecuniárias; nada de feudalismos nem parlamentos; nada de corpos da nobreza e do clero. Eis o que eu entendo como as bases da revolução. Elas não limitam o poder real, senão para torná-lo mais forte. Conciliam-se perfeitamente com o governo monárquico."

Como bom político, Mirabeau intuía o caminho da revolução institucional futura. Como homem do seu tempo, não podia saber que o roteiro da revolução era inexorável e que a revolução, só depois de voltar sobre si mesma, desembocando numa contra-revolução, registrando a reação termidoriana, a desafortunada experiência bonapartista, a ditadura dos "clubes" seguindo-se a de um só homem, podia, afinal, atingir conseqüências políticas e sociais de resultados idênticos [5].

"A contra-revolução não é uma revolução contrária, mas o contrário de uma revolução." É outra vez De Maistre quem nos oferece a chave do problema. O magno problema histó-

---

5 — "Não somos selvagens desembarcando às margens do Orenoco — diria ele numa passagem célebre — para constituir uma sociedade ali; temos governo preexistente, um rei preexistente, conceitos preexistentes. É preciso tanto quanto possível combinar as coisas com essa revolução e salvaguardar o que é permanente do que é passageiro".

rico que é a revolução moderna. Nela nos é revelado mais uma vez um fato: aquele que nos indica que a comunidade nacional é o único sujeito das transformações dialéticas da história no Ocidente. A sua vitalidade é demonstrada de mil maneiras. Das piores crises ela sai, muitas vezes, até mais forte. As mais díspares contradições em torno dela se resolvem. As forças revolucionárias partem do dogma de que, em nome de fórmulas universais de uma classe ou simplesmente de uma categoria, o círculo nacional há de ser rompido, aniquilado, pulverizado, para que outros círculos mais amplos o substituam. Mas logo têm que voltar necessariamente a essa força motriz, que não tolera dispersões, que não permite a nada que a atraiçoe sem que seja castigado com a morte histórica.

A revolução, antinacional, universalista e cosmopolita, tem que se inserir na história nacional. É uma lei iniludível na história do Ocidente. Ela surgiu com a Revolução Francesa. Continua a vigorar em todo o século XIX, que é o *século das nacionalidades* e, em parte, do nacionalismo doutrinário. Adquire ela um vigor que arrasta e pulveriza, num acúmulo de mentiras, grande parte das profecias catastróficas de Marx, com os grandes movimentos revolucionários nacionalistas do século XX, que salvam por um momento (o que é menos importante) e determinam uma forma arquétipa de salvação histórica à comunidade nacional (o que tem grande importância). Encontra ela a sua última conversão e a permanente convertibilidade do próprio comunismo — o que há de mais antinacional doutrinariamente falando e que nos foi dado pela Idade Moderna — para os fins históricos da comunidade nacional. Para o aparecimento do que hoje se costuma chamar de "nacional-comunismo".

A IRREVERSIBILIDADE DO FENÔMENO REVOLUCIONÁRIO

Mas o fato de que a revolução não somente significa nova crise do aspecto nacional, porém, ao contrário, o seu fortalecimento e a sua nova e vigorosa projeção para fora, não quer dizer que a sua marcha e a sua experiência tenham sido inúteis. O ponto de partida continua sendo o mesmo e, talvez, mais firme que o anterior, mas os elementos e as hierarquias sociais que o constituem mudaram muito. Uma vez consumado o progresso revolucionário, o "Terceiro Estado" (o "Estado pleno") e a burguesia, que é o seu grande beneficiário, fortalecem cada vez mais as suas posições. O Estado, os instrumentos de produção, as instituições políticas, tudo reflete o seu poder ilimitado. Escrevia Sièyes, no seu famoso opúsculo de 1789, que vendia em três meses trinta mil exemplares: "O Terceiro Estado nada era e agora é tudo. É a França autóctone, céltica e latina, contra uma nobreza intrusa e à qual deveria devolver os bosques de Francônia. O Terceiro Estado é toda a nação."

Com a volta dos Bourbons, a Velha Ordem européia acreditou que se poderia então fazer "tábua rasa" de toda a experiência revolucionária. Pensava que se poderia voltar ao mundo anterior a 1789. Mas a França, e com ela todo o Ocidente, havia dado saltos extraordinários. E não teria conseguido dá-los, certamente, se a revolução não tivesse se fundado em postulados nacionais; se não houvesse procurado na história da França, em sua realidade nacional, as reservas necessárias para levar a cabo tão grandes empresas. Com outras palavras, convertendo-se numa contra-revolução e tornando, portanto, su-

pérfluos muitos dos objetivos da reação, foi assim que a França revolucionária deu aqueles saltos históricos importantes, dos quais tinham procurado prescindir os políticos do Congresso de Viena e da Santa Aliança. A revolução não teria outro caminho. Se houvesse insistido em seguir outro, ter-lhe-ia sido impossível organizar a anarquia, atuar sobre as forças permanentes nacionais e agir no plano histórico necessário.

Também os jacobinos vislumbraram a idéia da revolução "permanente". Mas o culto da tirania tribunícia não fez apenas com que os revolucionários se entredevorassem: também a utopia da revolução "permanente", aquela tendência constante para os extremos, o culto do extremismo, animava os prelúdios dos grandes "expurgos" stalinianos. Mas a revolução "permanente" demonstrou ser uma "utopia". E a revolução acabou por dar caça implacável aos "utópicos". Assim começou o *terror seco*. Muitos foram decapitados sob a acusação de serem tiranos e traidores. A Gracchus Babeuf decapitou-se como "utópico". E quando começa a reação termidoriana e se principia a descer o declive revolucionário do bonapartismo, começa a caçada impiedosa aos "utópicos". Em nome da ortodoxia revolucionária. Em nome de razões táticas. Até em nome da "razão de Estado" e dos imperativos da Pátria. Porque chegara o momento em que, inexoravelmente, no vocabulário, voltava a soar a palavra *Pátria*. Uma Pátria nova, sem dúvida, vista mais do ângulo exclusivo da tirania de uma "equipe" ou de um homem só, mas uma Pátria de qualquer maneira e a cujas fontes se havia regressado, recobrando o rio da história as suas águas perdidas e transbordadas.

Indefectível retorno, portanto, ao marco nacional. Mais do que isso, um vigor novo para a comunidade nacional. Mas

conspiração, até certo ponto perfeita, entre as essências revolucionárias e a substância nacional. Convivência até certo ponto, entre as essências de ambos os fenômenos. Porisso, a inserção do processo revolucionário numa contra-revolução não é simplesmente e nem tão somente um retorno [6].

A volta dos realistas à França em 1815 é um desfile de fantasmas. Pois as revoluções continuam. Na realidade, segue a sua marcha *a Revolução*. 1830, 1848 e 1870 são as suas etapas na França. Etapas que ecoam em toda a Europa, derrubam tronos, esmagam tiranias e abrem caminho para a libertação das comunidades, que tomam consciência de tais coisas. Também nós partilhamos a idéia de Croce, de que as revoluções de 1848 foram os acontecimentos mais relevantes da Europa do século XIX. Mas se acreditamos ser o processo revolucionário constante em todo aquele século uma conseqüência lógica do rio transbordado em 1789 e se tais revoluções rebentam quase simultaneamente, correspondendo, mais que a um sinal pré-estabelecido, a um espírito e a um clima em todos ou quase todos os países da Europa em 1848 — eis mais uma manifestação daquela constância de que vínhamos falando. Manifestação ou conseqüência do mesmo fenômeno revolucionário que é também o progressivo despertar da *Quarta Classe,* a preparar a sua revolução nas mesmas e turvas águas.

Beneficiária exclusiva daquela revolução, que se não era permanente em si mesma, em seus métodos de ação, algo pos-

---

6 — Cfr. nesse mesmo sentido a primeira parte do interessante livro de Rafael Calvo Serer, *Teoria de la Restauración* (Madri, Biblioteca del Pensamiento Actual, 1952), sobre o que chama acertadamente: "a marcha do tempo histórico: revolução-reação-restauração".

suía de permanente, em sua marcha interna e nas transformações que sucessivamente provocava, aparecia apenas a burguesia. O seu triunfo se torna definitivo, pelo menos na França, com a revolução de 1830. Desta vez — escreve Aléxis de Tocqueville, em seus *Souvenirs* — "o triunfo da classe média tinha sido completo e definitivo, e tão completo que todos os poderes políticos, todas as liberdades, todas as prerrogativas, o governo inteiro, se viram encerrados e como contidos dentro dos limites estreitos de uma só classe, com a exclusão, de direito, de tudo o que havia debaixo dela e tudo o que tinha havido acima dela. Não apenas ela se tornou dirigente única da sociedade, mas pode-se dizer que se tornou a sua única detentora. Ocupou todas as praças, aumentou prodigiosamente o seu número e se acostumou a viver tanto do Tesouro público como de sua própria empresa."

Em nosso livro *El Problema de Europa* (Madri, 1949), ao tratar da questão das contaminações doutrinárias que a partir do século XIX afetam por igual as experiências ideológicas e políticas do liberalismo, do marxismo e do nacionalismo, abordamos esse problema central da substituição da burguesia a um Estado nacional, e sua capacidade de formar um curioso fenômeno implícito do poder ao amparo do liberalismo. Trata-se de fenômeno através do qual se vislumbram dois fatos, ambos de capitais conseqüências para a marcha sucessiva do processo revolucionário moderno. Conseqüências que fazem com que convivam e se combatam do modo mais extraordinariamente confuso, dentro da mesma comunidade nacional, forças tão díspares como finalidades e ao mesmo tempo tão indiferenciadas, tais como o liberalismo doutrinário. O primeiro desses fatos foi a revolução ter imposto uma

nova ordem. O segundo foi que, inserida na história nacional, convertida em contra-revolução, ela transformou a classe revolucionariamente triunfante, de classe revolucionária que era em sua origem, em classe reacionária em seu desenvolvimento e fins.

Apenas a burguesia conseguiu a conquista do poder — é de novo Tocqueville quem nos fala, através de seus *Souvenirs* — "produziu-se uma grande pacificação de todas as paixões políticas, uma espécie de calmaria universal em todas as coisas e um rápido progresso da riqueza pública. O espírito particular da classe média converteu-se no espírito geral do governo; é ele quem domina a política exterior a par com os assuntos internos; espírito ativo, industrioso, amiúde desonesto, geralmente moderado, às vezes temerário por vaidade e por egoísmo, tímido por temperamento, comedido em tudo, exceto no gosto pelo bem-estar, e medíocre. Espírito que, misturado com o do povo e o da aristocracia, poderia fazer milagres, mas que somente conseguiu produzir um governo sem virtudes e sem grandeza. Dona de todas as coisas, como jamais o foi e talvez jamais o seja aristocracia nenhuma, a classe média, convertida em governo, assume ares de proprietária de indústria privada. Ela se agarra a seu poder e, imediatamente após, ao egoísmo de cada um de seus membros, pensando mais em seus assuntos privados do que nos assuntos públicos e mais em seus prazeres do que na grandeza da nação."

É o terrível diagnóstico de um espírito que é a quintessência do pensamento liberal, da herança da Revolução Francesa e das instituições democráticas embebidas de liberalismo. Com uma violência que jamais será superada pelos inimigos revolucionários da burguesia, Tocqueville ataca a essa "sociedade in-

dustrial", contagiada por doença mortal, uma classe apenas sedenta de poder, fruto definitivo da revolução que se consumira e criadora dos germes da revolução futura, na qual desempenhará o papel dos odiosos *donos do mundo*.

Porisso, Tocqueville, que não era nenhum Marx, vislumbraria melhor o futuro. Dominaria as perspectivas exatas do fato de que uma revolução se converteu por dentro, devorando as suas próprias etapas, consumindo-se em sua mesma dialética, ante a impotência de seus adversários. A única perspectiva resultante será a grande continuação da luta política: a luta entre os que têm e os despojados.

As palavras de Tocqueville parecem pretender converter em esforço inútil a três quartos de século de esforços e convulsões revolucionárias. Parecem retiradas de um livro catastrófico do século XVIII. "Como se explica que os sinais precursores desse futuro espantam a todos os que os observam? Crê-se, acaso, que é por mero azar, por efeito de um capricho passageiro do espírito humano, que por toda parte surjam doutrinas singulares, com diversos nomes, mas que todas neguem o direito de propriedade ou, pelo menos, pretendam todas delimitá-lo, diminuí-lo, impedir quase seu exercício? Quem não reconhece nisso tudo o derradeiro sintoma da velha enfermidade democrática de uma época que vê se aproximar a sua crise?... Não percebeis, acaso, por uma espécie de intuição instintiva que não se pode analisar, mas que é certa, que a terra vai tremer novamente na Europa? Não sentis, acaso, como diria eu, um vento de revolução no ar? Ninguém sabe de onde vem esse vento e para onde nos levará. E em tais tempos, permaneceis vós impassíveis, em face da degradação dos costumes públicos."

A classe burguesa é uma classe de origem revolucionária. O próprio Marx atribuiu-lhe esse caráter incontestável. "A burguesia — escreve ele, no *Manifesto Comunista* — desempenhou um papel essencialmente revolucionário." Esse caráter ela só o vai perder muito mais tarde, através da evolução e crescimento do Estado e da sociedade liberal, do aumento dos meios de produção, da técnica, do maquinismo e do proletariado industrial organizado. Mas inclusive por ocasião de atos de grande envergadura — entre os quais, como o próprio marxismo reconhece, se assinala a integração no mundo civilizado de grandes regiões habitadas da terra, como numa verdadeira época de novos descobrimentos geográficos — a burguesia se vê desbancada pela borrasca revolucionária da Quarta Classe, que a esmaga e elimina, com um ódio telúrico, e seu espírito busca assim novas incarnações. O próprio comunismo vitorioso e convertido em Estado forte, cristalizado na ditadura do proletariado, produz uma espécie de nova burguesia. Uma sociedade tecnocrática por excelência, burocrática, animada pelo fator produtividade, pelo *pathos* industrializador e por um novo espírito de casta, participando, mais do que das virtudes burguesas, dos seus vícios políticos. O que é aquele "espírito prático americano" que Stalin considera, ao lado do metafísico "espírito revolucionário" russo, um dos dois elementos componentes do "estilo leninista do trabalho"? Não é outra coisa senão a quintessência do homem soviético.

Entre os erros de previsão histórica cometidos por Marx está a sua profecia sobre o destino da nação, identificada com

a classe burguesa, erroneamente, mas por motivos fundados, posto que a burguesia soube conter o Estado liberal dentro de seus limites nacionais. Marx sustenta que, uma vez atingida a fase de exploração do mercado mundial, a burguesia dará um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Tanto pelo que se refere à produção industrial, como pela produção intelectual, os círculos concêntricos nacionais desaparecem e são substituídos por círculos concêntricos universais, mundiais, cosmopolitas.

Ao desaparecer a comunidade nacional — afirma o marxismo —, desaparece com ela a burguesia, ou vice-versa. Confundida a burguesia com a comunidade nacional, o proletariado destruirá a ambas, juntamente. A pequena burguesia, a pequena indústria, os pequenos proprietários rurais, segundo o marxismo, são reservas inesgotáveis do proletariado e este sobre elas planificará a sua estratégia revolucionária, a sua luta pela conquista do poder.

Mas o fenômeno revolucionário prossegue, a operar sempre contradições internas insolúveis, que o dogmatismo marxista não pode prever. Já vimos que a burguesia, enquanto espírito, ou enquanto força inspiradora, e como tipologia humana, ressurge até mesmo após a catástrofe social comunista. Uma previsão desse estilo, sem dúvida teria repugnado a Marx sequer imaginá-la. Ele era um dialético. Seguro de seus métodos e de seu espírito, não podia tolerar nenhum tipo de contradições lógicas ou históricas em sua construção doutrinária.

Mas não somente em meio da própria marcha da revolução marxista surgem desta vez forças antagônicas que infirmam as profecias realizadas. As reações orgânicas da comu-

nidade nacional evidenciaram impulsos revolucionários que, longe de aceitar a dispersão inicial em que a revolução proletária implicava no seio da comunidade nacional, viriam levar a cabo uma ação reintegradora, desempenhando um papel revolucionário sobre um plano nacional explícito e em muitos sentidos extremado, mas que não fora previsto por Marx e desconcertou a seus discípulos.

As revoluções nacionalistas do século XX, cuja importância histórica está ainda por apreciar e cujas reivindicações voltarão a apresentar-se num plano mais concreto por exigências íntimas da comunidade nacional, submetida a novas e contínuas convulsões, demonstraram que dentro da mesma comunidade há forças revolucionárias capazes de opor ao impulso revolucionário centrífugo da classe proletária um impulso revolucionário integrador. Por outro lado, é falso — e eis aqui outro argumento que submetemos a revisões históricas futuras — que as forças do proletariado foram mobilizadas em sua totalidade pela revolução marxista-comunista. Seria inconcebível o triunfo das revoluções nacionalistas sem uma ampla adesão das massas proletárias. O fascismo e o nacional-socialismo tiveram adesões em massa dos elementos proletários. Os mitos sociais, deslocados para o plano nacional em que essas revoluções incidiam, foram um incentivo suficiente para interessar as massas proletárias. E quando Trotsky falava da *dialética das vagas* comunistas e fascistas, e a atribuía somente ao fluxo e refluxo nas adesões revolucionárias de grandes setores da burguesia, dizia, segundo o costume dos doutrinários marxistas, a verdade pela metade. Essa dialética das revoluções conduz, com igual ímpeto, tanto as vagas burguesas, como as grandes vagas do proletariado.

Porisso, é bem significativo — e eis uma atitude autenticamente revolucionária — que Mussolini fale, dentro dos nacionalistas revolucionários, de "nações proletárias". E é inútil querer ver nessa frase apenas uma brilhante retórica demagógica.

Mas, voltando à questão da profecia marxista relativa ao futuro da burguesia e à morte da comunidade nacional, outros aspectos há nela a considerar. A burguesia não só não desapareceu como classe ativa, mas conseguiu recuperar energias revolucionárias incalculáveis. E os movimentos revolucionários nacionalistas não são outra coisa, segundo a feliz frase de Ortega y Gasset, do que um "esforço heróico da burguesia". É uma parte da burguesia intelectual, sindicalista, nacionalista, que constitui a minoria dirigente e que, dentro da comunidade nacional, se opõe à disposição comunista. Suscitando novos mitos e formando um espírito revolucionário, ela, por um instante, consegue salvar a comunidade nacional da revolução comunista, que em muitas nações tinha conseguido mobilizar enormes energias.

É verdade que os movimentos revolucionários nacionalistas se convertem, com o tempo, em governos e regimes reacionários e contra-revolucionários. Mas não ocorre o mesmo com o comunismo, força revolucionária por excelência? Não se converte também a revolução comunista triunfante em contra-revolução, num máximo desenvolvimento de energias nacionais, inclusive em reação?

Era natural que Marx se enganasse sobre as possibilidades de sobrevivência e mais ainda sobre as possibilidades de ação revolucionária da comunidade nacional. E era natural porque o marxismo partia do dogma segundo o qual o desen-

volvimento histórico está submetido única e exclusivamente à influência determinante da "produção de bens materiais da existência". Esta asserção dominante pretendia inevitável a evolução da burguesia liberal e do Estado liberal, seu instrumento de poder político e econômico, para um cosmopolitismo econômico, um universalismo e daí ao comunismo, com todas as suas conseqüências políticas e sociais. Mas dentro da própria comunidade nacional existiam também outras forças, além das econômicas. Também elas eram forças dirigentes da história, pelo menos em plano de igualdade com as forças econômicas.

Marx não podia antever essas forças pois o plano visual de sua doutrina e de sua concepção catastrófica o impedia. Esses novos modos determinantes da história estavam fadados a provocar um impulso revolucionário de orientação contrária ao comunismo. E para eles a burguesia, ou boa parte dela, serviu de minorias ativas ou reservas "estratégicas", às vezes tão importantes quanto para o comunismo e a sua ação revolucionária.

O BINÔMIO REVOLUÇÃO-REAÇÃO NOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS

Não se pode prescindir, no exame do fenômeno revolucionário atual, e sobretudo no estudo do binômio que o define na dialética interna desse fenômeno, que é o binômio revolucionário-reação, do significado histórico das revoluções nacionalistas. Em outro lugar (como em nossos livros *El Problema de Europa* e *Europa Ausente*, este de 1953) examinamos as razões históricas e espirituais determinantes das revoluções na-

cionalistas. Examinamos aí o alcance das revoluções totalitárias, a sua missão reintegradora e as dimensões de seus fracassos. Resta ver agora em que medida essas revoluções foram, inicialmente, movimentos revolucionários ou simplesmente últimos recursos da sociedade liberal para salvar o mundo capitalista da catástrofe. Recursos violentos sem dúvida, mas no caso de serem desprovidos de um caráter revolucionário, nada mais significando do que simples reações policiais, medidas governamentais, reformismos institucionais, fórmulas paternalistas e ações preventivas contra os golpes de Estado comunistas.

Trata-se sem dúvida, apesar de tudo o mais, de movimentos revolucionários autênticos. Se logo a sua ação estatal se converteu em contra-revolucionária e reacionária e se os mitos se desvaneceram consumidos com maior rapidez do que sob a experiência, igualmente contra-revolucionária e reacionária, do Estado comunista, a constatação não anula os impulsos revolucionários primitivos e nem a projeção revolucionária que tais movimentos tiveram no plano histórico. Tudo isso indica, simplesmente, que os mitos sociais de hoje estão carregados com mais eletricidade do polo contrário, e que até que essa eletricidade se descarregue ou até que a comunidade nacional não encontre reservas revolucionárias definitivas, os mitos continuam de pé como anelos constantes das multidões ou com a contrapartida psicológica de problemas sociais e políticos insatisfeitos.

Mas o que permanece incontestável é a possibilidade de atuar no plano revolucionário, inclusive das forças capitalistas e burguesas. Georges Sorel via nisso uma espécie de contrafação promovida pelo mimetismo da violência proletária e do

mito da greve geral. "Esta violência — escrevia ele, em suas *Réflexions sur la Violence* — força o capitalismo a preocupar-se somente com a sua missão material e tende a lhe devolver as qualidades belicosas que possuía outrora. Uma classe obreira em ascensão e solidamente organizada pode forçar a classe capitalista a permanecer forte na luta industrial. Ante uma burguesia sedenta de conquistas e rica, se um proletariado unido e revolucionário se levanta, a sociedade capitalista atingirá a sua plenitude histórica."

Os movimentos revolucionários nacionalistas superam de muito essa revitalização do capitalismo. Se é verdade que historicamente eles significaram a *ultima ratio,* reserva revolucionária derradeira de uma sociedade liberal capitalista, ameaçada até o âmago pela anarquia e a rebelião do proletariado, não há mais dúvida de que energias revolucionárias próprias as animaram, e que foi graças a essas energias que aqueles nacionalismos triunfaram e — o que é mais importante — demonstraram que a comunidade nacional pode triunfar sobre a investida das forças que pretendem a sua destruição.

AS CONTRADIÇÕES DOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NACIONALISTAS

Mas as contradições íntimas que afetam todo fenômeno revolucionário moderno afetaram igualmente as revoluções que tinham como objetivo histórico salvaguardar a essência da comunidade nacional. Os fortes resíduos de uma mentalidade burguesa e capitalista, a incapacidade de romper definitivamente com os grandes diques da sociedade anterior e o mimetismo exercido sobre essas revoluções pela antagônica revo-

lução marxista, foram os primeiros elementos destinados a corromper tais movimentos, do ponto de vista de sua pureza revolucionária.

Mas não foram apenas as causas externas que contribuiram para corromper esses fenômenos revolucionários atuais. Esses movimentos foram, até certo ponto, verdadeiras rebeliões das minorias nacionais, das *elites* sociais de cada comunidade nacional, contra a sua desagregação levada a cabo pelas mistificações políticas liberais e pela ofensiva marxista, baseada no princípio das massas. Foram essas minorias ativas que, mobilizando mitos capazes de arrastar as massas e discipliná-las, tiveram grandes adesões de massas. A formulação dialética de sua luta foi essencialmente revolucionária. A luta se deu dentro do Estado liberal, incapaz de por si só salvar a nação da avalancha revolucionária do comunismo. A comunidade nacional havia chegado a tal situação que a organização estatal estruturada sobre as instituições do liberalismo econômico não podia não só salvá-la sozinha, mas nem sequer iniciar sozinha a luta. Esta a superava, pois tinha lugar entre forças revolucionárias que, nos limites da comunidade nacional, tinham que decidir a ser ou não ser dessa comunidade.

Trotsky definiu essa luta como uma verdadeira dialética das vagas revolucionárias. Uma situação revolucionária, afirmava o profeta da revolução permanente, não é de longa duração. Entre as premissas de toda convulsão revolucionária, a menos estável é a que consiste no estado de espírito da pequena burguesia. Durante as crises nacionais, ela vai atrás da classe ativa que mais confiança lhe inspira: "Se o partido proletário não se encontra suficientemente decidido a trans-

formar intempestivamente as expectativas e ilusões das massas populares em ação revolucionária, a maré alta será rapidamente substituída pela maré baixa: as classes retiram seus olhos da revolução e procuram o salvador no campo oposto. Assim como durante a maré alta o proletariado se encontra por trás da pequena burguesia, assim durante a maré baixa a pequena burguesia se deixa conduzir atrás do proletariado. Esta é a dialética das vagas comunistas e fascistas na evolução da Europa de pós-guerra".

Na realidade, não era apenas a pequena burguesia que se via em grande parte atrás das massas proletárias durante a maré alta das "vagas fascistas". Era uma verdadeira força revolucionária e ativa organizada, que tomava parte efetiva nesse jogo dialético com repercussões históricas. Não se tratava de um simples "esmagamento" reacionário dos anelos da revolução das massas — fato esse que, por outro lado, se produziu, com maior ou menor êxito, em alguns países —, mas sim de autênticos movimentos revolucionários, tão fortes e, inclusive, mais fortes do que o comunista, já que venceram em igualdade de condições e, às vezes, numa luta em que o comunismo teve mais aliados. Não se esqueça que grande parte dos atos dos governos liberais, seguindo a tática sobre a qual se voltou mais tarde com muita insistência, contra a maré revolucionária dos movimentos "fascistas", se apoiava nas vagas revolucionárias marxistas, na greve geral revolucionária e na ação dos sindicatos. E esses movimentos venceram, apesar de tudo, porque os seus mitos revolucionários encontraram um grande eco em todas as classes sociais, sobretudo nas massas proletárias, e a sua organização, baseada num critério minorativo, era forte e disciplinada.

Ao ajuizar-se, portanto, a presença dos movimentos nacionalistas, não se lhes pode deixar de qualificar, por seus impulsos e origens, de movimentos revolucionários. Muitos entre os seus mitos se inspiram num clima de mitos revolucionários, que Georges Sorel havia definido tão bem. E, porisso, não é de modo nenhum casual o fato de Sorel haver exercido igual influência sobre os chefes incontestáveis das duas revoluções de orientação contrária, que são os acontecimentos sociais mais importantes da primeira metade do século XX, a saber: Lenine e Mussolini. "Tudo o que sou, devo a Sorel", diria o último deles em entrevista a um jornalista francês, em 1934. O próprio Sorel, porém, dá pouca importância a tal influência, já que, segundo ele, os mitos que havia formulado estavam no ar e as minorias revolucionárias nada mais faziam do que se inspirar neles, captando-os e dinamizando-os.

A verdade é que a revolução nacionalista seguia o pensamento de Sorel, ao rejeitar como historicamente válida a dicotomia classista do dogmatismo marxista. Nas pegadas de Sorel, esses movimentos revolucionários, ainda que concedendo grande importância à classe operária como elemento revolucionário, não acreditavam numa separação tão radical entre as classes e tampouco convinham em que somente o proletariado possuía virtudes revolucionárias. Porisso, as suas respectivas revoluções nacionalistas integram explicitamente energias que foram pedir, por igual, à classe burguesa e à classe operária.

Mas não há dúvida de que esses movimentos foram revolucionários em seus começos, em sua colocação doutrinária, política e social, e não conseguiram escapar ao que até agora parece um fenômeno fatal das revoluções modernas: a sua

deformação contra-revolucionária quando chegam ao poder. E desta vez produziu-se tal fenômeno como conseqüência da inserção nos destinos nacionais, uma vez que, com tal finalidade, haviam surgido esses movimentos, correspondendo a mitos e necessidades que não se circunscrevem a determinados círculos nacionais. Tais movimentos tiveram verdadeira projeção universal e, porisso, Keyserling, intérprete dos mais corretos das tendências e dos males de nossa época, chegou a falar numa "Internacional dos Nacionalismos".

Contradições íntimas que nunca faltaram a tais movimentos, experiências estatais que perturbaram os ideais revolucionários de suas origens, excessos imperialistas de seus nacionalismos (tão justificados em suas colocações iniciais), certas contaminações doutrinárias, políticas e sociais, tanto do lado do liberalismo como do comunismo — eis as principais causas históricas visíveis do processo de sua imersão na realidade reacionária. Mais adiante, porém, surgirão outras causas, intrínsecas ao fenômeno revolucionário moderno, de suas próprias essências. Trata-se de um fenômeno revolucionário ao qual faltou e falta ainda um princípio de hierarquia espiritual interna, uma idéia de origem e ordem espiritual, como contrapeso histórico necessário da crise da liberdade, crise política e de convulsões sociais profundas.

Os grandes movimentos nacionalistas europeus tampouco basearam a sua ação sobre a idéia de uma revolução espiritual bem radicada. Houve entre eles algumas tentativas de assim proceder, como na Romênia e na Espanha, mas os respectivos movimentos revolucionários nacionalistas foram em parte incompreendidos ou menosprezados, porque não somente o comunismo, mas também o fascismo, acreditavam que os acon-

tecimentos revolucionários de hoje não devem fugir aos termos estritos do "social".

Ter alguns mitos ativos, possuir inclusive uma mística, não é suficiente para que uma revolução atinja dimensões espirituais bastantes, para que a revolução seja eficaz e, mais do que isso, permanente. Porque a verdadeira revolução *permanente,* capaz de fugir ao utópico e converter-se em realidade, é uma revolução com raízes espirituais profundas. E somente num plano espiritual se encontrará solução para os paradoxos e as contradições revolucionárias, que, limitadas ao campo estrito do político e do social, não a encontrariam e acabariam por converter-se no que têm terminado por fazer todas as demais revoluções modernas: em contra-revoluções estéreis, destruidoras de mitos, devoradoras de nobres ideais.

AS DEFORMAÇÕES CONTRA-REVOLUCIONÁRIAS DO COMUNISMO

Seria natural, portanto, que tampouco a revolução comunista fugisse a tais contradições em que se desenvolve a dialética história das revoluções sociais e políticas modernas. É sabido de sobra que a Rússia iniciou com Lenine e terminou definitivamente com Stalin "a volta às suas fontes" (7).

É claro que com isso não pretendemos — como acreditam alguns ingênuos, que pensam serem possíveis na história retrocessos totais, e tampouco, como tentam ridicularizar outros "entendidos", que, de modo igual, acreditam que nenhum

---

7 — No capítulo "A Rússia em face da Europa", de nosso livro *El Problema de Europa* (Madri, 1949), tratamos amplamente das circunstâncias em que a Rússia comunista voltou às suas fontes.

retrocesso é possível — sustentar a inutilidade da experiência russa. O simples fato de que a revolução comunista, tendo seguido com bastante fidelidade as etapas e o destino da Revolução Francesa, registre a sua reação termidoriana, o seu bonapartismo, o seu militarismo e seu imperialismo nacionalista, não significa, muito menos, que tudo isso não se leve a cabo por cima de conquistas e experiências irreversíveis. Foi a atual geração revolucionária que fez toda essa experiência e só através de um processo interno poderão surgir na Rússia sintomas contra-revolucionários.

De modo idêntico ao que ocorreu com a Revolução Francesa, a emigração russa, os russos "brancos", se tornou algo historicamente inútil. Berdiaev, o chefe espiritual dessa emigração russa, afirmou isso muito antes de Stalin ter convertido a Rússia comunista na Rússia histórica de Pedro, o Grande e de Catarina II, uma Rússia que muito antes da sovietização ameaçava o mundo de russificação. Berdiaev ainda viveu para ver tal fenômeno de messianismo russo e desde esse instante o chefe espiritual da emigração aderiu à tese de Joseph de Maistre, de que nada se pode fazer (em seu caso) longe da "santa terra russa", revelando-se um verdadeiro entusiasta dos que haviam conseguido fazer com que a Rússia voltasse a se impor, como Lenine o predissera, "com todo o seu peso na balança das forças do mundo".

Também a revolução bolchevista, desde o primeiro momento, baseou-se sobre uma contradição histórica e espiritual insolúvel. Também ela implicou, por suas raízes, num fenômeno contra-revolucionário. Essa contradição conheceu também os seus adversários doutrinários, a saber: termos de luta implícitos. Em primeiro lugar, começou Lenine por fazer a

revolução na Rússia mediante toda uma série de concessões e desvios táticos. Não nos deteremos aqui a estudá-los, já que são muitos e todos eles manifestam, com maior ou menor intensidade, a mesma impotência do próprio fenômeno revolucionário, de manter-se sempre fiel aos princípios que o inspiram. Mas, de um modo todo especial, é significativa, sem dúvida, a polêmica, existente já em plena revolução, em torno da teoria da "revolução permanente". Significativa e, ao mesmo tempo, central.

UTOPIA DA "REVOLUÇÃO PERMANENTE"

O defensor mais importante dessa teoria foi Trotsky. Stalin afirmou que não se tratava de nenhuma invenção de Trotsky, mas que essa teoria foi inventada pelo próprio Marx e que também Lenine a defendeu, apenas adaptando-a às circunstâncias específicas da Revolução Russa. Certamente, ao formular Trotsky a tese da "revolução permanente", sobretudo na época de seu combate mortal pelo poder contra Stalin, não deixou de pôr em mais destaque uma série de aspectos iniciais do problema. Em primeiro lugar, é indiscutível tratar-se de uma "utopia" e que, do ponto de vista estritamente político, Stalin tinha razão. A revolução comunista fundou-se numa série de contradições internas e, portanto, a sua colocação como "revolução permanente" é um contra-senso. E um contra-senso é, por motivos óbvios, toda revolução "permanente", com perspectivas exclusivamente sociais e políticas. Em segundo lugar, é muito duvidoso também se Trotsky, no que pese a seu temperamento racial, facilmente inclinado para as fórmulas messiânicas internacionalistas, uma vez que tivesse conquistado o poder contra Stalin, não iria encaminhar a revo-

lução para os mesmos destinos que este, posto que, de outra maneira, a revolução perderia não apenas a sua "forma" mas o próprio poder.

Stalin atribuiu, em 1924, aos defensores da "revolução permanente" muitos erros e crimes. Ela não é uma idéia nova — dizia ele —, mas já tinha sido formulada por Marx, em 1850. Mais tarde, Lenine levou a "teoria" à sua forma "pura", já que seus defensores, aqueles que pretendem havê-la inventado (Trotsky) a tinham tornado "impraticável". Com efeito, Marx tinha escrito: "Nosso interesse e nossa missão é tornar a revolução permanente. Até que todas as classes mais ou menos proprietárias não sejam afastadas do poder, o proletariado não terá conquistado o poder do Estado e as organizações proletárias em todos os países do mundo, e não somente num determinado país, não se terão desenvolvido suficientemente para fazer cessar a concorrência entre os proletários desses países, e as forças decisivas da produção não serão concentradas nas mãos do proletariado."

Entre as "emendas" e as "adaptações" que Lenine fez da revolução permanente, tal como as formularam os seus defensores diretos, deve-se assinalar, em primeiro lugar, o emprego "até o fim" das energias revolucionárias da classe camponesa. Os partidários da "revolução permanente" acreditavam, ao contrário, que a classe camponesa não possui energias revolucionárias e que, portanto, a revolução deve basear-se exclusivamente sobre o proletário industrial. Enquanto Lenine propunha "coroar" a obra revolucionária mediante a passagem do poder ao proletariado, os "permanentistas" entendiam "começar" diretamente com o poder nas mãos do proletariado.

Isso quer dizer, em substância, que a luta entre os defensores de um dogmatismo revolucionário rigoroso e as adaptações "táticas" de Lenine equivale a uma brecha inicial no processo revolucionário. Continua a polêmica intensamente e só uma falsa imagem dos acontecimentos de então pode identificar em Lenine o mais extremista dos extremistas. Enquanto viveu Lenine, a polêmica interna não extravazou dos seus limites estritos. Mas quando Stalin se assenhoreou do poder e a revolução foi se tornando cada vez mais num processo reacionário — em ditadura pessoal, regime de castas, nacionalismo e imperialismo russo —, a polêmica transbordou de todo daqueles diques. Não se limitou Stalin a decapitar apenas aos partidários da revolução permanente, a saber: os amigos de Trotsky, tais como Zinoviev, Kamenev e Bukharin, que nem sempre tinham sido partidários de Trotsky, no terrível duelo entre este e o futuro ditador russo. Mas é certo que não sobrou um só desses partidários e durante o regime de Stalin não se tornou a falar na Rússia em "revolução permanente".

"A teoria da revolução permanente — escreveu Stalin — é uma simples variedade de menchevismo". Na realidade, ao combatê-la, Stalin não fazia mais do que se converter num Bonaparte vermelho, sentar-se ditatorialmente no poder, criar um mito pessoal em torno de si próprio, autocrático e evitando qualquer espécie de insurreição contra a nova marcha da contra-revolução na Rússia.

Desta maneira, a contra-revolução na Rússia tornou-se uma realidade incontrastável. Stalin é um novo czar. A minoria do partido e os militares converteram-se em verdadeiras castas, que exploram o trabalho, a miséria e o sofrimento de

milhões de escravos. Não se trata, é evidente, de retrocessos a posições pretéritas, mas de situações análogas, de formas semelhantes objetivadas por homens promovidos pela revolução. Surgiu na Rússia uma realidade nova: o *nacional-comunismo*. A revolução inseriu-se na história nacional e converteu-se em contra-revolução nacional-comunista. A sociedade democrática, sem classes e internacional, proclamada pela doutrina, a prática política substituiu por uma sociedade autocrática, fundada na idéia de castas e fortemente enraizada na história russa. As idéias revolucionárias não servem senão para a propaganda imperialista sob o signo do que é russo. Impõe-se a "razão de Estado", impõem-se as razões da história russa.

O nacional-comunismo é a forma da contra-revolução na Rússia. Do ponto de vista doutrinário e histórico, é um absurdo. Como fenômeno, constitui mais uma prova de que a revolução proletária se baseia sobre contradições insolúveis. Como reação, significa um novo sintoma de vitalidade do fenômeno nacional, uma força da comunidade nacional capaz de romper com os moldes acanhados de uma doutrina e um sistema que nega o seu direito à vida e que manifesta o seu ímpeto renovado e a sua realidade nova como elemento integrador do mundo histórico que nos cerca.

Na Rússia, a comunidade nacional manifesta assim a sua vitalidade através das insolúveis contradições do fenômeno revolucionário. Fora da Rússia, nos países que sofrem as conseqüências da ocupação e do imperialismo russo e das experiências sovietizadoras e russificadoras, a comunidade nacional rompe o círculo de fogo organizado por umas tantas forças que tentam destruí-la. E, porisso, surgem outros nacionais-

-comunismos, tantos quantos são os círculos nacionais, e aparecem já em conflito com o imperialismo russo-comunista.

Tais contradições surgiram primeiramente na Rússia. Para levar a cabo as suas transformações revolucionárias, o comunismo teve que fazer "concessões táticas" sérias à história russa. O fato foi motivado pela necessidade de criar uma sociedade comunista forte, capaz de ajudar o triunfo da revolução mundial nos demais países. E ao estender a revolução fora da Rússia, com a ajuda de uma Rússia comunista forte, as conseqüências das primeiras contradições não tardaram. Pois cada sociedade comunista se encerra num círculo nacional, que mais tarde ou mais cedo terá que chegar a um conflito violento com o nacional-comunismo russo.

Desta maneira morreu a revolução do proletariado. Pelo menos, nos países em que se tentou fazer a sua experiência, os mitos que a sustentavam morreram. Sobre as suas ruínas surge a desolação, a morte dos valores do espírito, a desagregação total do homem como portador de essências eternas.

A revolução inspirada em essências espirituais, a obra máxima de algumas minorias autênticas, rebeldes contra o princípio das massas, resta por fazer. Será uma obra gigantesca, objetivada sobre um imenso campo de dores e de almas desoladas. Um terreno que, talvez depois dessa *catarsis* terrível, apresente possibilidades inéditas para que o fenômeno revolucionário moderno se liberte do seu absurdo círculo de contradições, que o mantêm escravizado e tornam estéreis tantos esforços e tantos sofrimentos. Só assim a revolução dos nossos dias, este Prometeu acorrentado por sua própria culpa, poderá ser libertada e empreender, eficazmente, por sua vez, a sua missão libertadora.

PERSPECTIVAS
DO GOLPE DE ESTADO

A CRISE CONTEMPORÂNEA DO ESTADO. A DEBILIDADE DO "ESTADO FORTE"

A crise contemporânea de valores, com todas as suas repercussões espirituais e políticas, tem nos males que sofre o Estado moderno um singular campo ilustrativo. É possível que em nenhum outro terreno se nos revele de forma tão patente a ausência de um critério minoritário, a falta de *elites* dirigentes, e uma paralisia tão perigosa da vida e das formas sociais, como no terreno ocupado pela experiência estatal. O Estado moderno goza, sucessiva e às vezes simultaneamente, de um verdadeiro culto ou de ódio e desprezo os mais profundos. As forças espirituais rendem às vezes a mais profunda veneração ao poder do Estado, anulando-se diante dele, submetendo-se a seu poder absoluto, pondo a seu serviço todo o seu poder criador e, às vezes, aniquilando as suas possibilidades de criação autêntica por semelhante atitude subalterna. Outras vezes, odeiam-no ou desprezam-no, considerando-o um meio de degradação de todos os valores e evitam todo contato com ele, como uma verdadeira contaminação perigosa.

Por seu lado, o Estado vive em pleno mar de paradoxos. Parece mais forte do que nunca e a sua fortaleza não é o resultado das recentes experiências ditatoriais, absolutistas, autocráticas, como acreditam muitos governantes contemporâneos. O Estado forte de hoje é o legítimo herdeiro da "razão de

Estado" e do Estado liberal. Porque a época liberal sobretudo procurou comprazer-se na hipocrisia — uma de suas inúmeras hipocrisias — de proclamar teoricamente os sagrados privilégios do indivíduo ante os poderes subreptícios do Estado, ao mesmo tempo em que fortalecia ao máximo os instrumentos de domínio de um Estado que absorvia todas as reservas políticas, sociais, econômicas, culturais e espirituais dos indivíduos integrados numa determinada comunidade nacional.

Em outras palavras, o Estado de hoje é, na aparência, um organismo forte, absorvente, como jamais tinha sido. Mas se tal organismo, em vez de fundar a sua existência sobre extralimitações críticas da idéia do poder, se fundasse sobre uma substância espiritual fecunda, teria ele todas as possibilidades de ser o que Platão via na idéia de Estado: o máximo processo de integração cultural dos homens sob formas de vida social perfeita. Mas o Estado de hoje é forte na medida em que é um Estado de força. Exprime, de modos visíveis e constantes, novas formas de tirania: a tirania do abstrato, da burocracia, dos "técnicos". Ele promove, como nenhum outro, novos espíritos de casta, que não passam de degradações sociais preludiando a morte de um organismo político.

O Estado de hoje é, portanto, algo que está muito longe de ser um organismo forte. A sua fortaleza não se baseia em adesões autênticas, não é fruto de um fenômeno de opinião. Onde consegue impor a violência, continua, progride e cresce em aparência. Onde esse fenômeno da violência se relaxa, cresce a anarquia, os governos derrubam uns aos outros, e o Estado não se precipita vertiginosamente no abismo apenas pela virtude da inércia e porque se alimenta de um longo regime de experiências do Estado "forte".

Nada mais natural do que esse fenômeno contraditório na vida do Estado, já que os processos revolucionários modernos, com todas as suas peculiaridades, com os seus insolúveis planejamentos históricos, nada afetam tão seriamente como a vida do Estado. A maré revolucionária abala sem cessar a vida do Estado. As leis do Estado já não são as leis clássicas. É um absurdo que os novos espíritos "maquiavélicos" invoquem os ensinamentos do Secretário de Estado florentino. Aqueles ensinamentos, que nada possuíam de dogmático e nem de abstrato, mas refletiam a orientação do Estado moderno — o Estado nacional com os seus pecados e as suas virtudes recém-batizado no Ocidente —, não previam as circunstâncias de um Estado em permanente crise revolucionária.

A crise do Estado é, sem dúvida alguma, a manifestação mais espetacular do fenômeno revolucionário moderno. Seus traços característicos diversificados, a sua vida, o seu funcionamento e inclusive as suas enfermidades não se regem mais pelas normas antigas. Tudo foi submetido a revisões porque tudo se encontra profundamente afetado por transformações revolucionárias contínuas. Porisso, nada se afigura hoje mais absurdo, na formação das novas gerações, do que a maneira como se orienta o ensino do direito em quase todas as universidades do Mundo Livre. É uma orientação muito acadêmica, muito rigorosa, como colocação intelectual do problema. Mas possui um só vício, que, desgraçadamente, é capital e anula quase todas as suas possíveis virtudes. Trata-se de um ensino abstrato, que versa sobre uma vida social há tempo soterrada e substituída, mas que se converte em arquétipo. Esse fato tem preocupado, certamente, de um modo que poderíamos qualificar de patético, aos melhores juristas italianos — quase

todos eles catedráticos de universidades e nomes famosos em todo o mundo — e que publicaram há pouco um volume que bem reflete as mudanças profundas, revolucionárias, que as últimas décadas operaram nos conceitos fundamentais do direito público e privado. Outro grande jurista — este, francês, Georges Ripert — empreendeu luta para fazer ver ao mundo a mesma coisa e o perigo de se continuar administrando um tipo de ensino jurídico baseado sobre ficções.

TRANSFORMAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS NA IDÉIA DE ESTADO

Com razão, a crise a que foi submetida a idéia de Estado, bem como a realidade Estado, provocaram transformações essencialmente revolucionárias. Mudanças essas porém que não derivaram, como das outras vezes, em formas novas e definidas, mas que fizeram por sua vez da "transformação" o único perfil com que se pode intelectualmente designar a realidade Estado. Porisso, parece-nos importante tratar, dentro dos problemas que se referem aos acontecimentos revolucionários que continuamente abalam a vida moderna, este problema essencial: o problema da conquista do Estado.

Para os "neo-maquiavélicos" atuais, é esse o problema que centraliza todo o interesse da política em nossos dias. E como tal, nada tem de especial com relação às épocas anteriores, já que sempre a conquista do Estado foi o elemento definidor tanto das modificações políticas essenciais, como da luta pela manutenção da velha ordem de coisas. Para esses "neo-maquiavélicos", as transformações políticas de nossos dias, toda a sua instabilidade de situações e conceitos, as mu-

danças de mentalidade política, jurídica e institucional, inclusive as convulsões revolucionárias, reduzem-se à luta pela conquista do poder. E essa luta não é, afirmam eles, um problema revolucionário, mas simplesmente um problema "técnico". Uma "técnica" que logo se aprende. Quem aprender melhor, triunfa. Triunfa ao conquistar o Estado ou em conservá-lo. Tudo é questão de ter bom instinto "tático" e aprender à perfeição os "manuais". A "técnica" do golpe de Estado é tudo. Quem tiver o seu segredo vencerá.

Não se trata porém de uma novidade. Teóricos de uma "técnica do golpe de Estado" sempre existiram muito antes dos nossos dias. E se, há milhares de anos atrás, entre os assírios, chineses e egípcios, não havia tais teóricos, não deixava de haver políticos práticos em aplicar com requinte e perfeição essa "técnica". Mais tarde, em plena vigência da "razão de Estado", quando todos imitavam a Maquiavel, inclusive os seus mais declarados e encarniçados adversários, começaram a surgir também os "manuais". Um deles foi publicado na França por Gabriel Naudé, quem, em pleno século XVII, escreveu um deles para os príncipes de sua época.

É claro que as manuais de hoje pretendem estar em dia e porisso indicam, aos revolucionários que pretendem derrubar uma ordem de coisas ou aos governantes que pretendem conservá-la, a utilização de novas forças. Entre essas novas forças, encontramos, em lugar de honra, a greve geral revolucionária. É um instrumento que parece servir, com a mesma eficácia, tanto aos revolucionários que querem derrubar o Estado, como aos governantes — quase todos eles reacionários, pelo simples fato de governantes — para defendê-lo.

Mas não queremos antecipar demasiadamente o tema. O que se evidencia é o fato de que o fenômeno revolucionário

de hoje, esse processo de crise espiritual e social cujo reflexo é patente, fez com que também o problema do poder, e sobretudo o problema da conquista do Estado e do poder, se apresente em novos termos. Já a Revolução Francesa e as conseqüências que ela deixou como herança na vida política européia representam também, sob esse ponto de vista, um fenômeno novo e de certo modo único. O problema da conquista do poder supera de muito os termos tradicionais do golpe de Estado. O processo revolucionário cria novas relações de poder. A conquista do Estado começa a ser, não uma simples substituição nas reservas da antiga organização estatal, mas a destruição daquelas reservas e a criação de novos elementos que as substituam.

Porisso, começa-se a delimitar de maneira cada vez mais precisa a conquista do Estado por vias revolucionárias, com a sua natural derivação num Estado ulterior contra-revolucionário, com simples "golpes de Estado" reacionários. Nem a Revolução Francesa e nem a Revolução Russa são golpes de Estado. Partem ambas da destruição violenta do Estado antigo. Ambas defendem dogmaticamente o critério da derrubada, até os seus fundamentos, da velha ordem de coisas. Ambas controem um novo Estado completamente diferente do antigo e, dessa forma, tais revoluções não se situam dentro dos limites clássicos do golpe de Estado.

Mas isso não quer dizer que, em pleno período revolucionário, em plena vigência dos critérios e dos métodos revolucionários, não se produzam também golpes de Estado. Esses golpes de Estado podem ser produtos naturais de situações e mentalidades reacionárias. Os seus objetivos podem ser os mais variados possíveis. Podem pretender uma simples subs-

tituição de um grupo político por outro. Desde o "pronunciamento" militar até o golpe partidário ou a insurreição palaciana, os seus matizes são muito variados, mas as suas limitações históricas são idênticas. Trata-se de um golpe que não afeta em substância a fisionomia do Estado. Há, ao mesmo tempo, golpes de Estado restauradores e a sua finalidade é anular determinadas conquistas revolucionárias, em nome de uma ordem de coisas pré-revolucionária. Desde a Revolução Francesa que a teoria da Restauração vem encontrando grande número de partidários — alguns deles ilustres e de grande importância intelectual —, os quais, no terreno prático, advogam a eficácia do golpe de Estado de estilo tradicional. Mas podem produzir-se golpes de Estado dentro do próprio curso de um processo revolucionário. Uma vez inserida a revolução na história nacional e contaminada grande parte dos seus princípios, golpes de Estado sucessivos determinam os azares do poder e sua transmissão de um grupo a outro. Trata-se de golpes de Estado contra-revolucionários, mas produzidos, de todas as formas, graças às circunstâncias específicas do fenômeno revolucionário, o que de modo algum, porém, significa um retorno.

O PRIMADO DO FATO REVOLUCIONÁRIO

Só uma visão deficiente das transformações que o nosso tempo sofre pode reduzir o fenômeno revolucionário a um simples instrumento subalterno, na conquista do poder. O processo revolucionário não é, em caso algum, um processo de segunda ordem. É a causa determinante das conquistas sucessivas do Estado, conquistas que na maioria dos casos implicam em substituições totais. E seria projetar de repente os

governantes de hoje num plano a que jamais poderiam se elevar, acreditar que as revoluções acabem por ser simples meios racionalmente utilizados por políticos *práticos* para conquistar o poder pessoal e para dominar o Estado.

A conquista revolucionária do poder alcança dimensões mais amplas que uma simples redução ao golpe de Estado e, sobretudo, à sua técnica. É verdade que, em qualquer método para a conquista revolucionária do poder, entram elementos que constituem também a "técnica" do golpe de Estado. Mas trata-se de elementos primários. A conspiração, a insurreição, até os contatos insurrecionais, podem ser elementos integrantes do golpe de Estado e participam também do processo necessário para a conquista revolucionária do Estado. Pode às vezes ocorrer que o golpe de Estado chegue a dimensões extraordinárias. Pode converter-se inclusive numa verdadeira guerra civil. Mas como os seus objetivos são limitados, conservadores, restauradores, moderados, por maior que seja a tensão em que impliquem, faltam-lhe os elementos que fazem com que a conquista revolucionária do poder seja o fato mais espetacular da ordem política em nossa época.

A conquista revolucionária do poder constitui, em primeiro lugar, um programa de transformações sociais e políticas que, uma vez triunfantes, tornam completamente irreconhecível a fisionomia do Estado "conquistado". Há aqui um primeiro objetivo que não preocupa ao mínimo o homem ou a "equipe" que levou a termo o golpe de Estado. A conquista revolucionária do Estado, independentemente dos sucessivos "retornos" e das inserções nacionais da revolução, é, para a vida política e para a própria sociedade, um verdadeiro terremoto. É um vulcão que lança no ar tudo o que encontra pelo

caminho. Não passa, como o furação, apenas levantando os telhados dos edifícios — que é somente o que fazem os simples golpes de Estado —, mas destrói tudo, desde as suas bases mesmas. Começa por transpor os velhos limites. E uma vez ultrapassados, cria limites novos, que tenta encher de sentido novo. Os retornos e as inserções na história nacional da Revolução Francesa não significam, porém, uma volta ao Estado francês de Luís XV. Nem o bonapartismo de Stalin tem algo que ver com o Estado de Nicolau II.

Para levar a cabo uma ação dessa envergadura, a conquista revolucionária do Estado necessita de muito mais que uma simples "equipe". Uma conspiração apenas de nada lhe adiantaria. A simples técnica do golpe de Estado fá-la-ia fracassar ruidosamente. Porisso, necessita de algo mais. Necessita da "arte da rebelião". E isso implica na criação de quadros amplos e adestrados não somente na arte de assenhorear-se do poder, mas possuídos de uma consciência disciplinada da necessidade de derrubar, na sua totalidade, em suas formas e em suas instituições, o poder reinante, e não apenas os indivíduos que o detêm.

O fenômeno revolucionário do nosso tempo, a crise de valores políticos em que ele implica, e sobretudo a crise, crise de hipertrofia, que afeta de maneira tão profunda a idéia do Estado, submetido às contínuas estagnações reacionárias, exigem essa distinção que acabamos de esboçar. Reduzir o problema da conquista do Estado e do poder a uma simples "técnica" do golpe de Estado, é recorrer a simplificações muito perigosas, é deformar a realidade política tão complexa que é a realidade do Estado moderno, e pretender explicar e às vezes dirigir com suficiência dogmática acontecimentos tão

contraditórios, como são os fatos que integram o fenômeno revolucionário contemporâneo.

No começo da década de 30 de nosso século, um escritor italiano que começava já a dar muito o que falar, por escrever uma reportagem fantástica inspirada no problema patético da "condição humana" — uma reportagem fantástica por suas transfigurações muitas vezes falsas, mas feita com um talento singular, convertida em literatura de grande sucesso — publicou um livro intitulado *La Téchnique du Coup d'État*. Durante muito tempo, foi um livro na moda. Os ditadores liam-no complacentes, porque viam nele o manual perfeito para a defesa de suas posições e, de certo modo, o reflexo em suas páginas de suas próprias atividades e táticas na conquista do poder. Mas ao mesmo tempo proibiam que o povo o lesse e por meio dele meditasse na liberdade, certamente proibindo-o em menor escala do que pretendeu depois o seu "hábil autor", ao ser reeditada a obra em italiano, após os seus inúmeros azares políticos. O célebre Monsieur Jean Chiappe, criador da máquina estatal francesa para a defesa da República, citado por Cúrzio Malaparte, na tardia edição italiana do aqui referido e famoso livro, dizia: "Ensine-se os homens de Estado a prevenir os fenômenos revolucionários do nosso tempo, a compreendê-los e impedir que os ambiciosos se apoderem do poder pela violência". Ao mesmo tempo, a obra citada era considerada como "o manual do revolucionário perfeito" e, como tal, lida e difundida em toda a Europa.

Mas o certo é que, por muito lido que tenha sido por governantes e revolucionários, por ditadores ou candidatos a golpes de Estado, o livro de Cúrzio Malaparte, que teve tanta fama, não apenas não preparou nenhum golpe de Estado, mas

tampouco conseguiu evitar os que foram dados. Apresenta, no entanto, uma série de aspectos que nos interessam talvez mais do que os seus fracassos como manual para a defesa ou a conquista do poder. Tornando a publicá-lo o seu autor, mais de 20 anos depois, com a pretensão explícita de sua atualidade, o livro merece também ser lembrado por sua falsa apresentação do problema, pelos sofismas que encerra e por sua mesquinha visão reacionária.

A "TÉCNICA" DO GOLPE DE ESTADO SOBRE ALGUNS SOFISMAS HISTÓRICOS

Malaparte começa por dizer que seu livro não é uma imitação de *Il Principe,* de Maquiavel. "*Il Principe* — afirma ele — refere-se em seus argumentos, seus exemplos, julgamentos, e sua ética, a tempos de decadência das liberdades públicas e privadas". *La Téchnique du Coup d'État* trata, porém, do destino do homem livre. Distinção certamente pobre, em muitos sentidos discutível, como essencialmente discutível nos é o fato de o Estado perfilhado por Maquiavel apresentar sintomas de certas crises tão profundas como o Estado que Malaparte pretende defender e atacar ao mesmo tempo.

"O problema do Estado europeu atual — ensina Malaparte — apresenta-se de duas maneiras diferentes e antagônicas". A primeiro é a dos partidos que se declaram defensores do Estado. A segunda é a dos que colocam o problema do Estado no terreno revolucionário, como são os partidos da extrema direita e os da extrema esquerda — os "catilinários": os fascistas e os comunistas. Os catilinários da direita idolatram o Estado, temem a desordem, advogam um abso-

lutismo estatal. *Tutte nello Stato, niente fuori dello Stato, nulla contro lo Stato,* era o lema de Mussolini. Os catilinários da esquerda consideram a conquista do Estado como um meio para instaurar a ditadura do proletariado. "Onde há liberdade não há Estado", eis o lema, por sua vez, de Lenine.

Mas tanto a revolução fascista como a revolução comunista, tanto os defensores do Estado democrático, como os defensores do Estado edificado sobre conquistas revolucionárias, ignoram, segundo Malaparte, o problema essencial, como o personagem de Molière, ou o que tinham feito. Ignoram que tanto o problema da luta pelo poder em nosso século, como o problema da defesa do Estado, são problemas "táticos"; são problemas de pura "técnica". "Tanto os catilinários como os governos não se deram conta ainda de que existe uma técnica moderna do golpe de Estado e também ignoram quais são as suas regras fundamentais."

É o que Malaparte dispõe-se a ensinar. O primeiro princípio por ele estabelecido é o de que "a arte de defender o Estado moderno se rege segundo os mesmos princípios que regem a arte de conquistá-lo... Para defender o Estado de uma tentativa revolucionária fascista ou comunista, é preciso empregar uma tática defensiva fundada sobre os mesmos princípios que regem a tática fascista ou comunista. É preciso opor Trotsky a Trotsky, e não a Kerensky, isto é: um sistema policial". E o exemplo ideal do emprego dessa "tática", que a construção sofística de Malaparte considera mais importante do que as condições históricas em que se produzem os fatos revolucionários e que a própria estratégia revolucionária, é o fato de o chanceler alemão Bauer, educado na escola marxista,

ter feito face à tentativa revolucionária de Kapp, em 1920, por meio da greve geral mobilizada pelo governo.

"As condições atuais da Europa — escreve Malaparte — oferecem muitas possibilidades de êxito às ambições dos catilinários da direita ou da esquerda. A insuficiência das medidas adotadas ou previstas pelos governos para evitar uma eventual tentativa revolucionária é tão grave que o perigo de um golpe de Estado deve ser considerado seriamente em muitos países da Europa. A natureza particular do Estado moderno, a complexidade e delicadeza de suas funções, a gravidade dos problemas políticos, sociais e econômicos que ele está chamado a resolver, fazem dele o lugar geométrico das debilidades e inquietudes dos povos e aumentam as dificuldades que é preciso superar para organizar sua defesa. O Estado moderno está exposto, mais do que se acredita, ao perigo revolucionário: os governos não sabem defendê-lo. E não tem nenhum valor a consideração de que, se os governos não sabem organizar a sua própria defesa, os catilinários, por sua vez, dão provas de não conhecer os elementos fundamentais da técnica moderna do golpe de Estado."

É indiscutível que o livro de Malaparte não quer ser um simples diagnóstico. A posição crítica que seu autor tenta adotar não pode anular o que o livro tem de essencial: seu dogmatismo, seu caráter de breviário tático, igualmente útil para os defensores como para os detratores do Estado. Porque Malaparte reduz tanto a defesa do Estado, em suas diferentes formas de poder estabelecido, como as investidas revolucionárias — que mais do que revolucionárias são simples investidas do golpe de Estado conspirativo —, a um ensino e a alguns conhecimentos táticos e "técnicos". Sendo um manual

tático, era natural que seu autor pretendesse oferecê-lo, como texto de formação, aos governantes e ambiciosos do poder. Mais tarde veremos como lhes serviu tão pouco, não porque lhe houvesse faltado divulgação, nem porque não tenha sido lido com o máximo interesse pelos ditadores e revolucionários pequenos e grandes. Mais de um catilinário da direita, como diria Malaparte, comprazia-se em confessar — como o ouvimos tantas vezes — que se converteu ao fascismo lendo *La Téchnique du Coup d'État*. Mas a Malaparte, sobretudo ao Malaparte dos últimos anos, tais conversões indignariam, pelo menos aparentemente.

O problema da conquista do Estado — e nisso nos parece residir a heresia política e histórica de Malaparte e a razão da falta de realização da sua profecia —, assim como o problema, para ele de colocação idêntica (e que nos parece um sofisma), da defesa do Estado, não seriam problemas políticos, mas problemas técnicos. E isso porque "as condições atuais da Europa e a política dos governos face aos catilinários não podem ser examinadas e ajuizadas segundo o espírito e o método de Maquiavel". As circunstâncias favoráveis ao golpe de Estado não são necessariamente de natureza política e social e "não dependem da situação geral do país. A técnica revolucionária empregada por Trotsky em Petrogrado, em outubro de 1917, para assenhorear-se do poder, daria os mesmos resultados se fosse empregada na Suíça ou na Holanda". É impossível sustentar um critério dogmático mais absoluto na redução da conquista do poder a uma simples técnica e cujo êxito depende exclusivamente do rigor da aplicação.

Malaparte adianta-se a qualquer crítica de seu método, crítica que, como é natural, teriam que formular os que con-

sideram o problema revolucionário, não "exclusivamente", como diz o polemista italiano, mas "substancialmente", um problema político e social. A esses possíveis críticos, e entre os quais nos situamos sem reservas, Malaparte acusa de antemão de ajuizar as situações e os fatos de nosso tempo partindo dos exemplos de uma tradição revolucionária superada, como a de Cromwell, de 18 Brumário e da Comuna.

Se é verdade, porém, que aquela tradição revolucionária tenha sido superada pelas circunstâncias do mundo de nossos dias, não é para justificar-se essa tese rígida, dogmática, de horizontes limitados, em sua maneira de formular o problema do Estado e do poder. Aquela tradição revolucionária já está superada por algumas situações revolucionárias de maior profundidade e com repercussões enormes sobre uma série de realidades, políticas e não "técnicas", que são o Estado, o poder, a política e toda uma relação de forças ativas em luta. O fenômeno revolucionário de hoje é verdadeiramente inédito pela maneira com que mantém em contínua situação de crise a vida política e social. E neste clima de crise devem ser também situadas as transformações políticas, a conquista do Estado, os elementos que definem uma conquista revolucionária do Estado e os elementos correspondentes à manutenção do poder estabelecido ante a investida da conspiração de grupos ou da rebelião das massas.

Não queremos afirmar com isso que tanto a conquista do Estado como a sua defesa não possuam princípios táticos, ou uma técnica segundo a qual se regem os seus respectivos elementos organizativos. Mas precisamente por implicar a conquista do Estado numa tática e numa técnica, os seus princípios não podem ser únicos e de idêntica aplicação, independen-

temente das circunstâncias. Malaparte sustenta que em qualquer país pode rebentar a revolução. Em qualquer país é possível o golpe de Estado revolucionário — ache-se esse país perfeitamente governado ou em plena anarquia —, se se aplicam corretamente os princípios da técnica do golpe de Estado de Trotsky. Tem razão aquele diplomata inglês que retrucou: *"Oh, never!"*, referindo-se, como é natural, à Inglaterra. Mas só tem razão na medida em que se limita a responder aos argumentos que Malaparte põe na boca de Monsenhor Achile Ratti. Porque, se é verdade que em qualquer país é possível a conquista revolucionária do Estado (porque todas as nações participam, de modo mais ou menos profundo, da crise revolucionária do nosso tempo), não quer isso dizer, muito menos, que independentemente da maturidade das circunstâncias revolucionárias, somente uma justa aplicação das normas do golpe de Estado pode provocar uma crise e uma queda que coincidam com a conquista do poder.

Tudo isso porque a heresia política de Malaparte não faz senão inverter os termos naturais do problema. Malaparte sustenta praticamente que o que há de inédito nas circunstâncias atuais da vida política na Europa consiste, mais ou menos, nessa inversão de termos. Em outras palavras, que o que diferencia a nossa época das demais, no que diz respeito às relações e mudanças de poder, é que alguns elementos táticos e a técnica, a organização da conquista do poder, ou concretamente do golpe de Estado — uma vez que o nosso autor não concebe outra maneira de conquistar o poder —, superam de muito em importância as condições históricas mesmas e o seu ônus sobre a vida política, as circunstâncias políticas e

sociais, e o próprio valor da estratégia na conquista revolucionária do Estado moderno.

A favor de sua tese Malaparte invoca, principalmente, as lições da tática revolucionária comunista. Na realidade, na experiência revolucionária e estatal comunista, Malaparte encontra os arquétipos de seu "manual" para o uso dos revolucionários e estadistas triunfantes. Com efeito, Trotsky é para ele o autor de uma técnica perfeita, universalmente válida hoje, de "conservar" o Estado e o poder. E para fortalecer a sua posição rigidamente dogmática, o profeta da técnica do golpe de Estado se vê amiúde na necessidade de forçar, às vezes até falsear sofisticamente, os argumentos, as situações e as diversas construções dialéticas. Assim, como veremos, fará de Trotsky o verdadeiro autor da conquista revolucionária do Estado de Lenine — porque "Lenine é o Estado" — depois de Lenine ter tido, a seu ver, um papel pouco menos do que ridículo na luta. Trata-se de argumentação forçada, de certo modo literária, já que o próprio Trotsky fixou a responsabilidade de Lenine na luta e na formação de critérios irreversíveis de uma estratégia revolucionária comunista, bem como fixou o seu próprio papel subalterno. Forçada é, ao mesmo tempo, a dedução da importância excessiva dos critérios táticos — tão flutuantes, tão submetidos à instabilidade e ao império de umas tantas normas estratégicas perfeitamente traçadas — que Malaparte retira dos ensinamentos escritos ou da prática revolucionária de Trotsky.

A SUPERESTIMAÇÃO DA TÁTICA REVOLUCIONÁRIA

"A técnica do golpe de Estado fez progressos consideráveis depois de Sila", sustenta Malaparte em sua tentativa de

reduzir toda transformação violenta ou revolucionária nas relações de poder à arte do golpe de Estado. "E porisso é claro que as medidas adotadas por Kerensky para impedir que Lenine se assenhoreasse do poder deveriam logicamente ser bastante diferentes daquelas que adotara Cícero para defender a República romana contra a sedição de Catilina. O que em outros tempos era um problema de polícia hoje se tornou um simples problema de técnica... A arte de defender ou conquistar o Estado se modificou no transcurso dos séculos à medida em que se modificava a natureza do Estado. Se umas tantas medidas policiais foram suficientes para fazer face ao plano sedicioso de Catilina, essas mesmas medidas não poderiam servir mais contra Lenine. O erro de Kerensky foi o de pretender defender pontos vulneráveis de uma cidade moderna, com suas centrais telefônicas, suas tipografias, com os mesmos sistemas empregados por Cícero para defender a Roma de seu tempo, na qual os pontos vulneráveis eram apenas o Forum e Suburra".

Se é verdade que as reservas do Estado moderno desempenham um papel extraordinário na vida do mesmo e em toda possível transformação, e se é verdade que Kerensky não soube apoderar-se dessas reservas e manejá-las contra a borrasca revolucionária, é menos exato que a República romana se defendera contra Catilina com simples medidas policiais. O que Kerensky teria manejado, seguindo os métodos de Trotsky e de Malaparte, ou seja: as aludidas reservas do Estado moderno, não bastaria para deter a borrasca revolucionária. Malaparte esquece que, tanto num como noutro caso dos exemplos extremos que citou, tão certo de definir situações extremas, o problema da conquista do Estado ou de sua

conservação apresenta um fenômeno de crise mais amplo, uma crise que se objetiva, entre outros elementos ambientes, numa guerra civil e que integra fatores muito mais importantes do que a simples "arte" ou "técnica" de manobrar reservas funcionais da vida do Estado.

Apresenta-nos Malaparte toda uma série de ilustrações contemporâneas de sua teoria sobre a técnica do golpe de Estado. Em algumas delas, o hábil escritor que ele é, se vale do seu próprio testemunho pessoal, contando-nos friamente suas análises pessoais de acontecimentos reportados *de visu*. Desse último privilégio beneficiou-se nada menos que a revolução comunista fracassada da Polônia (após a I Guerra Mundial) e a revolução fascista triunfante da Itália.

Ao estudar a citada crise revolucionária da Polônia, crise essa que ele acredita poder identificar com toda a Europa, e o seu fracasso quando os comunistas tentaram assenhorear-se do poder, em conseqüência da crise, de tudo isso, ele pretende haver encontrado facilmente a causa. E é, segundo ele, o fato de no primeiro pós-guerra nem "os catilinários da direita, nem os da esquerda terem sabido se aproveitar da experiência da revolução bolchevista". Faltou a todos eles melhor conhecimento do método e da técnica moderna do golpe de Estado, cuja primeira aplicação clássica tinha sido feita por Trotsky. Todos eles possuíam uma concepção antiquada da conquista do poder. A Europa estava por toda parte madura para a revolução. A Rússia também tivera condições revolucionárias excepcionais. Por toda parte havia também um Kerensky. Então, por que a revolução comunista triunfou na Rússia e fracassou, em seguida, em todos os demais países, a começar pela Polônia, Hungria, Alemanha e Itália? Malaparte nos explica porquê. E foi porque os demais países não tiveram um Trotsky

ou não aplicaram a sua técnica para a conquista do poder. Os revolucionários da Europa não souberam compreender que Trotsky, "na concepção e execução de seu golpe de Estado, não havia levado em grande conta as condições excepcionais da Rússia. A novidade introduzida por Trotsky na tática da insurreição era a absoluta indiferença diante da situação geral do país. Sobre a concepção e execução do golpe de Estado bolchevista, haviam influenciado unicamente os erros de Kerensky. A tática de Trotsky teria sido a mesma se as condições da Rússia tivessem sido diferentes."

"Absoluta indiferença ante as condições gerais do país". Estranha afirmação numa obra que pretende estabelecer um diagnóstico exato, antes de planejar um método de ação crítico ao serviço dos que quiserem conquistar ou defender o Estado. Estranha afirmação e ao mesmo tempo radicalmente falsa. Falsa, em primeiro lugar, por seu caráter radical. Falsa, a seguir, por não refletir a realidade dos fatos. É falso que tanto a estratégia de Lenine como a tática insurreicional de Trotsky tenham prescindido das condições gerais russas, tanto ao forjar os instrumentos de ação revolucionária como ao organizar a conquista revolucionária do poder com critérios táticos e estratégicos perfeitamente assimilados à arte da guerra. Pode acaso imaginar alguém uma estratégia e uma tática bélicas que prescindam por completo das condições gerais de um país onde têm que desenvolver as operações bélicas? Além disso, onde leu ou decifrou Malaparte na obra de Trotsky, no frio calculista das oportunidades revolucionárias que era Trotsky, uma absurda afirmação dogmática de tal calibre?

Parece um absurdo que as teses malapartianas tenham tido tanto êxito — pelo menos êxito teórico — entre escritores

políticos, governantes e revolucionários de nossa época. Esta absoluta e descarnada redução dogmática teria sido suficiente para anular os elementos essenciais do seu "manual" para a boa organização e resistência ante o golpe de Estado.

De Georges Sorel aprendeu Cúrzio Malaparte que a greve geral revolucionária constitui um dos elementos cujo manejo adequado pode suster ou provocar a queda do Estado contemporâneo. Mas, para Sorel, a greve geral revolucionária adquire uma espécie de caráter substantivo de elemento histórico integrante de nossa época. A greve geral constitui um fator dinâmico, com função de mito, com repercussões de grande envergadura sobre o nosso destino político e social. E Malaparte a reduz a simples reserva tática que podem empregar à vontade políticos e insurretos bem adestrados pelo "descobridor" do elemento mais importante na instabilidade política da Europa: a "técnica" do golpe de Estado. Poucas vezes se tentou redução mais pobre, mais desaparelhada, mais vazia de conteúdo, para a realidade política significada pelo Estado em nossos dias. O Estado deixa desta maneira muito longe de si a concepção com que souberam substantivá-lo antes Platão ou Hegel, para converter-se num mero mecanismo. Basta possuir as reservas desse mecanismo para dominar firmemente ou conquistar o Estado. E para possuir tais reservas é suficiente entender bem o manual de Malaparte, o descobridor das formas inéditas de conquistar o Estado moderno.

Não importa se o organismo estatatal se encontra em crise ou não. Não importa se as condições revolucionárias modernas, que minam sem cessar a vida dos Estados modernos e que tampouco Malaparte se atreve a negar, tenham amadurecido ou não num determinado círculo nacional. O importante é aplicar à perfeição a tática de Trotsky, para a qual é

completamente indiferente a situação geral do país. Essa tática pode ser posta em prática com igual êxito na Rússia, Holanda, Suíça e... até na Inglaterra. Só que, na realidade, quando Trotsky focaliza o problema da revolução e da conquista do Estado na Inglaterra, quando lhe preocupa por em marcha a técnica do golpe de Estado entre os ingleses, está muito longe de limitar-se ao critério dogmático de seu exegeta italiano. Então ele estuda as condições políticas e sociais britânicas, procura analogia entre o exército puritano de Cromwell e o exército do partido revolucionário de hoje, com as suas respectivas estratégias e táticas. Porque a Trotsky, diferentemente de Malaparte, não lhe parece repugnarem as analogias históricas. Não lhe ocorre que entre Cromwell e Lenine, entre Catilina e os "catilinários modernos" exista um abismo insuperável, determinado por uma mudança radical das exigências táticas na conquista do Estado moderno. "Lenine — escreve Trotsky — não pode ser comparado nem com Bonaparte, nem com Mussolini, senão com Cromwell e Robespierre". Lenine é o novo Cromwell; criar "um partido em armas", que é o que na realidade foi o exército do *Lord Protector,* eis o caminho que Trotsky indicou aos obreiros ingleses para o seu "golpe de Estado" de conquista do poder. E não aplicando ao pé da letra a tática utilizada por ele próprio, Trotsky, na Rússia. Porque "os operários ingleses têm muito que aprender com Cromwell".

Malaparte limitou-se a reproduzir esses conselhos de Trotsky, sem que nos pareça preocupado, por menos que seja, com a mentalidade que os ditou e com o efeito sobre a sua tese em torno de um dogmatismo tático insurreicional e de uma técnica rígida da conquista do Estado.

O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E OS GOLPES DE ESTADO

Malaparte considera o maior erro, tanto dos governantes como dos catilinários, encarar o problema da revolução e da conquista ou defesa do Estado como um problema de polícia. A afirmação é justa, porém inadequado o seu prognóstico. Porque o problema da conquista atual do Estado não é um problema de polícia, mas tampouco é um problema puramente técnico. O ônus dos fatores históricos, políticos, sociais, revolucionários e críticos é enorme. A "técnica", ou a "arte" de conquistar o Estado — no caso de existir uma arte ou uma técnica que se possa estatuir de maneira exemplar e não se trate mais de algum jogo de oportunidades, de intuições, de golpes de vista do homem dotado de faculdades para governar — são elementos decisivos, últimos, epifenômenos de um grande e complicado processo que integra o destino das transformações revolucionárias nos organismos sociais e políticos modernos.

A capacidade de prescindir de todos os demais fatores aludidos, a virtude de conceber a tática revolucionária em suas formas puras "técnicas", libertas por completo de toda problemática de índole política, constitui para Malaparte a condição básica para o êxito na conquista ou defesa violenta do Estado. Uma forma arquétipa de defesa do Estado dentro dos limites parlamentares e burgueses, ante uma tentativa de golpe de Estado, descobre Malaparte na vitória efêmera e sem conseqüência alguma sobre a conquista futura do Estado alemão, por via revolucionária, do chanceler Bauer, em março de 1920, ante o golpe militar de Kapp. Com efeito, por sua

formação marxista, Bauer seria o primeiro a empreender a defesa do Estado por meio da desordem. Foi a primeira vez que um governo constituído utilizou-se da greve geral, paralisando a vida da nação e tornando impossível aos insurretos apoderarem-se dos pontos nevrálgicos do Estado moderno, que não são nem os Ministérios nem o Parlamento, mas as centrais elétricas e ferroviárias, telefônicas e telegráficas, a água, o gás, os abastecimentos. "O erro de Kapp foi interceptar a desordem", disse Bauer, aquele que havia confiado a defesa do Estado a uma greve geral proletária. É claro que, em se tratando de uma simples intentona militar, debilmente organizada, a tática de Bauer triunfou naquele momento. Mas a mesma tática, mais tarde utilizada por Giolitti na Itália, contra uma força revolucionária ativa como a fascista, fracassou redondamente.

Mas no que pese à sua repugnância pelas analogias históricas, Malaparte não pode iniciar as suas considerações sobre a tática revolucionária moderna de conquistar o poder, com a pobre análise do minúsculo duelo Bauer-Kapp. Por isso, considerou Bonaparte o primeiro a empregar, no 18 Brumário, a tática revolucionária moderna num golpe de Estado. O erro que, do ponto de vista da tática revolucionária moderna, cometeu Napoleão consistiu em situar o seu golpe de Estado num plano de legalidade e dentro do mecanismo dos processos parlamentares. Trata-se de um erro que revela, porém, "uma sensibilidade muito aguda para certos problemas atuais do Estado e uma inquietude tão inteligente ante os perigos da multiplicidade e fragilidade das relações entre o Estado e o cidadão, que fizeram dele um homem absolutamente moderno, um europeu do nosso tempo".

O 18 Brumário, afirma Malaparte, é o modelo do golpe de Estado parlamentar. Seus erros de concepção e execução são erros inerentes a todo golpe de Estado parlamentar moderno. É claro que o golpe de Estado bonapartista, legal e parlamentar, tem como alicerce principal uma força: o Exército. No terreno parlamentar procura-se conciliar o uso implícito da violência, representada pelo Exército que está por trás, com o respeito pela legalidade. Porque os bonapartistas, "como todos os catilinários da direita, são homens da ordem, conservadores ou reacionários, que se propõem conquistar o poder com o fim de aumentar o prestígio, a força e a austeridade do Estado. O que eles mais temem é serem declarados fora da lei. O exemplo de Bonaparte, que se torna pálido ao ouvir dizer que pode ser posto *hors la loi,* pertence à tradição revolucionária, da qual eles são os continuadores. Seu objetivo tático é o Parlamento. Querem conquistar o Estado através do Parlamento. Só o Poder Legislativo, tão acessível ao jogo dos compromissos e das cumplicidades, pode ajudar-lhes a inserir o fato consumado na ordem constituída, enxertando a violência revolucionária na legalidade constitucional. O Parlamento é o cúmplice necessário, involuntário e, ao mesmo tempo, a primeira vítima do golpe de Estado bonapartista".

A análise dos fatores atuantes no golpe de Estado de tipo bonapartista, e sobretudo o poder sugestivo que seu modelo exerce no que modernamente se pode chamar, com bastante acerto, de "perigo dos generais", é talvez a melhor parte do livro de Malaparte. E isso se explica por um motivo ou, melhor, além da inteligência penetrante do autor, por um seu defeito orgânico: uma espécie de defeito de visão histórica.

Trata-se de sua capacidade de perceber a influência dos acontecimentos revolucionários nas transformações que supõe a conquista do Estado moderno. Malaparte compreende melhor a atitude dos que ele chama de "catilinários reacionários da direita", no que pese ao fato curioso de que são os "catilinários revolucionários da esquerda" os únicos que oferecem base doutrinária e teórica para a sua análise. Naturalmente, tampouco no golpe de Estado de 18 Brumário, no que ele tem de intrínseco e não no que signifique como arquétipo, consegue ver Malaparte até que ponto opera o jogo substantivo das forças revolucionárias historicamente dinâmicas e politicamente ativas num fenômeno de profundas inserções contra-revolucionárias.

Malaparte assinala toda uma série de golpes de Estado levados a cabo dentro do terreno legal parlamentar e oportunista. E dentro desse mesmo terreno, ele prevê o da conquista do poder por Adolf Hitler. No entanto, incapaz de também ver nesta última conquista tudo o que havia nela de ímpeto revolucionário, mas somente o que havia de reacionário e oportunista, legalista e "combinacionista", profetiza a queda da ditadura nacional-socialista através de um processo dissolvente interno, por lhe faltar uma dinâmica revolucionária. Também profetiza Malaparte — pouco antes de Hitler subir ao poder por via legal e parlamentar — a impossibilidade de que este "César não realizado" siga se mantendo nesse terreno legal e a implícita necessidade do golpe de Estado revolucionário. Malaparte equivocou-se mais uma vez, já que Hitler conseguiu o poder por via exclusivamente parlamentar e oportunista, sem que logo se convertesse em bonapartista, mas

transformando por meios revolucionários um Estado que não tinha conquistado por uma tática de insurreição.

A CONQUISTA DO ESTADO, FATO ESSENCIALMENTE REVOLUCIONÁRIO

Malaparte centraliza a sua tese, como é natural, sobre o fenômeno da conquista e da conservação do Estado na Rússia comunista. Segundo ele, Lenine é o estrategista da Revolução Bolchevista. Trotsky é o tático do golpe de Estado de outubro de 1917. Não é a estratégia revolucionária de Lenine, o espírito que anima a sua ideologia, o que põe em perigo a vida do Estado e constitui o perigo comunista na Europa, mas sim a tática de Trotsky. Contra tudo o que, como vimos em outro lugar, sustenta o comunismo sobre as relações de subordinação da tática à estratégia revolucionária, o perigo comunista, para Malaparte, estriba-se apenas na tática do golpe de Estado de Trotsky. Isto porque a tática revolucionária bolchevista é essencial e de idêntica aplicação em todas as partes. Ela é uma espécie de panacéia universal. Para a conquista do Estado pelo comunismo não é necessário Kerensky e tampouco necessário Lenine. Basta Trotsky e a sua tática. "O que vale é a tática da insurreição, a técnica do golpe de Estado. Na revolução comunista, a estratégia de Lenine não é a preparação indispensável para a aplicação de sua tática insurreicional: ela não pode conduzir, por si mesma, à conquista do Estado".

Eis aí a raíz do sofisma malapartiano da conquista do Estado. Por ser a tática o instrumento, o meio indispensável de uma concepção estratégica revolucionária, converte-se *ipso*

facto no elemento fundamental. E para construir o seu sistema à luz da doutrina trotskista da tática insurreicional, do protestantismo de Trotsky representado por sua tese da revolução permanente e do fracasso do mesmo Trotsky em sua luta pelo poder contra Stalin (fracasso motivado simplesmente porque Trotsky se tornou infiel a Trotsky como tático, enquanto Stalin tornou-se o seguidor de Trotsky na sua tática), Malaparte escreve todo um fantástico capítulo literário sobre as circunstâncias da Revolução de Outubro. Nesse capítulo, Malaparte prescindiu de tudo o que Trotsky nos havia dito em seu livro fundamental *La Révolution d'Octobre*. Nele Trotsky afirmou o primado de Lenine como verdadeiro organizador, ideólogo e conquistador do Estado, como criador de uma estratégia e de uma tática revolucionária na qual o próprio Trotsky confessa ter tido papel secundário.

Lenine, afirma Malaparte, não quer que se acuse o "blanquismo" insurreicional. E esquece que tampouco Trotsky quer que se acuse o blanquismo, ao formular a crítica do blanquismo em sua obra há pouco citada. Lenine quer que a "revolução se baseie não sobre um *complot*, mas num partido e numa classe avançada", sobre todo o povo, sobre o apogeu de uma revolução em ascensão. Mas, forçando em sua construção literária o ponto de vista de Trotsky, Malaparte põe em sua boca a seguinte réplica cuja arbitrariedade de conteúdo é fácil descobrir: "A vossa tática necessita de bastantes circunstâncias favoráveis. A insurreição de nada necessita... A insurreição não é uma arte; é um maquinismo. Para pô-lo em movimento necessita-se apenas de técnicos. Ninguém pode detê-lo, nem sequer os obstáculos. Só os técnicos o conseguirão deter".

Kerensky, afirma o profeta da técnica moderna do golpe de Estado, tomou todas as medidas contra a tática insurreicional de Trotsky. Medidas policiais em primeiro lugar. Mas ninguém usou contra Trotsky o movimento antiinsurreicional de toda a máquina do Estado. Também Kerensky lançou mão da greve geral contra o golpe de Estado revolucionário. Nenhum político europeu da época teria reagido diferentemente. A insurreição é o que dizia Trotsky: "um soco aplicado a um paralítico". Malaparte cita-o sem se dar conta de que com isso põe por terra toda a sua teoria sobre a radical e exclusiva importância da tática insurreicional e a sua preeminência sobre todos os demais elementos integrantes do processo revolucionário.

Porque é um sofisma afirmar que as elites revolucionárias triunfam na conquista do Estado simplesmente porque possuem uma técnica adequada. As minorias revolucionárias ativas, antes de possuir uma tática, possuem uma consciência política, uma consciência revolucionária, uma disciplina de partido e um senso de orientação na estratégia revolucionária, tudo isso elementos superiores a uma tática insurreicional e a uma técnica mais ou menos perfeita do golpe de Estado.

A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DA INSERÇÃO NO MARCO HISTÓRICO NACIONAL

Malaparte fez do método insurreicional de Trotsky ou, melhor, do método por ele atribuído ao famoso chefe bolchevista o modelo infalível para que toda tentativa revolucionária triunfe em todas as circunstâncias e contra qualquer tipo de governo. É tão absurda essa tese, que nos acompanha como

um monótomo *leit-motiv* através de todo o livro, quanto mais que Malaparte tem ocasião de ilustrá-la com exemplos de objetivo completamente contrário. Insurreições comunistas em toda a Europa, levadas a cabo segundo o chamado método de Trotsky, fracassam por motivos que Malaparte, baseado em sua tese, não conseguiria explicar. E entre todas a que mais fracassou foi a própria insurreição de Trotsky contra Stalin na Rússia bolchevista. Ao mesmo tempo, ele nos apresenta uma série de insurreições que de modo nenhum seguem o modelo de Trotsky e que triunfam. Bem como de outras tantas ações governamentais contra tentativas revolucionárias, ações essas que em nada seguem o modelo trotskista ou de Stalin contra Trotsky, que também triunfam.

Mas certamente a parte mais absurda, por prescindir, com um inexplicável esquematismo simplista — compensado talvez por um valor literário que sempre foi a virtude mais assinalada do escritor italiano —, das condições políticas e históricas e, sobretudo, das peculiaridades do fenômeno revolucionário moderno (que possui a sua dialética interna, a qual Malaparte em absoluto entende), é a parte que se refere à luta Trotsky--Stalin e à conservação do poder na Rússia.

Ao estudar essa luta deve-se partir da seguinte colocação do problema: "Se os comunistas de toda a Europa devem aprender de Trotsky a arte de assenhorear-se do poder, os governos liberais e democráticos devem aprender de Stalin a arte de defender o Estado contra a técnica insurreicional comunista, a saber: a tática de Trotsky". Essa luta é a tentativa de Trotsky de assenhorear-se do poder e a defesa por parte de Stalin e da velha guarda bolchevista. É a história de um golpe de Estado sem êxito. Partindo de um critério

tão mesquinho, tão absurdo, tão desprovido de perspectivas, as confusões de Malaparte não têm fim. Trotsky é, sem mais nem menos, um "Bonaparte" vermelho, no que pese ao fato de representar no plano doutrinal a tese da "revolução permanente". Stalin tem consigo a velha guarda, embora, afinal, seja ele quem vai aniquilá-la e estabelecer um verdadeiro bonapartismo na Rússia. Stalin, sucessor de Lenine no poder, defende o Estado e as conquistas revolucionárias contra o Bonaparte Trotsky, mas ao mesmo tempo ele é um *termidoriano*. Mas as confusões, as contradições que Malaparte comete por uma ignorância impressionante do que significa historicamente o processo revolucionário, enchem cada uma e todas as páginas que se referem ao que na verdade não foi na Rússia senão a crescente integração da revolução nos limites de um processo contra-revolucionário, já registrado pela Revolução Francesa.

Porisso assistimos às reduções simplistas e à argumentação malapartiana, assás deficiente. Porisso ele nos tenta demonstrar que o Trotsky da tentativa do golpe de Estado contra Stalin traiu o Trotsky de outubro de 1917, o salvador de Lenine e da causa da revolução. Ao mesmo tempo, insiste em que Stalin aprendeu bem a lição de Trotsky, a saber: que "o problema do Estado moderno é um problema de ordem técnica", ou que "para assenhorear-se do Estado moderno precisa-se de tropas de assalto e de técnicos, de esquadrões de homens comandados por engenheiros. E porisso Stalin triunfa na defesa do Estado".

Se, como tínhamos visto, parecia-nos arbitrária a supervalorização dos elementos táticos na conquista revolucionária, com mais razão, ainda mais arbitrária se nos revela a tese

que nos pretende ilustrar a luta pelo poder na Rússia após a morte de Lenine. Porque essa luta pelo poder, por um poder ainda por se definir, por um poder que a marcha implacável dos acontecimentos revolucionários definirá e delimitará cada vez mais concretamente, é um simples duelo Stalin-Trotsky. Na verdade, Trotsky aplicou com todo o rigor a sua tática insurreicional na luta contra Stalin. Devido a seu dogmatismo, não poderia proceder de outra maneira. E na realidade, Stalin aplicou pouquíssimo do que Malaparte a toda hora chama de "tática" de Trotsky.

Mas na verdade ocorrem muitas coisas que não correspondem ao esquema de Malaparte ao analisar as diferentes fases desse interessante duelo histórico. Porque se trata de um duelo histórico. Um duelo histórico que não é um simples golpe de Estado e tampouco simplesmente defesa do Estado. É uma luta pelo poder, mas um poder em pleno processo de definição e cristalização. E é uma luta na qual as posições doutrinárias e antagônicas desempenham desde o primeiro momento uma importância extraordinária. Trotsky luta em nome da aplicação rigorosa de uns tantos princípios de tática insurreicional que nada têm de estável para a sua mente viva e penetrante. Uns princípios doutrinários que têm na revolução mundial e na idéia da "revolução permanente" a sua raíz essencial. Porisso, Stalin ataca desde o primeiro instante, seguindo o ponto de partida de Lenine, que já havia iniciado uma volta da Rússia "a suas fontes", volta que jamais teria dado Trotsky, com sua tese da revolução permanente.

E na verdade por que venceu Stalin? Por que aplicou contra Trotsky, melhor do que ele mesmo, a técnica insurreicional, mudando-a de direção, mas cujo inventor teria sido

Trotsky? Pode acaso haver visão mais pueril para analisar a marcha de um processo revolucionário? Não; não foi porisso que Stalin e os que o seguiram conseguiram a vitória. Eles obtiveram a vitória porque foram eles que se colocaram a favor da caudal revolucionária em sua inserção histórica normal na vida do povo russo. Porisso a sua política foi mais "realista". Porisso o seu número de seguidores foi maior. Porisso os elementos lhe favoreceram. E porque viu com visão clarividente e exata esse mesmo caminho natural dos acontecimentos históricos é indiscutível que Stalin foi um político de maior visão do que Trotsky.

CONTRA DOGMATISMOS E ESQUEMAS

Detivemo-nos, talvez mais do que devíamos, sobre o livro de Malaparte, extraindo dele o que nos parecia essencial como tese, por várias razões. Em primeiro lugar, trata-se de um livro cujo êxito entre as minorias políticas européias foi incontestável. Como todo bom sofista, ousamos mesmo dizer: como todo grande sofista, no sentido histórico da palavra, Malaparte possui um talento expositivo real e grandes dotes literários. Mas há outro motivo, mais poderoso segundo o nosso modo de ver, que nos determinou a desemaranhar *La Téchnique du Coup d'État* (aliás, também o autor acabou por fazê-lo, ao publicar, depois de vinte anos, a versão italiana do livro), no quadro do presente estudo, que se ocupa do problema revolucionário contemporâneo e da missão que as elites podem desempenhar na superação de suas contradições íntimas. Isso foi promovido por um fato que nos preocupa sobremaneira: é o fato de que grande parte de nossas minorias ativas, minorias revolucionárias, minorias sociais, políticas e inclusive es-

pirituais, tendem também, ainda que adotando pontos de vista diferentes ou opostos ao que utiliza Malaparte, a simplificar uma realidade tão complexa como é a realidade das transformações revolucionárias de nosso tempo. Trata-se de mudanças que afetam de maneira constante a morfologia política e estatal e toda a configuração social contemporânea. As suas raízes são profundas. Os seus diagnósticos são também complicados e lograriam ser exatos na medida em que fossem frutos de grande meditação, de uma singular capacidade de formular amplas sínteses e de abarcar os fenômenos nas perspectivas mais vastas do seu pleno desenvolvimento. E se complexos e difíceis são os diagnósticos, tanto mais difíceis serão as fórmulas salvadoras.

As minorias políticas, tanto as que pretendem dar novo conteúdo à idéia do Estado, como as que pretendem defender toda uma ordem de coisas colocando-se em posições destinadas a preservar de ação demolidora os valores autênticos, não podem condicionar a vida do Estado à boa aprendizagem dos princípios e perigos de uma tática insurreicional. Já vimos que nem sequer um processo revolucionário que se fixa sobre dimensões simplesmente materialistas, e de certo modo mecânicas por seu estreito dogmatismo, como o processo representado pela revolução comunista, pode ser encerrado nos limites de uma visão tão simplista.

A defesa ou a conquista do Estado, entendido este, de certo modo, como autêntica e superior forma de cultura, tal como havia que se entender também a política, tem que partir de uma visão mais ampla e mais completa. Só ela pode oferecer as dimensões autênticas do problema, mas um problema que encontre no processo revolucionário moderno e na sua

compreensão viva pelas minorias do Mundo Livre, a um tempo, a sua chave e o princípio das suas soluções libertadoras.

A "técnica do golpe de Estado", tal como nos querem apresentar à luz dos argumentos há pouco por nós enunciados e da maneira pela qual os políticos e grande número de revolucionários e intelectuais de hoje a ventilam, pretende ser posta a serviço da causa da liberdade. Mas não se pode servir à liberdade com fórmulas e esquemas sociológicos. Só pode ser servida com substâncias vivas, com o *logos* incarnado em espírito e com autêntica penetração nas realidades de um mundo que morre para deixar lugar a um mundo que nasce através das convulsões revolucionárias.

TIRANIA E NEGAÇÃO DA HISTÓRIA

A REBELIÃO DO HOMEM MODERNO

Os acontecimentos revolucionários vivem em nossa época um drama insolúvel. Nesse drama se estriba a terrível tensão em que eles implicam, os enormes esforços humanos e técnicos que mobilizam, os sacrifícios e holocaustos que deixam atrás de si em sua loucura e incontida marcha, sem pontos de partida e sem objetivos claros e precisos. Na realidade, precisamente nisso consiste o *pathos* da identidade entre as convulsões revolucionárias e a tragédia do homem moderno. A partir das revoluções românticas — e a Revolução Francesa não é na realidade outra coisa que não o desencadeamento dos impulsos românticos — o próprio homem se declara em rebeldia total ante a História. O que equivale a dizer que o homem romântico e pós-romântico — e a nossa geração respira à margem de seus avatares, num ambiente de romantismos tardios — vive um sentimento de rebelião permanente. Rebelião contra o conjunto social, contra as formas políticas, contra os valores do espírito, contra os dogmas elaborados, contra a vida e a morte, contra a sua própria finalidade, contra a História compreendida como um fim.

Platão definiu certa vez a filosofia como "meditação sobre a morte". O homem de hoje é incapaz de atingir um saber filosófico autêntico, precisamente porque se acha incapacitado

de uma meditação fecunda sobre a morte. Daí a sua constante rebelião. Uma rebelião além do mais infecunda. Uma rebelião contra o conjunto social e contra as formas políticas, e que desemboca, a cada passo, numa total imersão do homem na vida social, com a perda das suas limitações pessoais, na escravidão perene a uma organização estatal cega e impiedosa. Por sua vez, a rebelião contra os dogmas prefixados encerra um sentimento de total impotência e que faz com que, precisamente os que repelem dogmas de essências transcendentes, enclausurem toda a possível liberdade do espírito em dogmatismos materialistas generosos e limitados. A rebelião contra a morte — e não é outra coisa o comovedor *pathos* existencialista contemporâneo — é igualmente um triste naufrágio humano na desesperação. E por fim, a rebelião contra a Vida e a História, tendo criado normas excelsas de um pensamento "vitalista" e "historicista", faz de nossa época aquela em que têm florescido como nunca a filosofia da história e a filosofia da vida.

Na verdade, não se poderia atingir as dimensões exatas, nem os impulsos autênticos das revoluções de nosso tempo, e seria impossível um processo de síntese adequado, sem perfilhar esse clima de rebelião que, em termos gerais, poderíamos denominar de rebelião contra a História, e no qual vive o homem contemporâneo com o mais dinâmico de seu espírito. O fato de que também a nossa época é aquela que eleva a História, com maiúscula, a um valor absoluto, como o triunfo supremo das forças objetivas, não informa a atitude fundamental niilista ou ativamente rebelde do homem contra a História. A submissão vital a esse poder absoluto que a História exerce sobre os homens do Ocidente, desde Hegel até os nossos

dias, não vem senão demonstrar, como teremos ocasião de ver aqui, a radical a-historicidade do homem contemporâneo.

É verdadeiramente curioso o destino das idéias no Ocidente. Por um trágico jogo de tal destino, ao atingir o pensamento ocidental uma compreensão do homem como ser histórico, o homem se vê numa espécie de fuga — ativa ou passiva, consciente ou inconsciente — da História. Os adversários do historicismo acusam essa moderna modalidade de situar o homem no cosmos, de muitos pecados, alguns dos quais não pertencem propriamente à dialética histórica e sim ao crescimento do divórcio espiritual entre o homem e a História. À diferença de seus mais ilustres filhos espirituais — Dilthey, Spengler, Toynbee —, Giambattista Vico, o autêntico descobridor do mundo histórico, se acha, sob esse ponto de vista, numa posição vantajosa e porisso as suas idéias, no que pese ao aspecto nebuloso em que ainda se acham, são menos vulneráveis como atividade lógica e como pensamento operante do que as dos nossos citados contemporâneos, pertencentes ou não, oficialmente, ao historicismo. Ao descobrir Vico a dupla hipótese perfeita do homem ante o fato histórico — a de fazer a História e a de pensá-la, na famosa síntese do *verum ipsum factum* —, surpreende de igual modo a autêntica compreensão do homem como ser histórico e a substancial integração do homem ao mundo histórico. Possibilidade que de fato soluciona a equação Homem-História em termos do espírito, justifica o incessante dinamismo da vida histórica, as idéias dinâmicas e fecundas de liberdade e finalidade, salvaguarda o tempo imperfeito no plano dialético da eternidade e, sobretudo, detém o estéril mas até certo ponto inevitável naufrágio de seus remotos sequazes numa concepção cíclica e fechada da História.

O descobrimento da História — de uma História vazia de espírito, dessubstanciada e animada por falsos impulsos vitais — coincide também com um magistério dogmático da História e com a conseqüente e implícita rebelião contra ela. A interferência entre o plano do espírito e o plano das atividades políticas e sociais é desse ponto de vista evidente. O magistério dogmático da História não se exerce somente sobre as atividades do espírito. A tirania da História, de uma História vazia, convertida num imenso, espantoso esquema mental, pesa de modo ameaçador sobre o destino político do homem. E nunca se nos revela esse fato em formas tão repugnantes como no destino dos homens nas convulsões revolucionárias.

A HISTÓRIA COMO VALOR ABSOLUTO

Os fenômenos revolucionários modernos, desde o terror jacobino até o terror bolchevista, encontram as energias para seus impulsos políticos e seus movimentos sociais numa verdadeira divinização da História. A História como valor absoluto é a origem da liberdade como idéia absoluta, do direito absoluto, dos princípios absolutos. Por sua vez, todos os princípios absolutos implicam na subordinação do homem concreto e da História concreta ao abstrato, e como tal eis a introdução do terror na História.

Na Revolução Francesa esse processo, fixado em sua órbita — uma concepção em torno da História absoluta e abstrata, a penetração do terror na História, a negação da História como conseqüência dos impulsos revolucionários insolúveis —, encontra uma síntese perfeita na obra de Saint-Just, fulminante presença nos acontecimentos ideológicos rousseau-

nianos. Na Revolução Bolchevista o mesmo processo trágico acompanha desde a sua origem o fenômeno revolucionário e oferece uma apavorante imagem documentária nos grandes "expurgos" políticos comunistas. Entre esses dois momentos capitais situam-se as constantes exaltações e negações da História do século XIX, o niilismo e o terrorismo filosófico, a "ruptura" existencialista, o vitalismo, o historicismo, o primado das forças telúricas sobre as essências espirituais.

Num penetrante e admirável estudo sobre a "religião da virtude", Albert Camus oferece-nos umas tantas reflexões sobre a Revolução Francesa que nos servem para compreender esse primeiro fenômeno revolucionário no que ele significa de rebelião contra a História (*L'Homme Revolté,* Paris, 1953). Saint-Just é a imagem autêntica desse fenômeno em suas últimas conseqüências. Para Camus, Saint-Just não é apenas um contemporâneo de Sade, mas a sua projeção revolucionária. Sade é o profeta do crime, Saint-Just é o apóstolo do terror. Ou da própria História considerada como terror: um acúmulo de princípios formais, abstratos, absolutos, que exigem vítimas, milhares de vítimas, verdadeiros holocaustos humanos. É o império da lei formal, do direito formal, da tirania dos princípios. A frase mais célebre de Saint-Just, que vemos de mil maneiras diferentes reproduzida pelos profetas do terror na Revolução Bolchevista, é esta: "Um patriota é aquele que sustenta a República em massa. Quem quer que a combata parcialmente é um traidor". A Revolução, na mente de Robespierre, de Saint-Just e de Marat, quer atingir a unidade, uma unidade racional na qual a História impera de maneira total. "O que constitui uma República — proclama Saint-Just — é a destruição de tudo aquilo que a ela se opõe". Por sua

vez, Marat exclama, como corolário: "Contestam-me o título de filantropo. É uma grande injustiça. Quem não percebe que eu quero cortar um pequeno número de cabeças para salvar um grande número?" Exatamente o que haveria de dizer Stalin a Churchill, cento e cinqüenta anos mais tarde, ao perguntar o político inglês, com inacreditável ingenuidade, qual teria sido a etapa mais rude na vida política do Czar Vermelho. E Stalin afirmava que "nem tinha sido o momento dos grandes revezes militares da última grande guerra, nem os da luta contra a oposição, mas sim a matança dos dez milhões de *kulaks* para salvar a revolução".

A lógica pura, a moral pura e formal, o reino frio da "virtude", o absolutismo das idéias, a tirania das abstrações, o patrimônio com que os primeiros revolucionários modernos querem encher a História e entronizar em seu nome o Terror, isso tudo conduz, definitivamente, à própria negação da História. Saint-Just formula a alternativa ou a bipolaridade Lei-Terror. Na realidade, os dois conceitos são inseparáveis. Igualmente inseparáveis são moral e terror, bem universal e terror, História e Terror. A primeira vítima desse Terror universal é o próprio revolucionário, o "homem revolucionário", como o chama Saint-Just, "herói do bom senso e da honradez". Vítima, em primeiro lugar, da "vontade geral", uma abstração. Vítima do poder implacável da História, das forças objetivas, que são outra abstração. Os revolucionários franceses são submetidos às "depurações" na realidade não porque sejam "serpentes venenosas", "traidores infames", "assassinos perpétuos da espécie humana". Eles caem, uns após outros, em virtude do imperativo das forças objetivas da História. A "culpa objetiva" surge nos horizontes políticos do homem do Ocidente.

E com ela faz sua entrada nesse mesmo mundo a inutilidade dos maiores esforços revolucionários. Porque "uma revolução como a nossa — escreve Saint-Just — não é um processo, mas um golpe de morte executado sobre todos os homens maus".

A CULPABILIDADE UNIVERSAL

Com a Revolução Francesa toda ação na História já implica em si mesma em idéia de culpa. Dela até Hegel há somente um passo. Porque também para Hegel a História mesma, a humanidade em marcha, é culpa e pecado. "Só na absoluta falta de ação é impossível a inocência", sentencia Hegel. Porque "Hegel perdoa, sem dúvida, os pecados, só ao fim da História", dizia Camus. O seu princípio da "consciência malograda" anima todo o niilismo revolucionário do século XIX inimigo e rebelde perante a História, e o encontramos plenamente atualizado na Revolução Bolchevista. Nos famosos processos dos "expurgos" revolucionários de Moscou e cuja conseqüência é o aparecimento do bonapartismo na Rússia, a "consciência malograda" hegeliana não é apenas uma realidade implícita. É um conceito que acusados e acusadores formulam e invocam em termos estritos. A leitura das atas dos processos de Moscou (*Compte Rendu Sténographique des Débats,* Moscou, 1938; cfr. M. Merleau-Ponty, *Humanisme et Terreur,* Gallimard, Paris, 1947) constitui um elemento por si mesmo aterrador, que nenhuma transfiguração literária, dentre as múltiplas que se fizeram, conseguiu ainda superar. Bukharin, o mais interessante de todos os acusados da velha guarda da Revolução Russa, encarna o drama do homem entre as garras de uma história que algum comentarista chamou de "ambígua" (Merleau-Ponty); mas que, na realidade, identificada com o destino das re-

voluções, começa por ser um "purgatório", como acreditava Michelet, e termina sendo um "fenômeno satânico", como dizia De Maistre. Derrotado não tanto pelas acusações mistificadas por Vishinsky, como pelo próprio ônus dessa história diabólica que alimenta com seu espírito demencial um processo revolucionário, Bukharin recorda textualmente o drama da "consciência malograda" hegeliana: "Cada um de nós — conclui Bukharin — apresentava um peculiar desdobramento da consciência, uma fé incompleta na sua capacidade de ação contra-revolucionária. Não direi que essa consciência nos faltou, mas sim que era incompleta. Daí aquela espécie de semi-paralisia da vontade, aquela diminuição dos atos reflexos... Isso nos provinha da ausência de idéias conseqüentes, menos do que da grandeza objetiva da construção socialista. Aparecia-nos como uma espécie de duplo psicológico. Às vezes eu mesmo me entusiasmava, glorificando em minhas obras a edificação socialista. Mas no dia seguinte me desmentia com as minhas atitudes práticas de caráter criminoso. Formava-se assim o que na filosofia hegeliana se chama de *consciência malograda*. O que caracteriza o poder do Estado proletário não é só ter esmagado as hordas contra-revolucionárias, mas o ter destruído interiormente a seus inimigos, desorganizando a sua vontade" (Cfr. Merleau-Ponty, pág. 72).

A OBJETIVAÇÃO DESPERSONALIZANTE

A Revolução Bolchevista culmina, como processo de queda gradual, no Terror da História, motivado pela idéia da culpa objetiva. Aquele "aceitar a República em massa", de Saint-Just, é levado às suas últimas conseqüências. Com isso, no próprio homem produz-se uma ruptura terrível, originada pelo

próprio choque de sua consciência com o curso dos acontecimentos, com a história impura, imperfeita e contingente. A oposição equivale a traição. A crítica é um fato contra-revolucionário. Não importa se a equipe no poder se torna um eco dessa crítica e faz mesmo triunfar as próprias idéias da contra-revolução. A História formula uma condenação objetiva das conseqüências objetivas de uma posição determinada no processo revolucionário. São os mesmos acusados que devem formular a nova doutrina: a dos crimes contra a majestade das leis históricas em suas perspectivas contingentes. "Quem não aprova uma coisa — disse um dos principais acusados — deve combatê-la. Nessas coisas não se pode julgar em termos de neutralidade". Acusados e acusadores colaboram para demonstrar o valor objetivo da História e a nova teoria da culpa acima de todo elemento de intencionalidade. Não há, portanto, fronteiras "entre as divergências políticas e a traição objetiva; o humanismo se encontra em suspensão, o governo é o Terror" (Merleau-Ponty).

Nasce assim, por uma "perversão essencial", o drama da culpabilidade geral, onde a inocência é sinônimo de poder e vitória. Não há inocência possível para os vencidos e submetidos. Vencidos ou escravos, todos são, *a priori,* culpados. É o que chama Camus de "o mundo do processo": um mundo fechado, circular, onde triunfo e inocência se autentificam reciprocamente. Esse mundo é ao mesmo tempo processo, tribunal e História, ou então inocentes e culpados; ou, melhor ainda, vencedores e vencidos, senhores e escravos, contribuindo para edificar um mesmo Império da História entendida como Terror, um Império que integra em si mesmo a culpa e a morte. O sombrio destino do herói de Kafka, o destino da

culpabilidade fatal, é, na realidade, o destino dos homens integrados na marcha revolucionária em todo o processo revolucionário moderno. O juiz máximo é a História, implacável com os derrotados e débeis, dócil aos vencedores. Não falta certo sentido escatológico — monstruosamente truncado, como é natural — nessa concepção da História como tribunal do crime objetivo. Uma consciência messiânica — igualmente mutilada —, herdada pelo comunismo, tanto de Marx como do niilismo russo, por sua vez, herdeiro das doutrinas religiosas apocalípticas russas, anima também o mundo bolchevista do processo e da culpa.

Esse mundo é compreendido como totalidade. Uma totalidade que integra de igual maneira a ortodoxia revolucionária ou as heresias contra-revolucionárias. É o mundo do terror nacional organizado. Nele tem lugar uma terrível revolução psicológica. A situação do homem nesse mundo do processo, a sua posição ante a História, foi magistralmente traçada por Albert Camus, ao falar no terrorismo de Estado e no terrorismo nacional no seu livro *L'Homme Revolté*: "Ao homem vivo pode-se escravizar e reduzir ao estado histórico de coisa. Mas se ele morre combatendo isso, reafirma a natureza humana que nega a ordem das coisas. Porisso, o acusado não é apresentado e morto à face do mundo se não consente em dizer que a sua morte será justa e conforme ao império das coisas. É preciso que morra desonrado, ou simplesmente não exista na vida, nem na morte. Neste último caso, ele não morre, desaparece. Igualmente, se o condenado sofre um castigo, esse castigo é um protesto silencioso e introduz uma ruptura na totalidade. O condenado, porém, não é castigado, mas sim volta a se colocar na totalidade e constrói a máquina do

Império. Converte-se em simples elo na cadeia da produção, além disso tão indispensável que a seguir não será mais utilizado na produção, por culpável, mas será julgado culpado porque a produção necessita disso... No reino das pessoas os homens se unem pelo afeto. No império das coisas os homens se unem pela delação. A cidade que se pretendia o símbolo da fraternidade torna-se, pois, um formigueiro de homens sozinhos".

NO MUNDO DO PROCESSO

O mundo do processo é uma espécie de mundo absurdo da "ecumenicidade" infernal, se nos for perdoada essa expressão monstruosa. É o mundo em que pululam os delatores, já conhecidos como instituições políticas em outras épocas infamantes, mas nunca registrados como "instrumentos" da História. A inocência suprema pertence a uma idéia abstrata, de natureza racional aparente. Só as abstrações se salvam. Os homens todos são culpados. Desde a Revolução Francesa, nos processos do Terror revolucionário, não são os tribunais que provam culpabilidades, mas os "cidadãos" que são obrigados a provar a sua inocência e o seu "civismo". A idéia abstrata, a única inocente, é a História. Contra ela se rebela o homem há quase duzentos anos e ela se vinga contra o destino do homem mediante um processo de singular astúcia, colocando numa situação trágica o que há de mais nobre no homem: a liberdade de seu espírito. Segundo Marx, a hora da liberdade soaria para ele ao passar "do reino da necessidade ao reino da liberdade". Pois bem, jamais o homem viveu tão submerso, com todas as energias do seu espírito, nas camadas mais inferiores do reino da necessidade. E o mais grave é o fato de

que nesse império da necessidade sobre a liberdade, em grau superior a nenhuma outra época da história, a revolução conseguiu conquistas políticas notáveis e fez com que as suas forças pesassem de maneira decisiva sobre o destino do mundo inteiro. Uma revolução libertadora se converteu numa implacável tirania. A rebelião e a negação niilista iniciais foram totalmente esmagadas como forças políticas e sociais, sobretudo como elementos atuantes sobre o espírito, coisa muito mais grave quanto à total esterilidade histórica dos acontecimentos revolucionários. Tudo isso acabou numa horrível mutilação, na maior desfiguração espiritual do homem. Surge um novo maniqueísmo, mas limitado ao plano exclusivo do fato histórico. Culpa e castigo são as grandes coordenadas dentro das quais está limitado o homem. Trata-se evidentemente do homem que se integrou no plano histórico, a saber: o revolucionário e o contra-revolucionário. A grande massa inerte dos escravos é, nessa concepção, uma espécie de sub-história irrelevante. E como a linha de demarcação entre o revolucionário e o contra-revolucionário não existe, a culpa e o processo são um fenômeno universal.

A INOCÊNCIA PERMANENTE DA HISTÓRIA

Só a História é isenta de culpa. Naturalmente, ela possui maneiras de manifestação objetiva de sua inocência nos acontecimentos. Suas dimensões "escatológicas" são imanentes. Porque se a escatologia comunista nega o elemento eterno, aceita, em troca, por uma argúcia lógica, a bipolaridade culpa-castigo no tempo imperfeito — o único aceito por ela como dimensão da História —, a História nada mais sendo

senão uma série infinita de julgamentos e condenações. Excomunhões, reabilitações, exaltações e quedas infernais eternas, tudo isso terá lugar dentro dos limites da própria História. sucessão cíclica de processos. A inocência permanente da História manifesta-se na eterna inocência dos vencedores. Não é uma simples inocência segundo a opinião dos seguidores, com a conseqüente salvaguarda da "honra" revolucionária, mas uma inocência "objetiva", testemunhada por uma História objetiva, que age como juiz absoluto e cujas sentenças são inapeláveis.

Na mais espetacular revolução moderna do homem, como observa outra vez Camus, cumpre-se o trágico e surpreendente itinerário de Prometeu. Rebelde ante a História como expressão do eterno, ao mesmo tempo que justificadamente rebelde ante a História como degradação do eterno, o homem inicia a mais singular tirania da sua vida terrena cheia de vicissitudes. A tirania de uma História objetivada, convertida em esquemas econômicos, divorciada do Espírito. Toda neutralidade, tanto na Revolução Francesa como na Comunista, é, objetivamente, hostilidade e culpabilidade. A culpabilidade em potência é universal. A História é um demiúrgo que castiga sem cessar aos culpados. Dessa forma, todo sentimento de rebelião é anulado e exterminado em seu nascedouro. A revolução "obriga-se a tornar responsável a qualquer homem, até o mais servil de todos, pelo fato de que haja existido rebelião alguma vez ou de existir ainda debaixo da terra. No universo do processo finalmente conquistado e acabado, um povo de culpados caminhará sem tréguas para uma inocência impossível, sob o olhar amargo dos grandes inquisidores. No século XX, o poder é triste" (Camus).

A legenda do Grande Inquisidor foi, na mente de Dostoievski, o mais impiedoso processo contra o mundo ocidental. Na realidade, ela foi a melhor profecia do universo histórico do processo e da culpa, na Revolução Bolchevista.

Uma rebelião que se inicia em nome da liberdade naufragada nas tristes contradições do mundo da necessidade. A tirania da História é a tirania do niilismo. Ela participa das mesmas essências que a tirania jacobina da virtude e da razão. Como ela, é sangrenta e concreta tirania dos princípios abstratos. Quer racionalizar a liberdade. Pretende racionalizar a História. E tudo termina na tirania da necessidade e tirania da História abstrata desolada pelos furacões de um implacável niilismo. Uma rebelião com ambições libertadoras, que mobiliza durante mais de um século e meio as maiores energias vitais do Ocidente, que abala os seus fundamentos sociais e as suas instituições políticas e que pretende ser uma rebelião contra a História, com maiúscula, acaba proclamando o domínio inapelável da própria História. Mas trata-se de uma submissão baseada no próprio niilismo histórico. Uma submissão estéril, abstrata. E contra a História, de tal maneira compreendida, a rebelião continua sendo necessária. Exigem-na mitos insatisfeitos, anelos libertadores naufragados na tirania e na escravidão; mas, sobretudo, impõem-na exigências íntimas da liberdade do homem e que sobrevivem ainda nas fontes inesgotáveis do Espírito.

A TIRANIA DA HISTÓRIA ABSTRATA

A trágica experiência que os processos modernos realizam, proclamando a supremacia da História, é uma experiên-

cia bastante instrutiva para as minorias espirituais de nosso mundo atormentado. Suas bases são as de uma rebelião prometéica. Seu mecanismo desencadeia forças telúricas. Porisso, essa mesma rebelião está a um passo da tirania. Uma tirania que consente em qualquer coisa menos o mais elementar sentimento de rebelião, e que mata a nostalgia mesma da rebelião. Essa experiência não é outra senão a daquele "sermão terrível da revolução", a que se referia De Maistre, e que todas as convulsões revolucionárias modernas nos apresentam e às elites espirituais do mundo que nasce. As elites podem aprender com ela que a História "não é fonte de valor, mas fonte de niilismo" (Camus) e que, portanto, deve-se limitar a História e o seu poder, o seu ônus sobre o destino e a liberdade do homem, com o seu incontrolável domínio delirante. A rebelião contra a História, compreendida esta como limite absoluto do homem e como demiúrgo primitivo, implica em algo mais do que na possibilidade de libertar-se das contradições sobre as quais se baseiam os processos revolucionários. Implica em saber se uma revolução autêntica, na liberdade e no Espírito, animará as futuras integrações políticas e sociais. Um sentimento de liberdade e uma concepção do Espírito que, desde Hegel até a tecnocracia comunista, é imanência histórica. Mas o homem contemporâneo necessita de voltar a participar no próprio mundo histórico atuante, dinâmico, e no *logos* transcendente e na vibrante pulsação do eterno.

Nada mais patético em nosso tempo do que o destino do homem rebelde no "paraíso" comunista. Todo sentimento de protesto é ali esmagado na origem, a saber: nos mais recônditos rincões da mente e da consciência. Toda sombra de liberdade desapareceu, já que não somente as liberdades

políticas são perseguidas até os extremos, mas o controle é exercido sobre todas as reservas do espírito. As depurações constantes, a crítica e a autocrítica, os processos adotados como meio de permanente vigilância revolucionária, o universal clima de culpabilidade, criam, de fato, por sua extremada tirania, a mais espantosa anarquia. Essa situação revolucionária patológica apresentaria dimensões relativas se pudéssemos circunscrevê-la somente à revolução comunista. Mas as suas manifestações afetam a todo o âmbito dos processos revolucionários modernos. Naturalmente, as suas manifestações têm sido mais espetaculares na Rússia e em todo o mundo dominado pelo universo contra-revolucionário bolchevista. Os famosos "processos" comunistas de Moscou, antes da última Grande Guerra, e os "processos" decalcados sobre eles na Europa e na Ásia comunistas do pós-guerra, constituem a imagem que reflete as degradantes condições humanas em que naufragam as revoluções contemporâneas.

Alguém definiu os processos de Moscou como "o drama da honradez subjetiva e da traição objetiva". Dessa maneira, o processo nada mais é que uma antecipação do julgamento dos fatos e acontecimentos em si mesmos, mas ao mesmo tempo uma garantia das vitórias revolucionárias contingentes. Acusados e acusadores estão de acordo sobre o "princípio da responsabilidade histórica". Os acusados convertem-se em acusadores de si próprios e, para revelar a sua honradez subjetiva, temos que penetrar não apenas mais além da ação requisitória, mas para além de suas mesmas declarações. Os acusados, os dirigentes da velha guarda que sucumbiram sob a acusação de dirigir manobras contra-revolucionárias, mais que sob a influência de um traumatismo psicológico, encontram-se de-

baixo do terror de um traumatismo histórico. Trata-se de um terror carregado de um racionalismo enregelante. Os acusados chegam a colaborar com autêntica lucidez, com método, numa tarefa na qual põem impressionante seriedade e empenho. A tarefa de colaborar com uma grande ação histórica, acusando-se dos piores crimes. Eles negam nessa tarefa toda identidade com os desequilíbrios da "alma russa". À História muito interessa que o neguem, que sua atitude, de aparente "normalidade", seja perfeitamente concorde com a boa lógica. Bukharin é novamente o caso típico, porque foi também na aparência o mais valente dos acusados, o mais preocupado em salvar perante a posteridade "a honra revolucionária". "Permaneci mais de um ano no cárcere — diz Bukharin nos debates do processo —, onde trabalhei, realizei tarefas, conservei a lucidez do meu espírito... Neste processo tomei a minha defesa jurídica, orientei-me sobre o assunto e entrei em polêmica com o juiz. E qualquer pessoa, por menos conhecedora que seja dos diferentes ramos da Medicina, seria obrigada a reconhecer que não se trata de uma hipnose. Explica-se amiúde o arrependimento por um estado de espírito à Dostoievski, graças às qualidades específicas da alma (eslava). Isso é verdadeiro, por exemplo, para os personagens como Alioscha Karamazov e para os personagens de novela, tais como *O Idiota* e outros tipos de Dostoievski. Eles estão dispostos a proclamar em praça pública: "Castiguem-me, ortodoxos; sou um criminoso". Mas não se trata disso. Em nosso país a alma eslava e a psicologia dos heróis de Dostoievski são coisas há tempo ultrapassadas. Esses tipos já não existem entre nós".

Como vemos, os próprios acusados contribuem com a sua acusação para que todo elemento subjetivo desapareça do

processo. E fazem-no com, ao menos aparente, lucidez, já que uma História devoradora de seus próprios filhos, como Saturno, não admite vítimas com uma "baixa" psicologia, sem lucidez, sem aquela dominante racionalidade que tem que inspirar toda ação revolucionária sob o império de uma História, sempre acusadora e sempre inocente. Mas se não se admite a idéia de um traumatismo psicológico, uma realidade talvez mais grave abre então o seu caminho. A idéia de um verdadeiro traumatismo histórico. Com o seu triunfo, todo sentido de historicidade do homem, todo autêntico sentimento histórico integrador está condenado à morte. Essa profunda preocupação de exaltar constantemente a História, em termos de absoluta racionaildade, abre um caminho fatal à anarquia espiritual e à anarquia de todo sentimento histórico.

NEGAÇÃO DA HISTÓRIA

Se nos esforçamos tanto por decifrar a conseqüência última da revolução comunista e a cadeia de acontecimentos colossais que fizeram irrupção no mundo em função dela, nossa intuição, corroborada pelas desconcertantes perspectivas na ordem do espírito e dos fatos políticos e sociais que nossa época nos oferece, indicar-nos-ia que a revolução comunista e os possíveis mitos libertadores que ela mobilize, mesmo fora do seu infernal domínio, significam um singular caminho para a anarquia. Para um tipo de anarquia histórica, que o mundo jamais conheceu. Porque nunca, e desde que as primeiras forças gregárias constituem organicamente as bases dos núcleos sociais primitivos, até que uma ordem cristã apresentou a plenitude humana de uma integração relativa entre Política e Espírito Santo, nunca as grandes organizações sociais haviam re-

gistrado a tirania histórica das abstrações como o mundo que nasceu em conseqüência da revolução comunista.

À primeira vista, a nossa afirmação pode parecer um absurdo. Porque à primeira vista a construção do Estado comunista parece inabalável. Pulverizadas as antigas classes sociais e as antigas instituições, a revolução comunista criou uma nova ordem social, com suas castas, com seus comandos aos quais se obedece cegamente, com instituições sólidas, inclusive com mitos operantes ainda no mundo. Mas tudo isso se desenvolveu em grau máximo. Tudo foi levado às suas últimas conseqüências. E tudo repousa sobre contradições insolúveis, históricas e espirituais. A tirania das abstrações tem sido identificada com um verdadeiro fetichismo da História. De uma História cheia exclusivamente de barro da matéria e da contingência, uma História sem espírito e onde a fé substancial numa ordem transcendente foi substituída por uma fé cega e mesquinha no bem-estar material, de resto também inexequível. Uma ordem social sem sentimento de hierarquia, sustentada somente por fetiches e dogmas e por algo mais terrível do que o "grande medo" que provoca sempre as convulsões revolucionárias: o agnosticismo fatalista, no que pese à sua paixão aparente e a seus fanatismos, e no que diz respeito ao lugar do homem como elemento ativo da História. Um Estado forte, terrivelmente forte e impiedoso, mais forte e impiedoso do que qualquer forma de absolutismo no Ocidente e do que qualquer forma de satrapismo no Oriente, que tudo domina e que escraviza com suas abstratas fórmulas de existência e suas exigências a milhões de seres, mas um Estado morto e fadado a qualquer momento à pior anarquia. Aquela anarquia que nasce do fato de que os nexos sociais deixaram, durante um

instante singular de crise, de ser também nexos espirituais e converteram-se em vazios nexos gregários, que nem sequer a sociologia mais positivista e naturalista se atreveu a privar em absoluto da alma.

A MAIOR ANARQUIA

As elocubrações ideológicas e espirituais russas criaram no século passado uma doutrina e uma experiência niilista e anárquica. Foram na verdade as experiências ideológicas russas que maior projeção universal tiveram. Aprofundando a questão, chegaríamos inclusive a comprovar que foram as únicas experiências espirituais russas que atingiram certa universalidade. O parentesco entre elas e a ulterior doutrina e a prática bolchevistas é muito maior do que à primeira vista se acredita. Com efeito, um estudo minucioso do anarquismo e do niilismo moscovitas nos mostraria como a sua doutrina da destruição mais ou menos total dos valores históricos europeus conduziria indefectivelmente à substituição daqueles valores por valores russos. Pulsava, na irrupção desse mundo do nada, um nacionalismo russo exacerbado e incontrolado, um desejo de universalizar os elementos dissolventes da espiritualidade russa.

E quanto ao comunismo, convertido numa força de peso e em ameaça mundial, pode-se dizer que existe maior parentesco entre ele as correntes niilistas e anarquistas do século XX, de um Herzen, Bakunin ou Kropotkin, do que entre ele e as doutrinas marxistas, tão amiúde invocadas por seus chefes ideológicos. Considerado assim e somente assim, poder-se-á compreender a enorme importância que tem na experiência

comunista a bipolaridade tirania-anarquia. Fruto de um sentimento inicial de rebelião contra normas prefixadas e instituições estabelecidas, o comunismo vai desaguar num estado de tirania total. Nesse estado de total tirania, todo sentimento crítico morreu, todo instinto de rebeldia é assassinado em sua matriz, até a própria nostalgia da rebelião é perseguida mesmo nos íntimos rincões do espírito. Nesse estado de total tirania e opressão espiritual, pensa-se segundo dogmas prefixados, age-se segundo normas exclusivas, opera-se somente através de esquemas mentais conhecidos, vive-se em instituições leviatanicamente absorventes, elimina-se toda veleidade destinada a perfilhar uma individualidade.

E a maior conseqüência de tudo isso? Aparentemente, é a ordem, a disciplina, a hierarquia, a obediência, a efetiva colaboração numa ingente obra coletiva, numa enorme empresa de solidariedade social e humana. Nada mais do que aparentemente. Porque onde parece estar a ordem não existe outra coisa que não o substitutivo de uma anarquia espiritual profunda; no lugar da disciplina orgânica e integradora só há dogmatismo estéril e impiedoso, imposto pelo fogo e o sangue; a hierarquia elimina a dualidade, o diálogo, a justa classificação de valores; a obediência é apenas medo e embrutecimento; a participação efetiva, com a força do espírito, da opinião e da integração consciente nas grandes tarefas do Estado e da vida política, não existe em absoluto.

A maior tirania foi a causa da maior anarquia de todos os tempos. A tirania estatal e política bolchevista conseguiu dominar, reduzir a nada a personalidade de centenas de milhões de seres humanos. O resultado não tem sido nenhum grande empreendimento criador, mas, ao contrário, uma singular em-

presa anuladora. A liberdade assassinada, a liberdade mutilada, a liberdade perseguida nos corações e nas consciências, vingou-se de maneira espetacular contra a grande tirania. Sacudiu fora o jugo das forças históricas através da grande anarquia. Ela fez com que, uma vez sacrificada pelos sombrios cavaleiros armados de metralhadora do seu Apocalipse, o poder supremo seja o mais triste poder de quantos registram os tempos, um poder temido por todos e por ninguém amado, obedecido por todos mas sem a adesão íntima de ninguém, um mundo de sombras e de *robots,* um mundo de ódio e desolação.

Porisso, desse mundo sombrio da tirania-anarquia, uma só coisa é possível esperar-se: a reviravolta para revalorizar a liberdade e restituir ao homem as suas prerrogativas humanas.

MINORIAS DO FUTURO

Mas se no campo social e político poderia o mundo, a caminho da anarquia universal, ser facilmente curado por uma revolução de signo espiritual igualmente efetiva, existem, no entanto, perigos sérios de uma ruptura profunda da idéia de ordem e da hierarquia de valores, se levarmos os resultados da experiência comunista para o plano mundial, ou da autêntica consciência histórica do homem moderno. É na verdade trágico que precisamente na época em que o homem ocidental descobre o mundo histórico e se vê encaminhando para a aquisição de uma autêntica consciência histórica — a consciência do homem que faz e pensa a história —, um fenômeno revolucionário, mobilizado por uma estrutura anímica essencialmente niilista, como a do povo russo, converta a própria His-

tória num esquema, numa abstração tiranizante do homem e destruidora, portanto, de toda possível consciência histórica, autêntica e viva no próprio homem.

Esse problema não deve ser indiferente em absoluto, sobretudo num plano em que acaso seria supérfluo, mas onde as suas conseqüências são enormes. Trata-se do plano de uma possível ordem política internacional, num mundo que procura incessantemente a paz, mas que está continuamente sob a ameaça de uma guerra mais destruidora do que quantas se conheceram até hoje — um caminho aberto para a grande anarquia histórica, última conseqüência da grande tirania da História sobre a pessoa humana, em nome de uns tantos princípios abstratos que nada têm a ver substancialmente com a História, nem com o Espírito e nem com a Vida.

Se o mundo quer salvar a si mesmo da anarquia, é mister que em seu seio, segundo o espírito que anima necessariamente as suas minorias autênticas, nobres no sentido espiritual mais alto, encontre energias suficientes para que dois processos imprescindíveis se tornem realidade. O primeiro processo consiste em conseguir a unidade e a fortaleza bastantes para esmagar politicamente o comunismo e o seu poder imperialista, baseado em dogmas materialistas. O segundo consiste em refazer toda uma hierarquia de valores humanos e sociais capazes de curar as enormes feridas espirituais que a chamada revolução comunista abriu em nome da suprema majestade de uma História tirânica e cheia de terrores.

O sentimento de angústia, provocado pelo grande naufrágio das tentativas libertadoras por caminhos revolucionários, é superior em nossa época a todo período de crise jamais re-

gistrado pela Humanidade. Muitas vezes o homem sentiu solidão diante do mundo, face a uma sociedade que sucumbia antes que outra nascesse ou enquanto surgia outra inexequível para ele, mas a atual é a solidão diante da morte, sem que o seu espírito se sinta animado pela idéia da imortalidade. Esse sentimento de angústia e de terror ante a própria História é um sentimento inédito, pertence a um homem que fez uma experiência revolucionária como a dos nossos dias — sombria experiência da qual ele só poderá se libertar através de uma grande rebelião de suas minorias.

ESTE LIVRO ESTÁ
INCLUÍDO ENTRE AS
OBRAS SELECIONADAS
PARA SEREM REMETIDAS
MENSALMENTE AOS SÓCIOS
DO

CLUBE DO LIVRO CÍVICO

(Maiores detalhes sobre essa instituição
nas páginas seguintes)

A inteligência brasileira sitiada:

COMO ROMPER O CERCO DA "REVOLUÇÃO CULTURAL"

Responda você mesmo, ou faça o teste com seus amigos: dos livros abaixo relacionados, quais aqueles que leu ou dos quais já ouviu falar?

A EXISTÊNCIA DE DEUS E A IMORTALIDADE DA ALMA, de Michele Federico Sciacca

A AMEAÇA TECNOCRÁTICA, de Juan Vallet de Goytisolo

MODELO POLÍTICO PARA O AMANHÃ, de Frederick Wilhelmsen

A AGONIA DA IGREJA, de Antonio Pacios

O QUE ACONTECEU NO VATICANO II, de Ralph Wiltgen

A RELIGIÃO AO GOSTO DA MODA, de Jean Marie Reusson

JESUS CRISTO: COMO ELE ERA ANTES DE TORNAR-SE UM "SUPERSTAR", de James K. Fitzpatrick

O QUE MARX DISSE E POR QUE ELE ERROU, de Fernando Ocáriz

A SUBVERSÃO ONIPRESENTE, de Roger Mucchielli

O PODER DESTRUTIVO DA DIALÉTICA COMUNISTA, de Júlio Meinvielle

A ECLIPSE DO PECADO NO MUNDO MODERNO, de Jesus Garcia Álvarez

A MORAL NOS POVOS PRIMITIVOS, de Richard Mohr

A AUTODISCIPLINA MORAL NUMA SOCIEDADE PERMISSIVA, de Cormac Burke

A AUTORIDADE SOB O ASSALTO DA CONTESTAÇÃO, de Thomas Molnar

O EQUÍVOCO FUNDAMENTAL DA DEMOCRACIA, de Alfredo Roncuzzi

A DITADURA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, de Hughes Kéraly

FUNDAMENTOS E OBJETIVOS DO NACIONALISMO, de Horia Sima

A PERIGOSA AVENTURA DA TEOLOGIA "PROGRESSISTA", de Cornélio Fabro

RAZÕES PARA SER CATÓLICO, HOJE, de Charles Boyer

O CAMINHO DA SANTIDADE NO MUNDO DE HOJE, de Roger-Thomas Calmel

CAMINHOS QUE LEVAM A DEUS, de Reginald Garrigou-Lagrange

MISÉRIAS DO ANTICOMUNISMO, de Aurele Kolnay

O COMUNISMO DIANTE DE DEUS, de Marcel Clément

VALORES FUNDAMENTAIS DA SOCIEDADE, de Octávio Nicolás Derisi

DEFORMAÇÕES E PERVERSÕES DA MORAL, de Dietrich Von Hildebrand

O HOMEM QUE DESMASCAROU FREUD, de Louis Jugnet

INFORME AOS HOMENS DE CIÊNCIA RELIGIOSAMENTE SUBDESENVOLVIDOS, de Júlio Garrido

A sonegação ao público brasileiro — pelas editoras e livrarias que controlam o mercado cultural — de autores e obras desse gabarito e dessa orientação constitui um autêntico trabalho de *deformação das consciências,* em que se reflete o objetivo maior e a suprema realização da REVOLUÇÃO CULTURAL em nosso País: intelectuais e estudantes sendo condicionados a se inclinarem automaticamente na direção de posições ideológicas radicais, neles subliminarmente instiladas...

Para romper esse *cerco* à inteligência brasileira, foi constituído pela editora MUNDO CULTURAL LTDA. (que edita as revistas *Mundo Econômico, Político & Social,* e *Mundo Agrícola*), o CLUBE DO LIVRO CÍVICO.

EM QUE CONSISTE O C.L.C.?

(O regulamento encontra-se nas páginas seguintes.)

Sob os auspícios do C.L.C., está sendo editado todo mês, a partir de janeiro de 1977, um livro, de aproximadamente 200 páginas cada um, de autoria de especialista de renome internacional e versando sobre os mais sugestivos temas da atualidade, nos campos da:

— economia — filosofia — política — história
— sociologia — religião — psicologia — ciências naturais.

Os assuntos de cada edição são programados cuidadosamente, de forma a apresentarem, no seu conjunto, um razoável balanceamento entre esses vários campos e, assim, atenderem às mais diversas preferências do público.

Tais livros são remetidos mensalmente (pelo correio, mediante registro postal) ao endereço das pessoas inscritas como associadas do C.L.C.

As inscrições são feitas sempre por períodos de 12 meses, nelas autorizando o associado a que lhe sejam cobradas, por via bancária, as 12 mensalidades respectivas.

Durante esse período, o associado paga mensalmente uma contribuição previamente estipulada (nesta fase de lançamento, Cr$ 50,00 por mês) e que permanece inalterada por esses 12 meses (independentemente das elevações que possam ocorrer nos custos de papel, gráfica, mão-de-obra, tarifas postais etc.).

Antes de esgotado cada período de 12 meses, o associado receberá uma comunicação do C.L.C. acerca do montante da contribuição para o período de 12 meses seguintes (podendo tal contribuição ser mantida inalterada ou ser reajustada em função de eventuais elevações de custo). Face a essa comunicação, ou a outros quaisquer fatores, será livre ao associado optar por seu desligamento do C.L.C., cessando, portanto, quaisquer compromissos de sua parte quanto a pagamentos no período subseqüente.

LIVRO-BRINDE — Ao associado que mantiver em dia seus pagamentos ao C.L.C., além dos 12 livros mensais (pagos), será oferecido, no 12.º mês, junto com a edição normal da época, um 13.º volume, inteiramente grátis, isto é: como *brinde* do C.L.C. aos seus associados pontuais.

VANTAGEM MAIOR — Aos sócios que o desejarem, há ainda a possibilidade de fruição de uma vantagem adicional.
Trata-se do seguinte:

Conforme se mencionou, a forma normal de filiação ao C.L.C. é mediante a autorização para cobrança de 12 mensalidades sucessivas

(cada uma, nesta fase de lançamento, estipulada em Cr$ 50,00). Isto significa que, no decurso dos referidos 12 meses, o associado paga um total equivalente a 12 vezes o valor da mensalidade (nesta fase de lançamento, 12 x Cr$ 50,00 = Cr$ 600,00).

Mas o associado pode optar por uma remissão antecipada das suas contribuições. Neste caso, o "sócio remido" (sempre por período de 12 meses) paga, ao se inscrever, apenas o equivalente a 10 contribuições (nesta fase, 10 x Cr$ 50,00 = Cr$ 500,00).

Com esse pagamento antecipado, o "sócio remido" faz jus a todas as vantagens dos demais sócios (recebimento, em seu endereço, dos 12 livros mensais mais o brinde de um 13.º volume etc.) e, ainda, ao abatimento no total da sua contribuição (abatimento este que, na atual fase de lançamento, corresponde, como se viu, a uma rebaixa de Cr$ 600,00 para Cr$ 500,00).

☆

Para inscrever-se no CLUBE DO LIVRO CÍVICO, preencha o cupão "Inscrição Própria". Para oferecer uma inscrição a um amigo, preencha o cupão "Inscrição de Terceiro". Depois, é só encaminhá-lo (ou encaminhá-los) para:

MUNDO CULTURAL LTDA.
Clube do Livro Cívico
Av. Paulista, 2.494 — Conj. 103 — CEP 01310
Caixa Postal 9.667 — CEP 01000
São Paulo (SP)

Em nenhum caso é preciso juntar cheque ou qualquer outro meio de pagamento, pois a cobrança respectiva será feita oportunamente, por via bancária.

(VEJA CUPÕES DE INSCRIÇÃO NAS PÁGINAS SEGUINTES.)

OBSERVAÇÃO: Para não danificar este volume, tire fotocópia ou xerox dos cupões, utilizando as reproduções para efetuar as inscrições desejadas.

INSCRIÇÃO PRÓPRIA

Solicito minha inscrição no CLUBE DO LIVRO CÍVICO, a partir do mês de ..... de 19..., observadas as condições seguintes:

1) Autorizo que me seja feita, por via bancária, a cobrança da(s) contribuição(ões) correspondente(s) ao regime cujo quadro vai em seguida assinalado por um X:
   - ☐ PAGAMENTOS PARCELADOS MENSAIS (12 de Cr$ 50,00 cada).
   - ☐ PAGAMENTO ANTECIPADO ÚNICO (Cr$ 500,00).
2) Faço jus a receber mensalmente em meu endereço, abaixo indicado, durante 12 meses sucessivos, uma nova edição do C.L.C.
3) No 12.º mês, estando em dia os pagamentos referentes a esta inscrição, além do livro normal do mês, receberei como brinde um livro extra.
4) Antes de expirar o período de 12 meses de minha atual inscrição, receberei do C.L.C. informação sobre qual o montante da contribuição dos associados para os 12 meses subseqüentes.
5) Findos os 12 meses correspondentes à minha atual inscrição, é-me inteiramente livre optar pelo meu desligamento do C.L.C., cessando a partir de então qualquer obrigação de minha parte quanto a pagamentos subseqüentes.
6) Para, se for o caso, formalizar meu desligamento do C.L.C., após os 12 meses correspondentes à minha atual inscrição, bastará uma comunicação minha por escrito ao C.L.C., sendo tal comunicação aceita independentemente de qualquer outra condição.

Data: .....

Nome por extenso: .....

R.G. n.º ..... C.I.C. n.º .....

Endereço: .....

CEP, cidade e Estado: .....

_____

(Assinatura)

INSCRIÇÃO DE TERCEIRO

Solicito inscrever no CLUBE DO LIVRO CÍVICO, às minhas expensas e a partir do mês de ..... de 19...., a pessoa que é indicada abaixo como "Beneficiário", observadas as condições seguintes:

1) Autorizo que me seja feita, por via bancária, a cobrança da(s) contribuição(ões) correspondente(s) ao regime cujo quadro vai em seguida assinalado por um X:
   - ☐ PAGAMENTOS PARCELADOS MENSAIS (12 DE Cr$ 50,00 cada).
   - ☐ PAGAMENTO ANTECIPADO ÚNICO (Cr$ 500,00).
2) O "Beneficiário" abaixo indicado receberá mensalmente, em seu endereço, também abaixo indicado, durante 12 meses sucessivos, uma nova edição do C.L.C.
3) No 12.º mês, estando em dia os pagamentos referentes a esta inscrição, além do livro normal do mês, o "Beneficiário" receberá como brinde um livro extra.
4) Antes de expirar o período de 12 meses da atual inscrição, receberei do C.L.C. informação sobre qual o montante da contribuição dos associados para os 12 meses subseqüentes.
5) Findos os 12 meses correspondentes à atual inscrição, é-me inteiramente livre optar pelo encerramento de minha responsabilidade quanto à filiação do "Beneficiário" no C.L.C., cessando a partir de então qualquer obrigação de minha parte quanto a pagamentos subseqüentes.
6) Para, se for o caso, formalizar o encerramento de minha responsabilidade em relação ao "Beneficiário", após os 12 meses correspondentes à atual inscrição, bastará uma comunicação minha por escrito ao C.L.C., sendo tal comunicação aceita independentemente de qualquer outra condição.
7) O "Beneficiário" da presente inscrição é:

Nome: .....

Endereço: .....

CEP, cidade e Estado: .....

Data: .....

Nome por extenso
do ofertante: .....

R.G. n.º ..... C.I.C. n.º .....

CEP, cidade e Estado: .....

_____

(Assinatura)

PARA ESCAPAR DOS ARDIS DA "REVOLUÇÃO CULTURAL"

é preciso contar também com a informação objetiva e oportuna sobre os acontecimentos do dia-a-dia no País e no mundo.

Tudo o que de importante se deve saber, sem as escamoteações das manchetes e das formas de apresentação, bem como quebrando a "conspiração do silêncio" em relação ao que *eles* não querem que se saiba, figura nas páginas de

MUNDO ECONÔMICO, POLÍTICO & SOCIAL

— uma revista trimestral de informação e análise.

Circula em março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com aproximadamente 120 a 130 páginas por número.

Torne-se assinante e ofereça uma assinatura a seu amigo.

Preço da assinatura (para 4 números): Cr$ 70,00.

(VEJA CUPÕES DE INSCRIÇÃO NAS PÁGINAS SEGUINTES)

Assinatura Própria

A
MUNDO CULTURAL LTDA.
Caixa Postal 9.667
01000 — São Paulo-SP

Para pagamento de minha assinatura da revista MUNDO ECONÔMICO, POLÍTICO & SOCIAL, válida por 4 números, a partir da edição de ..... de 19...., estou remetendo a quantia de Cr$ 70,00 sob a forma de (assinale com um X o quadro correspondente):

☐ cheque visado pagável em São Paulo (anexo)

☐ ordem de pagamento, através do Banco .....
.....
.....

Nome: .....

Endereço: .....

CEP, cidade e Estado: .....

Data:

....., ... de ..... de 19...

(Assinatura)

(Observação: Para não danificar este volume, tire fotocópia ou xerox deste cupão, utilizando a reprodução para efetuar a inscrição).

Assinatura de Terceiro

A
MUNDO CULTURAL LTDA.
Caixa Postal 9.667
01000 — São Paulo-SP

Para pagamento de assinatura, em favor do beneficiário cujo nome e endereço são indicados abaixo, da revista MUNDO ECONÔMICO, POLÍTICO & SOCIAL, válida por 4 números, a partir da edição de ..... de 19..., estou remetendo a quantia de Cr$ 70,00, sob a forma de (assinale com um X o quadro correspondente):

☐ cheque visado pagável em São Paulo (anexo)

☐ ordem de pagamento, através do Banco .....
.....
.....

Nome do beneficiário: .....

Endereço: .....

CEP, cidade e Estado: .....

Nome do ofertante: .....

Endereço: .....

CEP, cidade e Estado: .....

Data:
....., ... de ..... de 19...

(Assinatura do ofertante)

(Observação: Para não danificar este volume, tire fotocópia ou xerox deste cupão, utilizando a reprodução para efetuar a inscrição).

*

Composto e impresso nas oficinas da
RUMO GRÁFICA EDITORA LTDA.
(C.G.C. 46.295.564/0001-08)
Rua Aracy, 63/69 — São Paulo

*

Voltaire GREVE DITADURA
ÇÃO PERMANENTE
SATANISMO Stalin
Mussolini LAICISMO Kerensky
TAS CESARISMO Berdiaev PAGANIS
Malaparte POVO Gustave Le Bon CATE
ELITE Jaspers
George Uscatescu
DITADURA Robespi
STADO Joseph de Maistre GREVE GE
ETARIADO Dostoievski REVOLUÇÃO
BOLCHEVISMO Lenine TERROR
Marx LIBERALISMO Hitler SOCIE
Stalin
SOCIALISMO Voltaire DITADU
GOLPE DE ESTADO Joseph de
GERAL Napoleão PROLETARIA
REVOLUÇÃO PERMANENTE
SOCIALISM
Rousseau Robespierre
DITADURA Joseph d